

**A Economia Solidária  
e o Desenvolvimento Territorial**  
Novembro de 2012

## FICHA TÉCNICA

### Edição

ACEESA

### N.º de registo na ERC

125724

### Design gráfico

Júlia Garcia  
Cresaçor/Criações Periféricas

### Impressão

Coingra

### ISSN

1647-5968

### Depósito Legal

293560/09

### Tiragem

250 exemplares

### Novembro 2012

Papel 100% reciclado fabricado em Portugal

### Director

Rogério Roque Amaro

### Director Adjunto

Artur Filipe Veiga Martins

### Conselho de Redacção

Artur Filipe Veiga Martins  
Catarina T. Ferreira Pacheco Borges  
João da Ponte

### Secretária de Redacção

Marisa Silveira

### Tradução

Claro – Centro de Traduções  
e Competências Interculturais

### Conselho Editorial

Cláudio Alves Furtado  
Universidade de Cabo Verde

Gualter Manuel Medeiros do Couto  
Universidade dos Açores

Jean-Louis Laville

Laboratoire Interdisciplinaire pour la Sociologie Économique

Jordi Estivill Pascual

Universidade de Barcelona

José Fialho Feliciano

Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa

José Manuel Henriques

Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa

Leão Lopes

Atelier Mar – Cabo Verde

Paul Israel Singer

Universidade de São Paulo

Pedro Hespanha

Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra

Rogério Roque Amaro

Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa

Victor Pestoff

Mid Sweden University

### Comissão Científica

António David Cattani

Artur Filipe Veiga Martins

Eusebia Nuez Garcia

Emanuel Leão

Jean-Louis Laville

Jordi Estivill Pascual

Luiz Inacio Germany Gaiger

Maria Rosário Alegria Baptista

Rogério Roque Amaro

## **ÍNDICE**

<b>09</b>	<b>Nota Editorial</b> Rogério Roque Amaro
	<b>Bloco Temático</b>
<b>13</b>	<b>Nota Introdutória</b> José Manuel Henriques
<b>19</b>	<b>Responsabilidade Social Territorial e Localismo Ético</b> João Ferrão
<b>41</b>	<b>Territory and solidarity: the European Union territorial cohesion policy and the role of local institutions</b> Fátima Ferreiro, Sérgio Lagoa e Licínio Pina
	<b>Testemunhos</b>
<b>59</b>	<b>A Economia Social e o Futuro da Economia</b> Manuela Silva
<b>85</b>	<b>Auto-formação em Literacia Económica</b> Alberto Melo
	<b>Contribuições</b>
<b>101</b>	<b>As Comunidades de Prática nas Organizações da Economia Social e Solidária em Portugal</b> Susana Godinho
<b>121</b>	<b>Uma Nova Engenharia Monetária desde o Sul: Banco Palmas e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil</b> Roberta Schwambach
<b>155</b>	<b>Nota de Leitura</b> Jordi Estivill <b>Adeu Capitalisme. 15 M-2031</b> Jordi Garcia Jané
<b>164</b>	<b>Normas Editoriais</b>

## NOTA EDITORIAL

Rogério Roque Amaro

Há uma dimensão territorial importante na Economia Solidária.

Por um lado, múltiplas experiências e iniciativas de Economia Solidária estabelecem na prática relações privilegiadas com as comunidades a que pertencem ou onde estão localizadas, mobilizando os seus recursos, valorizando as suas identidades e culturas, relacionando-se com as suas economias, contribuindo para o seu Desenvolvimento e «empowerment».

Por outro lado, algumas das sistematizações teóricas sobre o conceito de Economia Solidária valorizam essa dimensão.

É nomeadamente o caso da definição proposta a partir das experiências da Macaronésia (cf. o meu artigo publicado no nº 1 da Revista), que apresenta o conceito de Economia Solidária assente em oito dimensões, sendo uma delas o seu **projecto territorial**, ou seja, o contributo para o Desenvolvimento Local e a coesão territorial das comunidades a que se referem.

É também o caso de algumas reflexões de autores da América Latina sobre o conceito de Economia Solidária, que valorizam a sua relação com o Desenvolvimento (Local) das comunidades onde se situam, como ilustra nomeadamente o artigo de José Luís Coraggio, publicado no nº 3 da Revista.

A relação teórica e prática entre Economia Solidária e Desenvolvimento Local e Regional é pois um tema pertinente e actual, em particular no contexto de crise e transição por que estão a passar as sociedades contemporâneas, a exigir novos caminhos e respostas aos desafios que enfrentam.

Por essa razão, este foi o tema escolhido para o nº 5 da Revista de Economia Solidária, solicitando-se a José Manuel Henriques, Professor Auxiliar do Departamento de Economia da escola de Ciências Sociais e Humanas do ISCTE-IUL, e membro do Conselho Editorial da Revista, a sua coordenação.

O tema e o conteúdo do número estão enquadrados pelo coordenador na nota que se segue, sublinhando-se:

O artigo de João Ferrão, Investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, sobre o conceito inovador de Responsabilidade Social Territorial, o qual permite fazer a ligação com as discussões actuais sobre Governança Partilhada (ou Colaborativa) a nível local e sobre o papel da Economia Solidária nesse (novo) domínio;

O artigo de Maria de Fátima Ferreiro e Sérgio Lagoa, ambos Professores Auxiliares do Departamento de Economia Política da Escola de Ciências Sociais e Humanas do ISCTE-IUL, e Licínio Pina, Administrador no Crédito Agrícola, que aborda o tema das políticas de coesão territorial da União Europeia, do desafio do Desenvolvimento Rural e do papel de uma instituição financeira portuguesa cooperativa (o Crédito Agrícola) nestes domínios.

Os testemunhos de duas personalidades de referência da história, das práticas e das reflexões sobre Desenvolvimento Comunitário/Local e a Economia Social e Solidária em Portugal, sobre a importância destes temas e as suas experiências nestas áreas.

O artigo de Susana Godinho, mestre em Economia Social e Solidária no ISCTE-IUL, apresentando, como síntese da sua tese de mestrado, os desafios da aprendizagem contínua nas organizações de Economia Social e Solidária em Portugal, na construção da sustentabilidade individual e colectiva e o papel que a metodologia das comunidades de prática pode desempenhar a este nível.

O ensaio apresentado por Roberta Schwambach, mestrande em Economia Social e Solidária do ISCTE-IUL, sobre o papel do dinheiro e da moeda nas sociedades modernas, bem como as propostas que têm surgido, muitas no âmbito da Economia Solidária (como no caso analisado, entre outros, do Conjunto Palmeiras e do Banco Palmas, no Brasil), de «moedas paralelas» e «sociais»).

A nota de leitura sugerida por Jordi Estivill, membro do Conselho Editorial e da Comissão Científica da Revista, sobre algumas publicações recentes sobre Economia Solidária e processos de transição, em particular sobre o livro «Adeu Capitalisme.15M-2031», da autoria do economista catalão Jordi Garcia Jané, publicado pela Ed. Icaria de Barcelona, em 2012, abordando em particular o tema do Movimento dos Indignados, das suas possíveis sequências e da sua ligação à economia Solidária.

Como se pode ver, trata-se de um número com vastos motivos de interesse teórico e prático, tendo como base artigos de fundo, testemunhos mais vivenciais, reflexões e ensaios de jovens estudantes do mestrado em Economia Social e Solidária do ISCTE-IUL (que tem relações de grande proximidade com a Revista), além de uma nota de leitura.

## **José Manuel Henriques**

**Professor Auxiliar do Departamento  
de Economia da escola de Ciências Sociais  
e Humanas do ISCTE-IUL**

## **Nota Introdutória**

### **José Manuel Henriques**

O aprofundamento das experiências e da reflexão em torno da Economia Social e Solidária têm concorrido para uma aproximação crescente com as perspectivas para a acção com origem nas propostas do Desenvolvimento Regional «Endógeno» conforme formulados a partir do início dos anos 80 na Europa. Por um lado, pelo reconhecimento crescente da relevância do contexto territorial na concretização das formas de Economia Social e Solidária. Por outro lado, pelo reconhecimento crescente dessas formas para a realização do «potencial endógeno» às unidades territoriais a partir de formas de «motivação endógeno» na defesa do «interesse territorial». Está em causa a concretização da capacidade de iniciativa e organização da acção coletiva na concretização de propósitos de desenvolvimento não redutíveis à promoção do crescimento económico.

Na intersecção entre estes domínios se encontram múltiplas possibilidades para a inovação social nas condições contemporâneas. A crise cria oportunidades para a aceitação de novos olhares orientados para a superação da insuficiência

ou desadequação das formas de acção mais correntes. Ambas as perspectivas assentam no reconhecimento da relevância da «intencionalidade» na acção humana individual e colectiva e no reconhecimento da qualidade das relações interpessoais como condição para a acção coletiva. Ambas as perspectivas assentam também numa interpretação da economia «real» não redutível ao «mercado» nem à acção estatal e no reconhecimento do carácter insubstituível do estado não só na garantia das condições que contrariem o carácter autodestrutivo do «mercado» mas também na acção para a capacitação, redistribuição e realização de direitos dos cidadãos.

Está em causa a «inovação social» na concretização de novas formas de organização das condições materiais para a satisfação das necessidades humanas quando a acentuação da pobreza, do desemprego e da desprotecção social coexistem com a insuficiência ou desadequação das formas de resposta correntes ou com prioridades para a contenção da despesa pública em que não lhes é reconhecida relevância adequada.

\*

João Ferrão introduz um tema de grande actualidade no debate sobre a «coesão territorial» ao propor uma reflexão sobre a relevância de formas de governança local orientada por valores no reforço das vantagens competitivas de pequenas e médias empresas. Analisa a proposta recente apresentada por autores italianos de aprofundar o conceito de «responsabilidade social territorial». Trata-se de um conceito usado tendo como referência regiões com predomínio de pequenas e médias empresas e com forte capital social. O artigo reconhece o interesse potencial do conceito de «responsabilidade social territorial» mas sugere que a sua utilização possa ganhar mais sentido se constituir uma via para introduzir novas preocupações éticas associadas à promoção da inovação social ao nível local.

\*

Maria de Fátima Ferreira, Sérgio Lagoa e Licínio Pina introduzem um tema ilustrativo da relevância potencial do aprofundamento da relação entre a Economia Social e Solidária e o Desenvolvimento Regional e também de grande actualidade para o debate sobre a «coesão territorial». Analisam o papel de uma instituição financeira de natureza cooperativa na promoção do Desenvolvimento Rural. Discutem com a sua análise como se pode configurar o papel da iniciativa local numa abordagem territorializada do desenvolvimento e como por essa via se poderá vir ao encontro do aprofundamento da reflexão contemporânea sobre a concretização de objectivos de coesão territorial a nível europeu.

\*

Manuela Silva introduz a relevância da perspectiva oferecida pela Economia Social para analisar os desafios contemporâneos que se colocam às empresas convencionais. Discute o conceito de Economia Social e mostra a vantagem de que possa ser alargado a todo o tipo de entidades, incluindo as empresas que concorrem no mercado e cuja racionalidade se não oriente prioritariamente para a remuneração do capital. O artigo salienta nestes casos a necessidade de considerar todas as partes que integram a empresa, nomeadamente, trabalhadores, clientes, fornecedores, Estado, e a própria sociedade em que está inserida. O artigo procura mostrar como os princípios que inspiram a economia social constituem um importante antídoto para ultrapassar a presente crise e como a economia social poderá oferecer uma alternativa real ao actual modelo económico e podendo contribuir para a democratização da economia.

\*

Alberto Melo reflecte sobre o vivido da evolução das suas percepções e da suas aprendizagens no domínio da «economia política». Discute a relação entre a economia e a política quando, conforme sublinha, é dogma do «catecismo económico» dos nossos dias que a economia deva estar totalmente emancipada da política e deixada à «mão invisível do mercado». Chama a atenção para a situação difícil em que se encontram as sociedades contemporâneas no que respeita à paz entre os povos, ao bem-estar das pessoas e à protecção do ambiente, devido ao processo acelerado de empobrecimento e enriquecimento de muitos.

\*

Este número inclui também sob a forma de artigo uma síntese da dissertação de mestrado de Susana Godinho. A autora introduz a reflexão sobre modos possíveis de superar deficits de competências no domínio da Economia Social e Solidária. Mostra na sua dissertação como a aprendizagem contínua nas organizações da economia social e solidária em Portugal deveria merecer um lugar estratégico para a sua consolidação mas mostra também como esse reconhecimento é ainda incipiente. A dissertação discute como a aprendizagem contínua deve ser inerente ao «modo de estar» dos profissionais destas organizações e mostra como o desenvolvimento de parcerias de aprendizagem e a criação de recursos coletivos poderão desempenhar um lugar central para o desenvolvimento de competências estratégicas orientadas para a sustentabilidade destas organizações.

\*

Roberta Schwambach, participante do Mestrado em Economia Social e Solidária (ISCTE-IUL) discute no seu ensaio, preparado no quadro das suas actividades académicas, a natureza do dinheiro no contexto contemporâneo de crise económica e financeira. Mostra o carácter convencional do dinheiro e como este resulta de um acordo entre os membros de uma comunidade para servir de referência na realização

de trocas. Situa aí a análise da emergência de novas formas de moedas («moedas paralelas», «moedas sociais», etc.) com a intenção de amenizar os problemas advindos da escassez. O ensaio discute aspectos de experiências da Áustria e da Argentina e concentra-se na experiência brasileira do Conjunto Palmeiras (Banco Palmas), Fortaleza, onde foi aprofundado um modelo de desenvolvimento local integrando a criação de uma «moeda social», o «Palmas». O ensaio mostra como o Banco Palmas criou um sistema integrado de créditos em que alia as potencialidades do microcrédito à consolidação de empreendimentos solidários de natureza local e como usa «moeda social» para impulsionar o consumo e produção local gerando um círculo virtuoso na economia local.

Finalmente, este número inclui ainda uma nota de leitura da responsabilidade de Jordi Estivill sobre o livro «Adeu Capitalisme.15M-2031», da autoria do economicista catalão Jordi Garcia Jané.

21 de Setembro de 2012

# Responsabilidade social territorial e localismo ético

João Ferrão

Instituto de Ciências Sociais  
Universidade de Lisboa

## Palavras-chave

Responsabilidade social territorial; local; capacidade adaptativa; inovação social; localismo ético

## Key-words

Territorial social responsibility; local; adaptative capacity; social innovation; ethical localism

## RESUMO

O conceito de responsabilidade social territorial, bastante recente, tem vindo a ser proposto por autores italianos tendo como referência regiões com predomínio de pequenas e médias empresas e com forte capital social. Neste artigo analisa-se criticamente o contributo desses autores. Reconhece-se o interesse potencial do conceito de responsabilidade social territorial mas sugere-se que a sua utilização ganhará particular sentido se constituir uma via para introduzir novas preocupações éticas no contexto de estratégias e acções de inovação social ao nível local.

## ABSTRACT

The concept of territorial social responsibility has been recently developed by several Italian authors working on SME-predominant regions with strong social capital. This paper critically reviews this conceptualisation. Despite acknowledging the potential value of the concept of territorial social responsibility we argue that its use will be particularly relevant if it contributes to introduce new ethical concerns in the implementation of social innovation strategies at the local level.

### Introdução

O conceito de responsabilidade social territorial (RST) tem vindo a ser recentemente proposto por diversos autores italianos (Del Baldo, 2009; Argiolas *et al*, 2009; Machello e Mezzano, 2010). Este conceito é potencialmente interessante por diversas razões. Por um lado, a filosofia, princípios, estratégias e ações de RST são relevantes numa óptica de construção social de sistemas de governança territorial guiados por preocupações éticas, permitindo combater visões que encaram esses sistemas de uma forma exclusivamente procedimental, a partir de critérios de eficácia e eficiência. Por outro lado, as análises efectuadas parecem reabrir um debate, ocorrido há cerca de duas décadas e que se julgava encerrado, sobre a singularidade exemplar de algumas regiões italianas. Finalmente, porque, embora recente, este debate começa a extravasar a Itália, o que permite acompanhar de perto o modo como as ideias viajam, circulando através de espaços político-administrativos, institucionais e profissionais distintos, assunto alvo de atenção, também recente, por parte de diversos autores. Face a este conjunto de razões, podemos perguntar: que uso dar ao conceito de responsabilidade social territorial tal como é proposto pelos referidos autores italianos?

Procurando responder a esta questão, o texto foi organizado em quatro partes.

Na primeira parte efectua-se uma síntese das principais ideias presentes nos textos que podemos considerar como fundadores do debate sobre o conceito RST, consensualmente apresentado pelos autores desses textos como relevante mas a exigir maior clarificação.

Na segunda parte apresenta-se um balanço crítico dos contributos analisados anteriormente, salientando o seu interesse mas também algumas das suas limitações do ponto de vista analítico e de aplicabilidade.

Na terceira parte enquadra-se o conceito RST no debate, mais amplo, sobre a ressurgência do papel do «local» no atual contexto de incerteza e crise estrutural e esclarece-se qual poderá ser o seu uso a partir de uma tipologia de estratégias de adaptação (por resiliência, transição e transformação) proposta por Pelling (2011).

Finalmente, na quarta parte defende-se a relevância do contributo da RST para a construção social, política e institucional de um localismo assente em formas de governança guiadas por preocupações éticas. Rejeita-se, assim, a perspectiva predominante entre os autores italianos referidos, demasiado ancorada numa visão moral e apolítica de responsabilidade social territorial.

### Responsabilidade social territorial: os textos de referência

O conceito de responsabilidade social territorial é recente e tem vindo a ser apresentado e desenvolvido sobretudo por autores italianos, a partir de pontos de vista distintos mas complementares.

Embora as primeiras experiências explicitamente designadas de responsabilidade social territorial surjam no início da primeira década deste século (REVES Network, 2006), apenas no final dessa década são publicados os primeiros textos de natureza reflexiva sobre o assunto: Del Baldo (2009) apresenta a RST como uma extensão desejável do conceito de responsabilidade social das empresas; Argiolas *et al* (2009) salientam a RST como veículo de introdução de princípios éticos em modelos de governança territorial; e Constantino, Machello e Mezzano (2010) definem a RST como factor de desenvolvimento sustentável local. Curiosa e paradoxalmente, estes autores não se referem uns aos outros.

Embora trabalhando de forma paralela, os autores invocam argumentos parcialmente coincidentes ou que se complementam entre si. Sendo os primeiros textos de natureza reflexiva sobre o conceito de RST, justifica-se uma apresentação individualizada das ideias fundamentais de cada um deles.

Del Baldo (2009) desenvolve, como se referiu, a questão da responsabilidade social territorial a partir do debate sobre responsabilidade social das empresas. A autora defende que este último conceito não se pode restringir apenas às empresas, devendo ser alargado aos territórios com que estas directamente se relacionam. Na sua óptica, uma empresa responsável procura satisfazer os accionistas mas também os cidadãos e o território em que se localiza. Assim, a missão prosseguida por qualquer empresa não pode limitar-se à produção de riqueza, de emprego e de produtos de qualidade, devendo ainda contribuir para melhorar o bem-estar das comunidades locais. Com esse objectivo, a autora foca a sua atenção no modo como os dirigentes, sobretudo de pequenas e médias empresas (PME), que assumem uma orientação social podem estimular uma maior partilha e convergência de valores individuais e das organizações, como a participação, o respeito ou o reconhecimento do papel que cabe a cada um dos atores no âmbito de práticas de cooperação.

A perspectiva defendida por Del Baldo (2009) pressupõe a existência de uma cadeia de relações de causalidade entre cultura empresarial de responsabilidade social territorial, aumento de partilha de valores colectivos, reforço do capital social local e melhoria da qualidade de vida das comunidades. Ou seja, pelo menos em determinadas circunstâncias (por exemplo, copresença, numa mesma área, de responsáveis por PME com uma cultura de orientação social), é possível consolidar modelos de desenvolvimento territorial socialmente responsáveis tendo por base a partilha de valores individuais sensíveis ao interesse colectivo. Nesta óptica, o ónus do êxito desses modelos territoriais

recai, em particular, sobre os proprietários, administradores e gestores das empresas, de quem se espera uma cultura socialmente responsável e, por isso, preocupada com o futuro das comunidades em que se integram.

O ponto de partida de Argiolas *et al* (2009) é distinto. O foco de atenção destes autores é a relação entre parcerias público-privado e governança territorial, enquadrada no debate mais amplo, hoje vastamente analisado e debatido (Ferrão, 2011), sobre a passagem de um paradigma de «governo» (estatal, vertical, hierárquico, burocrático) para um outro de «governança» (coordenação horizontal e vertical entre múltiplos atores-públicos, privados e associativos –envolvidos em projectos comuns). É a ideia de «boa» governança territorial –uma visão normativa, portanto – que leva os autores a invocar o princípio de responsabilidade social territorial. O contributo mais interessante de Argiolas *et al* (2009) reside, justamente, na forma como defendem a introdução de princípios éticos de responsabilidade de defesa de interesses colectivos e de prossecução do bem comum nas formas de governança territorial. Do raciocínio dos autores é possível deduzir que um «bom» modelo de governança territorial, baseado em parcerias estabelecidas entre entidades públicas e privadas como sucede nos Grupos de Acção Local de áreas rurais que foram objecto de estudo, corresponde a acções colectivas territorializadas que visam a prossecução cooperativa de interesses comuns e que se baseiam em princípios éticos, dando particular atenção a prioridades e valores como «as necessidades dos cidadãos, sustentabilidade, coesão, confiança, reciprocidade, etc.» (p. 203).

Ao contrário de Del Baldo (2009), para quem os principais atores responsáveis pela mudança são os proprietários, administradores e gestores das empresas, Argiolas *et al* (2009) sustentam que é necessário envolver activamente a pluralidade de cidadãos e organizações (empresas, entidades públicas, organizações não governamentais) das comunidades locais no âmbito de processos de governança baseados em parcerias de base territorial.

Constantino, Marchello e Mezzano (2010) subscrevem, como Del Baldo (2009), a necessidade de repensar o conceito de responsabilidade social das empresas, defendendo a sua substituição pelo de responsabilidade social territorial. E sublinham, como Argiolas et al (2009), a importância da componente ética, associada a valores como justiça, equidade, coesão, democracia ou solidariedade, para o funcionamento de redes cooperativas de base territorial. Mas a questão de partida que apresentam traduz um foco distinto: como podem atores socialmente responsáveis e cooperativos, localizados num mesmo território, promover um desenvolvimento local mais sustentável? A resposta é formulada a partir de uma visão de desenvolvimento sustentável não só sistémica, isto é, que deve integrar objectivos económicos mas também de bem-estar e qualidade de vida, como territorializada, ou seja, que valoriza, entre outros objectivos (por exemplo, equidade intra e inter-geracional), o princípio da equidade territorial, no seio de cada território e entre territórios. A concretização, ao nível local, desta visão sistémica e territorializada de desenvolvimento sustentável pressupõe a existência de territórios socialmente responsáveis, em que «múltiplos atores envolvidos em parcerias de natureza social adotem uma <trajetória de responsabilidade social> comum a favor do desenvolvimento sustentável» (p. 5).

Segundo Constantino, Marchello e Mezzano (2010), a constituição de redes locais de atores socialmente responsáveis assenta em três pilares: a comunidade local, considerada na sua diversidade e organizada em rede através de parcerias de base territorial; um conjunto de valores, como sustentabilidade, equidade, justiça e altruísmo; e formas de democracia deliberativa, que garantem uma participação efectiva dos cidadãos e das organizações nos processos de decisão. É, portanto, a partir do reforço e qualificação destes três pilares que atores socialmente responsáveis e cooperativos, localizados num mesmo território, podem contribuir para promover um desenvolvimento local mais sustentável.

Conforme se salientou, estes autores não se referem entre si. Mas uma leitura conjunta dos três textos permite desenhar um quadro global formalmente coerente em torno de vários pressupostos: a necessidade de desenvolver o conceito de responsabilidade social territorial a partir do conceito, já bastante divulgado, de responsabilidade social empresarial; a razão de ser dessa extensão, visando que as empresas incluam na sua missão interesses e necessidades das comunidades locais em que se integram; a identificação dos atores e valores-chave para a afirmação dos princípios de responsabilidade social territorial; a importância desses princípios para a formação de parcerias público-privado orientadas por <bons> princípios de governança territorial; e, finalmente, o contributo desses <bons> princípios para a concretização de estratégias de desenvolvimento sustentável ao nível local.

Num texto mais recente, Del Baldo e Demartini (2012a) introduzem elementos adicionais, teóricos e empíricos, que permitem aprofundar os contributos anteriormente sumariados.

Do ponto de vista teórico, aquelas autoras apresentam o conceito de RST como uma modalidade particular dos modelos de responsabilidade social empresarial existentes no contexto europeu. Partindo de uma tipologia de Albarreda *et al* (2007) sobre modelos ideais de responsabilidade social empresarial construída em função dos objectivos predominantes e do papel dos atores públicos neste domínio, Del Baldo e Demartini (2012a) identificam a responsabilidade social territorial como um quinto modelo, ou seja, como uma particularidade do caso italiano considerada suficientemente relevante para merecer o estatuto de categoria autónoma (ver Quadro 1).

Este enquadramento, como teremos ocasião de esclarecer mais tarde, é importante para um melhor entendimento das condições de utilização do conceito RST.

### Quadro 1

#### Modelos ideais de responsabilidade social empresarial, de acordo com Del Baldo e Demartini

Modelos de responsabilidade social empresarial	Objectivo	Papel dos atores público
Nórdico / Modelo de parceria	Aumentar a adesão das empresas a princípios e valores como transparência e prestação de contas	Governo produz regras e instrumentos orientadores
Inglês / «Empresas na comunidade»	Intensificar a função socioeconómica das empresas em relação às comunidades em que se localizam (exclusão social, pobreza, etc.)	Governo promove directamente acções de responsabilidade social empresarial junto das empresas
Franco-alemão / Sustentabilidade e cidadania	Reforçar o papel cívico e político das empresas através de um maior envolvimento na vida das comunidades locais	Governo promove o tema responsabilidade social empresarial no debate político numa ótica de desenvolvimento sustentável
Espanhol / Modelo Agora	Disseminar os valores e princípios de responsabilidade social empresarial no espaço público	Governo promove, recentemente e por influência da UE, o tema da responsabilidade social empresarial junto de parceiros sociais
Italiano / Responsabilidade social territorial	Desenvolver redes éticas de base local envolvendo entidades públicas e privadas a partir da redescoberta e partilha de valores comuns	Governos regionais e locais, empresas (sobretudo PME), associações e instituições cívicas organizados em rede promovem o desenvolvimento de estratégias e acções de responsabilidade social territorial

#### Nota

Elaboração própria a partir de Del Baldo e Demartini (2012a), pp. 10 e 11.

Ainda do ponto de vista teórico, e face aos textos anteriores, este contributo tem a vantagem de introduzir de forma explícita a repartição de papéis e responsabilidades que se deve verificar entre os diversos tipos de atores envolvidos na consolidação de uma cultura (local, regional) de responsabilidade social territorial. Para lá da referência à intervenção decisiva de proprietários, administradores e gestores de empresas privadas (sobretudo PME), já salientada, é ainda sublinhada a importância fundamental quer das entidades públicas regionais, provinciais e locais como mediadores pró-activos com legitimidade, competência e capacidade para estabelecer pontes de diálogo e compromisso entre os vários atores de uma mesma rede, quer das instituições da sociedade civil como organizações que permitem aumentar a participação por parte das comunidades locais.

Esta clarificação do papel que deve caber às distintas entidades no contexto de uma mesma rede e também das formas de governança territorial por parceria que dão sentido a esses vários papéis permite salientar o modo como, nestas situações, é possível «criar bens públicos a partir de práticas sociais» (p. 30) e não de políticas ou de processos socioinstitucionais.

Do ponto de vista empírico, o estudo de Del Baldo e Demartini (2012a) tem a vantagem de apresentar uma síntese de múltiplas experiências recentes de responsabilidade social territorial em Itália, com destaque para as regiões da Toscana, Emilia Romagna, Lombardia, Véneto e Trentino. Emerge dessa síntese a diversidade de estratégias e a pluralidade de instrumentos desenvolvidos nos últimos anos: projectos colaborativos de acompanhamento de boas práticas de RST; planos e programas territoriais de sustentabilidade social, ambiental e económica; redes éticas territoriais; modelos de governança territorial partilhada; acções de informação, apoio e disseminação de uma cultura de RST; criação de bases de dados e sistemas de indicadores

específicos sobre RST; produção de orientações regionais e de códigos de conduta RST; certificação ética e social de sistemas de gestão; estabelecimento de prémios, incentivos e isenções fiscais, etc.

A apresentação de casos empíricos diversificados mas consonantes com a filosofia e os objetivos de responsabilidade social territorial introduz uma componente prática que complementa a visão analítica predominante nos textos anteriores.

### **Responsabilidade social territorial: um balanço crítico**

Que ilações é possível retirar deste primeiro conjunto de textos sobre responsabilidade social territorial?

Para além de alargar o debate, já existente, sobre responsabilidade social das empresas, o conceito RST, tal como é apresentado nas publicações citadas, permite associar a prossecução de finalidades de desenvolvimento sustentável ao nível local—com tradução em modelos concretos de desenvolvimento territorial—aos meios que é necessário mobilizar para que essas finalidades sejam alcançadas. Estes meios, segundo os autores referidos, são sobretudo de carácter político (princípios éticos, direitos e deveres), cultural (valores empresariais e individuais, densidade e natureza de capital social) e instrumental (modos de participação, decisão e governança). Nesta perspectiva, o conceito RST introduz uma perspectiva relativamente original no que se refere à identificação de princípios orientadores de articulação entre finalidades e meios em termos de desenvolvimento sustentável ao nível local.

Sendo interessante, a visão sugerida levanta, no entanto, questões de natureza analítica e de aplicabilidade.

Do ponto de vista analítico, as formulações apresentadas de responsabilidade social territorial parecem ser demasiado

vulneráveis às críticas de que foram alvo diversos estudos, também desenvolvidos a partir de realidades específicas italianas, realizados nos anos 80 e início da década seguinte do século passado sobre os sistemas produtivos locais da designada Terceira Itália (Becattini, 1979; Fuà e Zacchia, eds, 1983; Bagnasco, 1988) ou sobre as relações entre capital social e desenvolvimento em distintas regiões (Putnam, 1993). Vários autores (por exemplo, Portes e Landolt, 2000; Hadjimichalis, 2006) sublinharam o facto de aqueles estudos, ao confundirem relações de associação com relações de causalidade e ao atribuírem arbitrariamente o estatuto de factor explicativo a determinados aspectos —valores individuais, como a confiança e a reciprocidade, capital social, etc.—, alimentarem falácias argumentativas que dificultam um entendimento rigoroso das dinâmicas em acção.

Por outro lado, e ainda em termos analíticos, alguns dos aprofundamentos mais recentes deste tema (por exemplo, Del Baldo e Demartini, 2012b) colocam tal ênfase em factores como a virtude, o consenso social, a «cultura de fazer bem ao nível local» (p. 21) ou o enraizamento em valores tradicionais de natureza comunitária, que subordinam o conceito de responsabilidade social territorial a uma leitura moral e apolítica das sociedades contemporâneas: a assimetria das relações de poder, as tensões em torno de direitos sociais, os conflitos de interesse ou a adopção de novos valores e novas modalidades de acção colectiva, para dar apenas alguns exemplos, parecem, pelo menos na óptica do referido texto, não ter lugar no mundo da responsabilidade social territorial.

Finalmente, no mesmo texto as autoras identificam, de forma explícita, limitações quanto à possibilidade de disseminação generalizada da filosofia, estratégias e práticas de RST.

«Quando existe o objectivo comum de melhorar a qualidade de vida envolvendo os indivíduos e as organizações pertencentes a um mesmo território, é possível introduzir a noção de responsabilidade social territorial» (Del Baldo e Demartini, 2012b: 9). Um pouco mais à frente, acrescentam:

«Contudo, é importante sublinhar que esta perspectiva [de RST] apenas pode ser aplicada a contextos sociais e económicos onde os atores locais públicos e privados, indivíduos e organizações já absorveram uma *cultura* comum que se traduz na disseminação de valores partilhados no que respeita à forma como as empresas funcionam» (p. 9).

Tendo por base um estudo de caso baseado em dez PME da região de Marche (Itália), uma área que consideram exemplar do ponto de vista da existência de «empresas convivias» com forte enraizamento local, as referidas autoras concretizam um pouco mais esta ideia (p. 19):

«Apenas nos territórios, como Marche, onde existem redes entre atores económicos, atores da sociedade civil e atores políticos locais poderá forjar-se uma proximidade territorial baseada na reciprocidade de troca, tradição, confiança e identidade, capaz de criar um património de entendimento, relações, imagens e valores que constituem «bens» raros na era da globalização», contribuindo, assim, para a consolidação de um modelo de desenvolvimento territorial específico associado a um contexto socioeconómico particular.

Colocando a preexistência de determinados valores empresariais como condição de desenvolvimento de orientações e comportamentos socialmente responsáveis, as autoras restringem a aplicabilidade do conceito RST a contextos locais ou regionais onde já se verifica, na óptica referida, uma relação virtuosa entre empreendedorismo e cultura empresarial com tradução ao nível da definição da missão e das formas de governança e de prestação de contas (*accountability*) das empresas. Ou seja, e contrariando aparentemente um texto anterior (Del Baldo e Demartini, 2012a), a situação descrita não parece corresponder ao modelo italiano de responsabilidade social territorial (cf. Quadro 1), isto é, a um modelo

de âmbito nacional, mas antes a modelos aplicáveis a algumas regiões específicas de Itália. Surpreendentemente, o fantasma do debate ocorrido nos anos 90 sobre a Terceira Itália – envolvendo os seus pressupostos e o seu grau de replicabilidade – permanece vivo e anda à solta.

A verdade é que a difusão da RST – como princípio, conceito, metodologia ou prática – já está em curso. Como tantas outras ideias e perspectivas, também esta iniciou uma viagem, atravessando fronteiras político-administrativas e institucionais bem como delimitações associadas a distintas comunidades científicas, técnicas e de prática. Neste domínio, como noutros (Healey, 2010; Livingstone, 2010), ocorre uma crescente transnacionalização dos fluxos de conhecimento e de competências técnicas, umas vezes correspondendo à replicação acrítica de visões produzidas em contextos político-culturais específicos, outras estimulando a criação de novas formas híbridas por combinação com saberes, capacidades e necessidades específicos das áreas de «acolhimento».

O documento com orientações metodológicas preparado no âmbito da REVES – Rede Europeia de Cidades e Regiões para a Economia Social (REVES Network, 2006) constitui um instrumento importante de disseminação de uma metodologia específica que visa promover e apoiar processos de mudança a favor de uma democracia local mais robusta a partir da filosofia de responsabilidade social territorial (TSR – *Territorial Social Responsibility*). Nesse documento propõe-se uma metodologia de planeamento local participada, sistémica (integração das dimensões social, económica, cultural e ambiental) e territorializada (envolvimento da pluralidade dos atores de uma mesma comunidade local). A aplicação rigorosa do conjunto de procedimentos propostos pode, inclusivamente, estar associada a processos de certificação. Este é um exemplo típico de codificação de conhecimento, em que este circula mantendo as suas características iniciais. Aliás, a metodologia TSR é, hoje, uma marca registada.

Noutros casos, a circulação da filosofia, estratégias e práticas de responsabilidade social territorial efectua-se de forma difusa, não estruturada por qualquer organização ou baseada em ferramentas metodológicas previamente definidas, podendo envolver temas tão distintos como a biodiversidade na Amazónia (Zortea, s/d) ou a governança de políticas sociais em França (Béraud *et al*, 2011).

O debate sobre responsabilidade social territorial ainda não chegou a Portugal. Mas um texto recente de Santos (no prelo), em que se defende uma maior articulação entre responsabilidade social das empresas e abordagens territoriais e endógenas de desenvolvimento regional, aponta nesse sentido. Afirma aquele autor:

«O nosso argumento vai, portanto, no sentido de defender a ideia de que o surgimento de empresas socialmente responsáveis é uma condição *sine qua non* de afirmação de um modelo de desenvolvimento endógeno, já que pressupõe uma crescente *embeddedness* das iniciativas empresariais que são agentes activos de fertilização das dinâmicas de desenvolvimento local e regional».

Mais à frente, o autor propõe explicitamente que a «responsabilidade social empresarial deve, assim, poder ser entendida como um instrumento privilegiado de desenvolvimento local sustentável, ou seja, competitivo, coeso e amigo do ambiente, promovendo o surgimento de territórios socialmente responsáveis».

Estamos, pois, na antecâmara do debate sobre o conceito RST e o que fazer com ele.

A viagem transnacional do conceito de responsabilidade social territorial parece relativamente inevitável. Mas ela encontra-se numa fase inicial. Importa, pois, debater o melhor uso a dar a esse conceito.

### Como usar o conceito de responsabilidade social territorial?

A relevância do nível «local» está de regresso às agendas política e científica. Várias razões convergem nesse sentido. De entre elas, duas evidenciam-se com particular relevo.

Por um lado, as propostas políticas que defendem um recuo crescente do estado e das políticas públicas a favor das forças do mercado e da sociedade civil. Neste contexto, em que podemos integrar grande parte do debate sobre a *Big Society* desenvolvido recentemente no Reino Unido (North, 2011), é atribuído às comunidades locais um papel central como focos organizadores da vida colectiva, inclusive em domínios em que o estado tem tradicionalmente desempenhado funções de prestador directo de bens e serviços de interesse público.

Por outro lado, e constituindo uma razão igualmente importante mas de natureza distinta, destaca-se o facto de os efeitos da crise financeira e económica que vivemos desde 2008 serem particularmente visíveis ao nível local. Na verdade, é a essa escala que problemas como o desemprego, a precariedade, o endividamento das famílias ou a insolvência de um número crescente de empresas se manifestam de forma mais evidente, interferindo, por vezes de forma dramática, no quotidiano dos indivíduos, das famílias e das organizações.

A ressurgência do interesse pelo nível local não se esgota, no entanto, nos dois motivos indicados. Também o reconhecimento da importância do «local» como plataforma de coordenação de políticas (Barca, 2009), espaço pertinente de integração de atores em torno de projectos comuns de natureza multisectorial (Healey, 2011) ou referencial para modelos de desenvolvimento de natureza comunitária (CONNORS e McDonald, 2010) contribui para o colocar no seio de debates mais amplos, sobre as finalidades que a sociedade deve prosseguir e os meios mais eficientes para as alcançar. Discutir, neste âmbito, o «local» implica questionar

o papel dos cidadãos, dos atores económicos (com ou sem fins lucrativos), do estado, das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais, as formas como se relacionam entre si, os princípios, valores, regras e modos de decisão subjacentes à vida colectiva.

Expressões como *New localism* (particularmente invocada durante o governo inglês de Tony Blair), *Mass localism* (BUNT e HARRIS, 2010), *Next localism* (Parker, 2011) ou *Progressive localism* (Healey, 2011), para nos cingirmos a algumas designações em língua inglesa, relembram-nos que o debate sobre o «local», num período de incerteza e crise como o que vivemos hoje, apenas tem sentido numa óptica dinâmica, prospectiva e estratégica, que equacione o seu papel no contexto de uma trajectória ou de um modelo de desenvolvimento *desejados*. Nesta perspectiva, a questão que se coloca é a seguinte: qual o papel do conceito de responsabilidade social territorial no contexto de estratégias adaptativas de base territorial que visem estimular a mudança desejada?

Pelling (2011) distingue três tipos de estratégias de adaptação: por resiliência, por transição e por transformação.

As estratégias de adaptação por resiliência assentam na concepção de gestão adaptativa. Face a choques ou tensões indesejáveis, de origem externa ou interna, é possível reagir, procurando repor a situação anteriormente prevalecente através do desenvolvimento de instrumentos adequados em quatro domínios principais e complementares: produção de legislação e regulamentação adequada, inovação tecnológica, reformas institucionais e disponibilização de incentivos económicos e fiscais que estimulem comportamentos mais inteligentes por parte dos cidadãos e das organizações. Uma gestão adaptativa eficiente aos choques ou tensões indesejáveis estimulará sociedades e economias mais robustas porque melhor preparadas para futuros choques e tensões do mesmo tipo. Nesta óptica,

a mudança não é um desígnio em si própria mas antes uma consequência inevitável de acções que visam mitigar ou superar situações de vulnerabilidade.

As estratégias de adaptação por transição adoptam uma visão processual e não gestonária. O conceito central é, agora, o de governança adaptativa e não de gestão adaptativa. Esta segunda perspectiva parte de dois pressupostos principais: a mudança necessária implicará a emergência e consolidação de novas visões, valores e comportamentos; essa emergência não resulta da aplicação de instrumentos eficientes de gestão adaptativa (embora possa deles beneficiar), mas sim de processos de mobilização, inclusão, participação e cooperação entre os diferentes atores relevantes. Ou seja, nesta perspectiva procura-se gerir proactivamente a transição para novas situações através de processos de governança capazes de suscitar alterações profundas a nível cognitivo e comportamental dos cidadãos e das organizações (públicas e privadas).

Finalmente, as estratégias de adaptação por transformação pressupõem uma mudança radical (e, por isso, transformadora) através da adopção de um novo quadro de referência socioeconómico, político e ambiental. A afirmação de novos discursos políticos, novos comportamentos por parte de cidadãos e organizações e novas estruturas institucionais desenvolve-se em função desse novo quadro e não, como no caso anterior, como resultado, não pré-definido, dos processos de governança adaptativa.

Estes três tipos de estratégias de adaptação correspondem, naturalmente, a situações ideais. É sobretudo difícil imaginar a concretização das estratégias mais «avançadas» sem que se recorra aos instrumentos centrais das restantes estratégias. Ou seja, não há transformação sem transição, nem transição sem resiliência. Mas o que fica claro com esta tipologia é que o recurso exclusivo a estratégias de adaptação baseadas em instrumentos de gestão adaptativa é insuficiente no quadro de incerteza e crise estrutural em que nos encontramos.

É nesta perspectiva que a responsabilidade social territorial—como filosofia e conjunto de princípios, valores, estratégias e práticas—pode constituir um referencial de particular utilidade. Na verdade, ela permite introduzir explicitamente uma componente ética e programática com reflexos nas regras sociais e institucionais que balizam a construção colectiva de trajetórias de mudança. Porque permite imprimir uma orientação ética, respeitando a pluralidade de visões e preferências, a adopção de uma visão de responsabilidade social territorial contrasta com a natureza excessivamente instrumental das estratégias de gestão por resiliência (gestão adaptativa), confere um sentido às estratégias de adaptação por transição (governança adaptativa) e combate concepções dirigistas potencialmente associadas a estratégias de adaptação por transformação (mudança social transformadora).

### **Responsabilidade social territorial, uma via útil para um localismo com preocupações éticas?**

A responsabilidade social territorial, entendida de forma ampla, pode constituir um contributo relevante para a construção social de um localismo aberto e ético orientado para o futuro, evitando derivas neoliberais, estatistas ou integristas, mas também visões tecnocráticas ou passadistas.

Porém, e ao contrário da visão de alguns dos autores italianos anteriormente referidos, a RST não pressupõe necessariamente a redescoberta e valorização de valores comuns já existentes numa determinada comunidade. Deverá, como é natural, retirar partido dessas situações sempre que elas ocorram. Mas ela corresponde, no essencial, a um processo de construção social de capacidade de governança balizado por princípios éticos e por um sentido de futuro. A responsabilidade social territorial é, na maior parte dos casos, sobretudo uma questão de inovação social e não de reconstrução de tradições virtuosas preexistentes.

Nesse sentido, mais do que contribuir para que a ideia de RST «à italiana» viaje amplamente, cruzando fronteiras políticas, linguísticas e profissionais, importa cruzá-la com outros debates, centrados nas condições de construção social, política e institucional de uma visão aberta e justa sobre o futuro das comunidades locais no atual contexto de incerteza e crise estrutural. Como sucede em tantas outras situações, a refuncionalização do conceito original poderá conferir-lhe um significado mais amplo e, por essa via, um novo alcance em termos analíticos e programáticos.

### **Notas**

<sup>1</sup> O «local» é aqui entendido numa visão ampla (incluindo as várias escalas sub-regionais, desde o bairro de uma cidade a um município, conjunto de municípios ou região urbana funcional) e multi-escalar (o «local» encontra-se integrado em redes de âmbito regional, nacional ou transnacional). Por essa razão, o recurso à expressão «localismo» não deve ser associado a leituras localistas ou autárquicas do «local».

## Referências bibliográficas

L. ALBAREDA *et al*, 2008.  
«The Changing Role of Governments in Corporate Social Responsibility: Drivers and Responses», *Business Ethics: A European Review*, 17 (4), pp. 347:363.

G. ARGIOLAS *et al*, 2009.  
«Building Innovative Models of Territorial Governance», *Journal of Place Management and Development*, 2 (3), pp. 178:210.

A. BAGNASCO, 1977.  
*Tre Italie: la Problematica Territoriale dello Sviluppo Italiano*. Bologna, Il Mulino.

F. BARCA, 2009.  
«An Agenda for a Reformed Cohesion Policy. A Place-based Approach to Meeting European Union Challenges and Expectations», independent report prepared at the request of Danuta Hübner, Commissioner for Regional Policy, April 2009.

G. BECATTINI, 1979.  
*Mercato e Forze Sociali: il Distretto Industriale*. Bologna, Il Mulino.

M. BÉRAUD *et al*, 2011.  
*L'Impact du rSa sur la Demande de Travail . Le rSa, un Outil de Gestion de la Main d'oeuvre ou une Composante de la Responsabilité Sociale des Entreprises?* Comité National d'Évaluation du rSa, Annexe 9.  
[http://www.solidarite.gouv.fr/IMG/pdf/Annexe\\_9\\_L\\_impact\\_du\\_rSa\\_sur\\_la\\_demande\\_de\\_travail.pdf](http://www.solidarite.gouv.fr/IMG/pdf/Annexe_9_L_impact_du_rSa_sur_la_demande_de_travail.pdf)

L. BUNT e M. HARRIS, 2010.  
*Mass Localism. A Way to Help Small Communities Solve Big Social Challenges*. London, NESTA.  
[http://www.nesta.org.uk/library/documents/MassLocalism\\_Feb2010.pdf](http://www.nesta.org.uk/library/documents/MassLocalism_Feb2010.pdf)

P. CONNORS e P. McDONALD, 2010.  
«Transitioning Communities: Community, Participation and the Transition Town Movement», *Community Development Journal*, 46 (4), pp. 558:572.

E. CONSTANTINO, M. P. MARCHELLO e C. MEZZANO, 2010.  
«Social Responsibility as a Driver for Local Sustainable Development», *Working Papers*, Paper 498, Milano, Fondazione Eni Enrico Mattei.

M. DEL BALDO, 2009.  
«Corporate Social Responsibility and Corporate Governance in Italian SMEs: The Experience of some «Spirited Business»», Springer Science+Business Media, LLC.  
[http://works.bepress.com/mara\\_del\\_baldo/10](http://works.bepress.com/mara_del_baldo/10)

M. DEL BALDO e P. DEMARTINI, 2012a.  
«Bottom-up or Top-down: Which is the Best Approach to Improve CSR and Sustainability in Local Contexts? Reactions from Italian Experiences», *Working Papers Series in Economics, Mathematics and Statistics* # 2012/4, Urbino, Facoltà di Economia, Università degli Studi di Urbino «Carlo Bo».  
[http://www.econ.uniurb.it/RePEc/urb/wpaper/WP\\_12\\_04.pdf](http://www.econ.uniurb.it/RePEc/urb/wpaper/WP_12_04.pdf)

M. DEL BALDO e P. DEMARTINI, 2012b.  
«Small Business Social Responsibility and the Missing Link: The Local Context», *Working Papers Series in Economics, Mathematics and Statistics* # 2012/6, Urbino, Facoltà di Economia, Università degli Studi di Urbino «Carlo Bo».  
[http://www.econ.uniurb.it/RePEc/urb/wpaper/WP\\_12\\_06.pdf](http://www.econ.uniurb.it/RePEc/urb/wpaper/WP_12_06.pdf)

J. FERRÃO, 2011.  
*O Ordenamento do Território como Política Pública*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

G. FUÀ e C. ZACCHIA (Eds.), 1983.  
*Industrializzazione senza Frature*, Bologna: Il Mulino

C. HADJIMICHALIS, 2006.  
«Non-Economic Factors in Economic Geography and in 2'New Regionalism': A Sympathetic Critique», *International Journal of Urban and Regional Research*, 30 (3), pp. 690:714.

P. HEALEY, 2010.  
«Introduction: The Transnational Flow of Knowledge and Expertise in the Planning Field» in P. Healey e R. Upton (Ed.), *Crossing Borders. International Exchange and Planning Practices*. London & New York, Routledge, pp.1:25.

P. HEALEY, 2011.  
*Civic Capacity, Progressive Localism and the Role of Planning*, RTPi Nathaniel Lichfield Annual Lecture, 6<sup>th</sup> October 2011.  
<http://www.rtpi.org.uk/download/12964/RTPi-Nathaniel-Lichfield-annual-lecture-2011-text.pdf>

D. N. LIVINGSTONE, 2010.  
«Landscapes of Knowledge» in P. Meusbürger, D. N. Livingstone e H. Jöns, *Geographies of Science*. Dordrecht, Heidelberg, London, New York, Klaus e Springer, pp. 3:22.

P. North, 2011.  
«Geographies and Utopias of Cameron's Big Society», *Social & Cultural Geography*, 12 (8), pp. 817:827.

S. Parker, 2011.  
*Next Localism. Five Trends for the Future of Local Government*. London, NLGN.or the future of local government  
<http://www.nlgn.org.uk/public/wp-content/uploads/Next-Localism.pdf>

M. PELLING, 2011.  
*Adaptation to Climate Change. From Resilience to Transformation*. London, Taylor & Francis.

A. PORTES e P. LANDOLT, 2000.  
«Social Capital: Promise and Pitfalls of its Role in Development», *Journal of Latin American Studies*, 32, pp. 529:47.

R. D. PUTNAM, 1993.  
*Making Democracy Work. Civic Tradition in Modern Italy*. Princeton, NJ, Princeton University Press.

REVES Network, 2006.  
*Guidelines for a TSR@ Proces Shortcut*. Messina, Mesogea.  
[http://www.revesnetwork.eu/public/Giunta\\_imp.pdf](http://www.revesnetwork.eu/public/Giunta_imp.pdf)

D. SANTOS, 2012.  
«Responsabilidade Social, Desenvolvimento Sustentável e Território: que Relação?» in I. Domingues e P. C. Remoaldo, *Responsabilidade Social Organizacional: Desenvolvimento e Sustentabilidade*. Vila Nova de Famalicão, Editora Húmus, pp. 81:92.

M. ZORTEA, s/d.  
*Valorizar la Biodiversidad para Promover el Desarrollo Humano y Sostenible. Notas sobre Cooperación Internacional, Mercado y Universidad. Sinergias Posibles de la Experiencia del VIS en la Amazonia*.  
[http://www.zorteeasandri.it/sites/default/files/allegati/1/022%20Valorizar%20la%20biodiversidad\\_0.pdf](http://www.zorteeasandri.it/sites/default/files/allegati/1/022%20Valorizar%20la%20biodiversidad_0.pdf)

# Territory and solidarity: the European Union territorial cohesion policy and the role of local institutions

**Fátima Ferreiro**

**Sérgio Lagoa**

Professores Auxiliares do Departamento  
de Economia Política da Escola de Ciências Sociais  
e Humanas do ISCTE-IUL

**Licínio Pina**

Administrador no Crédito Agrícola

## Key words

Territorial cohesion, rural development,  
rural development policy, crédito agrícola,  
cooperative financial institutions.

## Palavras-chave

Coesão territorial, desenvolvimento rural,  
política de desenvolvimento rural, crédito agrícola,  
instituições cooperativas financeiras.

## ABSTRACT

This paper analyses the evolution of the notion of territorial cohesion in the European Union, with an emphasis on the importance given to the processes of participation and to the specificities of local realities. Despite space and territory has always received attention from the economic theories of development, only recently the territorial dimension was considered fundamental by the European Union. Even though the European Rural Development Policy has always had a greater territorial focus than other European policies, the real relevance of participatory models and the involvement of local actors within this policy has been questioned and must be scrutinized. The reference to a Portuguese cooperative financial institution illustrates this assessment by providing evidence on the role that a local institution can play in rural development.

## RESUMO

O artigo analisa a evolução da noção de coesão territorial no contexto da União Europeia, evidenciando a importância atribuída aos processos de participação e às especificidades das realidades locais. Por um lado, e apesar da presença das dimensões espacial e territorial na teoria económica do desenvolvimento, apenas recentemente a dimensão territorial foi considerada fundamental por parte da União Europeia; por outro lado, e embora a Política de Desenvolvimento Rural tenha uma perspectiva territorial mais forte do que outras políticas europeias, a relevância dos modelos participativos e o envolvimento efectivo dos actores locais no âmbito desta política tem sido criticado e deve ser objecto de escrutínio. A consideração de uma cooperativa financeira Portuguesa tem como propósito a ilustração destes aspectos ao permitir evidenciar o papel que uma instituição local pode desempenhar no desenvolvimento rural.

### Introduction

In this paper it is argued that the concern of the European Union (EU) with the territorial dimension of its policies and with the territorial cohesion relates to the notion of solidarity. The appeal to a place-based approach in the design and implementation of policies highlights some nuclear aspects of Solidarity Economics, like the attention to local specificities/identities and the centrality of participatory models of governance and decision-making. The creation of more solidary territories depends on doing policies connected with them, on the respect and valorisation of their specificities, on democratic participation, and on ensuring sustainability.

Only recently the territorial dimension was taken as fundamental in European policies, including in policies not territorially oriented. This fact can be interpreted as an indicator of the distance between policies and scientific thinking. Indeed, and in the case of Economics, there are many perspectives that, from very early, consider the territory as fundamental in the analysis of development processes.

In this paper our concern is to understand how the concept of territorial cohesion has evolved within the EU, highlighting local communities participation, namely in relation to rural development policy. Regarding this, we analyse the role of a financial cooperative institution – *Crédito Agrícola* (CA) – in the strengthening of territorial cohesion, attending to its territorial and institutional characteristics.

In Section 1 we present a very brief review of how the concept of territory has been approached in the disciplinary field of Economics; Section 2 identifies the key defining moments of the EU territorial cohesion's policy; in Section 3, a special focus is put on a territorial based policy, rural development, assessing its potentialities regarding some of the fundamental proposals of territorial cohesion presented in the previous section; Section 5 scrutinizes the role of CA in Portuguese rural development.

### Territory and development: a brief disciplinary approach

The presence of territory in the reflection about development processes can be illustrated through the disciplinary field of economics. In fact, some of the fundamental contributions to the emergence of this scientific domain are «territorially rooted». The Physiocrats' approach («Les Economistes», as they present themselves), for instance, conceive land as the only source of wealth in a reaction to the French mercantilist policies that privileged manufactures.

In turn, the presence of land in classical Political Economy is mainly related with the contribution of factors of production and social classes to the development of industrial capitalism. Landlords are often negatively perceived by Classical Economists (e.g., Adam Smith, John Stuart-Mill) considering, namely, the contradiction between the economic importance of the productive forces controlled by this social group, and their frequent negligent behaviour regarding land exploitation and care. Despite Economics territorial roots, and according to Capello,

«[...] in the history of economics, analysts have devoted most of their attention and efforts to determine the quantities of resources to be used for various purposes; they have concerned themselves with where those resources and activities are located or where they will be located only in the recent past. Analytical precedence and priority has thus been given to the temporal dimension over the spatial one» (Capello, 2011, p. 2).

Regional economics is the branch of Economics that incorporates the dimension «space» into the analysis of market working (*Idem*: 1). It is possible to identify two large groups of theories in regional economics: «location theory, the oldest branch of regional economics, first developed in the

early 1900, which deals with the economic mechanisms that distribute activities in space»; and «regional growth (and development) theory, which focuses on spatial aspects of economic growth and the territorial distribution of income» (*Idem*: 2). Among the founders of location theories one should mention Marshall, von Thunen, Weber, Christaller, and Losch.

The territorial approach, which emerged in the 1970s within regional economics, involves the redefinition of the conception of «space». This concerns now to specific and concrete realities and not to homogenous space-distance («a simple geographical container»). This new conception of space has several implications, including the consideration of the relational dimension of economic and social phenomena and the vision of development as endogenous, that is:

«[E]mbedded in socio-economic and cultural systems whose components determine the success of the local economy: entrepreneurial ability, local production factors (...), relational skills of local actors generating cumulative knowledge-acquisition and, moreover, a decision-making capacity which enables local economic and social actors to guide the development process, support it when undergoing change and innovation, and enrich it with the external information and knowledge required to harness it to the general process of growth, and to the social, technological and cultural transformation of the world economy» (*Idem*: 14).

During the 1970s and the 1980s, this new perspective was carried out by some neo-Marshallian theorists, like Giacomo Bacattini («theory of the industrial district»), Walter Sthor («bottom-up development»), Reinhart Wetmann («indigenous potential»), Bernardo Secchi and Gioacchino Garofoli («system areas»), Claude Courlet-Benard Pecqueur and Bernard Ganne («localized industrial system») (*Idem*, pp. 14:15).

These non-orthodox theories consider some central aspects envisaged by the territorial cohesion approach that presented in the next section and summarized by Capello:

«[...] we argue that these theories have enriched economic analysis by identifying the intangible elements (knowledge, learning, relationality, and social capital) which come together to form local competitiveness. Far from being of scant economic significance, these elements should be valued and appreciated for their contribution to knowledge on local development processes» (Capello, 2011, p. 15).

### Solidarity and territory in the European Union: territorial cohesion

This section presents the fundamental moments of the institutional consideration of territory in EU policies, which culminates with the «Territorial Agenda for the EU 2020». We will consider the main moments and the terms in which territorial cohesion was presented, emphasizing what we named a solidarity vision of the territory (Table 1).

The theme of territorial cohesion has been debated in Europe since the years 1990s, mainly among politics involved in territorial planning. In 1999, this debate originated the *European Perspective of Spatial Development*, which in turn originated programmes of transnational cooperation in the context of INTERREG and led to the creation of the European Spatial Planning Observation Network (ESPON) (Camagni, 2007, p. 5).

According with Camagni (2007), the concept of territorial cohesion was «authoritatively» introduced by the *Third Cohesion Report* (European Commission, 2004). A reference to territorial cohesion can still be found in Article 36 of the *Charter of Fundamental Human Rights* (2000) («services of general economic interests») (Faludi, 2006, p. 669).

A more developed presentation of the concept of territorial cohesion was given by the Directorate General of Regions in the *Interim Territorial Cohesion Report*, which used the results of the ESPON and other European Commission (EC) studies (Camagni, 2007, p. 5). According to the report, territorial cohesion is complementary to economic and social cohesion, and corresponds to «a balanced distribution of human activities within the EU space».

**Table 1**  
**Main steps in the introduction  
of territorial cohesion in EU policies**

Document	Main innovation
European Perspective of Spatial Development (1999)	Programme for transnational cooperation (INTERREG). ESPON
Third Cohesion Report and European Constitution (2004)	Introduction of territorial cohesion as a EU's goal.
Interim Territorial Cohesion Report (2004) and Community Strategic Guidelines for Cohesion (2006)	Developed presentation of the concept of territorial cohesion during the 1970s and 1980s. Complementarities between economic, social and territorial cohesion.
Towards a Stronger European Territorial Cohesion in the Light of the Lisbon and Gothenburg Ambitions (2005)	The concept acquires a practical sense. Concept of Territorial Capital.
Lisbon Treaty (2007–signature, 2009–entry into force)	The concept acquires legal status in EU primary law.
Green Paper on Territorial Cohesion (2008)	New territorial partnerships
Barca Report (2009)	Place-based policies
The Fifth Report on Economic, Social and Territorial Cohesion (2010)	Territorial cohesion's role in the Europe 2020 goal of smart, inclusive and sustainable growth.
Territorial Agenda for the European Union 2020 (2011)	Integrated development, territorial connectivity and territorial coordination of policies

The importance of territorial cohesion in the EU context was further underlined by the *Community Strategic Guidelines for Cohesion* adopted by the Council in 2006, which stated that: «the promotion of territorial cohesion should be part of the effort to ensure that all European territory has the opportunity to contribute to the agenda of growth and employment» (EC, 2008). This message on territorial cohesion is also present in the *Lisbon Strategy*.

The 2005 informal ministerial meeting on territorial cohesion and regional policy in Luxembourg produced the document *Towards a Stronger European Territorial Cohesion in the Light of the Lisbon and Gothenburg Ambitions*, which incorporates the analytical basis of ESPON. The concept of territorial cohesion acquires here a practical sense (Camagni, 2007, pp. 5:6): «territorial capital» should be considered by development policies of the territory as part of the efforts to increase European competitiveness. The priorities presented are the increase in «polycentrism» and partnership between urban and rural areas, the promotion of «clusters» of innovative and competitive activities, strengthening trans-European networks and risk management, and the advancement of ecological structures and cultural resources (Faludi, 2006: 670). Concerns and policies associating the «classics» themes of European regional policy, more related with distributive purposes, were combined with issues of competitiveness, endogenous development, sustainability and good governance (*Ibidem*).

In this direction, Camagni introduces the concept of territorial cohesion as follows:

«In my opinion, if the concept of Territorial Cohesion has to add to the content of economic and social cohesion, it must necessarily link the sustainability issue. In a word, territorial cohesion may be seen as the territorial dimension of sustainability» (Camagni, 2007, p. 6).

The concept incorporates three dimensions: territorial quality (e.g., quality of living and working conditions, access to services and knowledge; territorial efficiency, including the efficient use of energy, land and natural resources, and economic competitiveness), and territorial identity (e.g., presence of «social capital», and developing shared visions about the future) (*Idem*, pp. 6:7).

The notion of sustainability imposes itself in territorial cohesion documents. In the *Green Paper on Territorial Cohesion* (EC, 2008) it is presented as a harmonious development of the territory, transforming diversity into an asset that enables sustainable development of the EU. Among the several issues presented for debate, it is the concept of «new territorial partnerships», that is, the participation of economic and social actors (e.g. non-profit institutions, local stakeholders, voluntary organizations and NGOs) in the definition and implementation of policies.

The so-called «Barca Report» corresponds to a fundamental moment in the defence of the «place-based» strategy in the definition and implementation of Community policies:

«[A] place-based policy is a long-term strategy aimed at tackling persistent underutilisation of potential and reducing persistent social exclusion in specific places through external interventions and multilevel governance. It promotes the supply of integrated goods and services tailored to contexts, and it triggers institutional changes» (Barca, 2009, p. VII).

The «place-based» perspective is also presented as the best way to meet the challenges and expectations of the EU (efficiency, social inclusion, strengthening solidarity within the Union, and the peace and welfare purposes of the EU<sup>1</sup>). In short, it is proposed that the «territorialized social agenda» should be focused on people, taking into account that their well-being and the effectiveness of any intervention depends on where they live (*Ibidem*, p. XIII).

Given the purposes of this paper, it should be considered here one of the topics listed in the governance section of the *Barca Report*, «The Strategic and more effective governance», which is related with the importance of participation mentioned above: the «mobilization of local actors». It is understood that, and among other things, this mobilization depends crucially on the capacity to transmit at the European level views, assessments, and contributions of local public institutions and private actors:

«[T]he opening up of debate on the progress and achievements of the policy should also allow the views of sub-regional public actors and interest groups—such as economic and social partners, NGOs, environmental, voluntary and equality bodies, other representatives of civil society—to be made known» (*Idem*, p. 179).

In the Commission Communication *Europe 2020, The Strategy for Smart, Sustainable and Inclusive Growth* (2010), the reference to «inclusive growth» includes social and territorial cohesion. It is understood therefore that growth should be extended to the entire European territory, including its most remote regions, increasing territorial cohesion (EC, 2010, p. 17). This Communication is one of the documents present in the *Territorial Agenda for the European Union 2020*. The word «solidarity» arises in this context related to territorial cohesion. It is stated that «territorial cohesion complements the mechanisms of solidarity with a qualitative approach and clarifies that development opportunities should be designed according to the specificities of each area» (EU, 2011, p. 3). It is then defended that a «place-based» approach in the definition of policies contributes to territorial cohesion (*Idem*, p. 4). One of the «territorial priorities for the development of the European Union», it is precisely the «increase in the integrated development of

cities and rural areas». The identification of mechanisms of governance and implementation of territorial cohesion involves various aspects, including the «territorial coordination of policies». Both Rural Development and Cohesion Policies emerge as key elements in this process of finding a balanced territorial development of the EU.

The *Fifth Report on Economic, Social and Territorial Cohesion* (EC, 2010) was the first to be done after the *Lisbon Treaty*, which presents territorial cohesion as one goal of EU. This report includes a policy vision that encompasses much of the evolution in territorial policies described above. It argues that territorial cohesion may contribute to the general EU goal of a more smart, inclusive and sustainable growth path.

According with the Report, while economic and social cohesion is more concerned with economic convergence of regions and the social exclusion of social groups, territorial cohesion is focused in a balanced access across the territory to quality services and infrastructures, in a sustainable development, and in the respect for territorial and cultural specificities. The access to services of general interest includes, namely, the access to education, health care, business and financial services. Sustainable development policies emphasize the environmental dimension. Adding the territorial dimension to cohesion, it implies also more attention to the role of cities and to specific areas with demographic and social problems.

The search of territorial cohesion implies a concern with the territorial impact of policies. It is mentioned that all EU policies should take into account their effects on economic, social and territorial cohesion.

In the 2000s, disparities between European regions in terms of economic, social and environmental indicators have decreased. The main explanation for growth in all EU regions is related with productivity growth, either inside sectors (related with innovation) or due to employment movements to higher value added sectors.

It is recognized that innovation is one of the main factors of regional convergence. In regions that are not main centres of innovation, the concern should be to absorb innovations rather than to do radical innovations. It is considered that less developed regions should have infrastructures, institutions and human resources that support innovation. While the digital infrastructure is growing in importance in the distribution of products online, transport infrastructures are still very important to guarantee the access to markets, which will spur the effects of innovation on development. Due to this, cohesion policy continues to finance public investment in less developed regions, namely transportation networks.

Innovation promotes growth, which creates jobs. The creation of employment is rather important for improving the living conditions of populations, especially in regions of high unemployment.

The Cohesion policy has evolved to consider some important dimensions, some of them related with the territory: the importance of loans and venture capital, the relevance of involving regional and local actors, the efficacy of the local development model for some programmes, and the special place of rural areas on the promotion of territorial balance.

Firstly, it is argued that the impact of Cohesion policy will be improved by moving from simple grants to loans and venture capital. The access of SMEs to finance is a key element to promote an innovation culture, distinct from the subsidy culture. Non-financial support in terms of consulting, networking and clustering is also seen as a valuable policy instrument. The expected effect of this more proactive policy is an increase in productivity, rather a simple increase in employment. In a similar direction, National cohesion policies emphasized growingly endogenous development by supporting regions in areas where they are competitive, instead of compensating lagging regions by their disadvantages.

Secondly, it is defended that «one-size-fit-all» policies should be avoided, giving to regions the possibility to design and deliver policies according with their needs. The EU recognizes that involving regional and local communities, stakeholders, and social partners, in the policy design up to the implementation phase contributed to a better impact of Cohesion Policy in the period 2000-2006. It is stated that partnerships mobilize the knowledge of actors that are interested in programmes' success, and that such mobilization should be reinforced in the future. The creation of partnerships has not been easy due to the lack of experience in many countries, the difficulty in identifying partners and the reduced knowledge that partners have of Cohesion Policy. In general, the involvement of partners has been larger in the creation of strategies and the design of programmes than in the implementation phase.

Thirdly, the Report recognizes that the local development model can be applied in a variety of policy programmes. This model involves actions in small and delineated areas, close partnerships with local actors, and an integrated approach to several improvements in the targeted area. An example of the application of this approach is the Leader Initiative. The Report recognizes, however, that the local development model needs further improvements, being necessary a larger involvement of local partners and a larger delegation of responsibilities to local authorities.

Finally, the EU ascertains that rural areas are central for promoting sustainable development and territorial balance. Due to the wide variety existing in rural areas across the EU, it is recognized that policies have to be designed attending to the specificities of each area, and using the local development model where possible. Key elements in the development of rural areas include: maintain economic activity, guarantee the offer of social services and infrastructures, and respect the rural character of such areas.

This ensures the improvement of living conditions in rural areas, promoting social cohesion at the national level. The support to rural areas has been done by the European Social Fund (ESF), supporting human capital, by the European Agricultural Guidance and Guarantee Fund (EAGGF) – Guidance Section, promoting farming activities in specific regions, and by the European Regional Development Fund (ERDF) in a broad range of areas, including transport and the promotion of the diversification of economic activities. The rural development pillar of CAP, financed by the European Agricultural Fund for Rural Development, also supports rural areas, through the promotion of structural changes in farms' businesses and using the Leader Initiative for rural development.

In synthesis, the European debate about territorial cohesion introduces fundamental aspects in a solidarity approach to the territory. In this approach the goal is to attain a *result* of larger equity in the territory, but at the same time the emphasis is also on the *process* of attaining such result: attention to the specificity of territories, sustainability and participatory governance mechanisms. All these things are present in the notion of place-based policies.

The next section considers rural development policy in close articulation with aspects of the Cohesion Policy that point to a solidarity vision of the territory, namely to the consideration of local specificities and the involvement of local economic and social actors in policies' implementation.

### **EU Rural development policy and territorial cohesion**

Despite its territorial vocation, the rural development policy was in certain moments criticized by its highly sector nature, without a linkage with territories and their needs. This nature is connected with the working model of the Common Agricultural Policy (CAP), which aims the stabilization of markets and the support of farmers' income, without an anchor in the territory. It is true that some measures and programmes, as is the case of aid within the 'Less Favoured Areas' framework, incorporated central considerations to the territory, but such measures remained marginal in the context of the CAP.

The absence of the territory in rural development policy was referred in the Cork Conference in 1996. Commissioner Fischler mentioned the need to change the focus of the agricultural policy towards a policy of rural development tailored to local needs by providing a 'sustainable and integrated rural development'. The statement that emerged from the conference presented a set of guiding principles:

«sustainability particularly of the natural and cultural resources; a multisectorial and territorial approach, the need of defining integrated and multi-year programmes, the importance of the private and community capacity building at each site that should be used in the decentralization of the design and implementation of policies, and the need for monitoring and evaluating with the participation of stakeholders» (Dwyer *et al*, 2007, p. 874).

This approach was reaffirmed in the CAP reforms of 2003 and 2004.

The assessment of the level of decentralization and 'territorial responsibility' of rural development policy between 2000-06 was presented by Dwyer, Ward, Lowe and Baldock

(2007). The authors' conclusion is that the final result is less than was promised. The policy reveals a «conservatism» and to that extent a difficulty in applying a territorialized approach, decentralized and participated. Among the factors pointed to explain the trend of «institutional predisposition toward conservatism», are: i) the centralizing nature of the Guidance Section of the Structural Fund dedicated to agriculture (EAGGF); ii) the fact that the financial management remained the responsibility of institutions dedicated to the agricultural sector (the Guarantee Section of the EAGGF); iii) the inconsistency between the two pillars of the CAP; iv) the lack of institutional familiarity with territorialized approaches by entities with a centralized culture (Dwyer *et al*, 2007, p. 880). The authors show optimism about the «new» Rural Development Regulation and the design and implementation of the Rural Development Policy in 2007-13:

«[O]n a more positive note, although the European Agricultural Fund for Rural Development [...] Regulation, agreed in September 2005<sup>2</sup>, differs relatively little from Regulation 1257/1999 in its collection of measures and overall scope, it contains new provisions aimed at the strengthening of strategic aspects of rural development planning and programming, as well as the setting up of national and EU-wide observatories to help exchange best practice» (*Idem*, p. 886).

Another aspect pointed out as positive in the assessment of the design of the Rural Development Programme (RDP) relates to the consideration of axes, including the creation of Axis 4 on the Community Initiative Leader. This initiative is indeed seen as one of the factors of innovation in the implementation of the RDP under review, against the dominant conservative logic. For Dwyer *et al*,

«EU Structural Fund Programmes and Community Initiatives have placed emphasis upon the importance of cross-sectorial and multi-institutional partnership in designing and delivering policies to help rural areas adjust to change» (*Ibidem*, p. 883).

Leader Initiative emerges as an exemplary initiative in terms of a territorialized design of policies and an example of «good practice» in pursuing the implementation of territorial solidarity within the terms set forth in the preceding paragraphs of this article.

The EU Rural Development Regulation is the base of national Rural Development Plans (RDP). In what follows we describe the Portuguese RDP (2007-13) because we will describe below the contribution of a Portuguese local organization to rural development. That plan has four axes: Axis One focus the improving of competitiveness of the primary sector (agriculture and forestry), Axis Two is mainly concerned with improving the environment and countryside, Axis Three is dedicated to improving the quality of life in rural areas and the diversification of the rural economy, and Axis Four is the Leader Initiative. This initiative aims the valorisation of the potential of local development and governance. Leader includes the following vectors: territorial strategies of rural development (Vector 1); support to cooperation between rural territories (Vector 2); and building networks involving all the rural areas of the EU (Vector 3). This bottom-up initiative uses local partnerships to promote rural development in an integrated approach (economic, social, cultural and environmental). Local Action Groups (LAG) are the entities responsible for the implementation and management of local projects integrated in Leader. They should correspond to a balanced and representative expression of territorial socioeconomic diversity.

The philosophy of involvement and partnership of local actors in the identification, design and implementation of rural development initiatives through Leader is here presented as an example of local development governance considering the involvement of local actors: a bottom-up approach. It is important to refer that the proposal of Regulation for the period 2014-2020 related with Structural Funds recommends the enlargement of the Leader methodology to all the programmes, with a compulsory nature to the Rural Development Fund and an optional nature to the other programmes. The current debate about the CAP after-2013 (‘The CAP within the horizon of 2020’) includes the reference to the territorial balance as a main goal to pursue. Among the measures related with this objective is the support to rural employment and the preservation of social tissue in rural areas (Cordovil, 2012). The involvement of local actors in the strategy of territorial development is also stressed within the framework of territorial cohesion. In fact, the issue ‘New territorial partnerships’ (*Green Paper of Territorial Cohesion*) states that: «[T]he pursuit of territorial cohesion may also imply wider participation in the design and implementation of policies» (EC, 2008, p. 12).

### **Rural development and local institutions: the case of Crédito Agrícola**

In this section we present evidence that the Portuguese cooperative bank *Crédito Agrícola* (CA) plays an important role in rural development in articulation with the Portuguese RDP.

In 2011, CA made one hundred years, and actually is the only co-operative bank operating in Portugal. This bank has a historical connection to agriculture, but today is a universal bank. CA is a financial group that occupies the seventh position in the Portuguese domestic market, with a market share in 2010 of around 3% on loans and 5% on

deposits. However, its presence is disproportionately large in rural regions, with a branches’ market share of more than 30% in some regions.

CA group is composed by a centralized body, *Caixa Central*, and several local banks, *Caixas*, with both of them having the legal form of a cooperative and a legal status different from standard commercial banks. The *Caixas* are small local banks, with autonomy of management and decision, with *Caixa Central* acting as a guide, regulator and representative of the Group.

During the past three decades, there was an evolution in the legal framework of CA and today almost everyone can be an associate of the *Caixas*, not being necessary to develop activities connected to the primary sector, as it was in the past. This means that today CA lends to all economic sectors and households, offering a complete set of financial products similar to a standard commercial bank. Despite this, credit to the primary sector is still much more important in CA than in other banks (Ferreiro et al, 2012).

Like other European cooperative banks, CA has some features distinct from commercial banks (Barradas *et al*, 2011). CA is more dedicated to the development of rural regions, as we will see below in more detail. CA main strength is the knowledge and presence in local economies, decision centres closer to local needs and the trust of clients. To be a client of CA is almost similar to be a client of a local bank. The more than 400 thousand members can have a word to say in an organization managed according with democratic cooperative principles. Additionally, the bank follows a more conservative business approach, which involves less risk, more capital and a larger specialization in retail banking. CA is also more focused than other banks in the credit to firms, meaning that it plays a more significant role in the expansion of productive capacity. Despite being focused on maximizing members/customers’ welfare and not being

exclusively focused on profits, its profitability is quite good, with the Return-on-Assets being larger than the average of the banking sector. This is partially grounded in a large market share in local deposits markets. The good financial performance, allowed the bank, during the period of crisis of 2008-10, to follow an anti-cyclical lending behaviour, characteristic of a co-operative bank.

The role of the bank in local development can be systematised around four points: 1) the bank has a large presence in all the territory and a close involvement with local communities (proximity); 2) CA has a governance model that promotes the economic sustainability of local communities (governance); 3) CA is consulted in the formulation of the rural development plan, participates in its financing and in local partnerships (partnerships); and 4) CA finances partially projects that involve also European and National public funding (Commitment and trust). In what follows we present in more detail each one of these points.

Regarding proximity and governance, CA is more committed than commercial banks in the development of poor and rural regions. Firstly, being a cooperative bank, CA is more concerned with the long-term wellbeing of customers and local economies where it is present. Secondly, since local *Caixas* have autonomy, the decision centre is closer to clients in CA than in other banks. This closeness is also evident in the fact that the CA's branch network is, in relative terms, very large comparatively to other banks and it is more present in rural areas. In 250 small villages, CA's branch is the only point of contact that populations have with the financial system. At NUTS3 level, the correlation between the number of CA branches per capita and the GDP per capita is much smaller than the correlation between the number of branches of commercial banks per capita and GDP per capita (Ferreiro *et al*, 2012). The same occurs for the amount of credit per capita. Moreover, CA is

more specialized in credit to firms than the average of the banking sector. Credit to firms has a larger effect on regional potential output than credit to households. Typically the CA's clients are SMEs, which in general have larger difficulty in obtaining external finance.

The proximity with the local community is also expressed in terms of the bank's human resources policy, which prefers to recruit workers living in the region of influence of each *Caixa*. The local *Caixas* also invest profits locally, buy products from local suppliers, pay their taxes locally, and contribute to the building of local business networks.

The larger presence of CA in rural and poor regions contributes to facilitate the access of populations and firms to financial services. This is a contribution to territorial cohesion as it was defined in previous sections. Also by financing new businesses and households and by its direct effect on aggregate demand, CA contributes to the economic convergence of poor regions, to the decrease of unemployment and to counteract human desertification. And the support to these regions continues in periods of crisis, since CA has a countercyclical lending policy.

The theory of industrial clusters highlights the importance of related industries in the development of firms' competitive advantages. The existence of local suppliers is important not only for the easy and speed of access to inputs, but also, and most importantly, because of the possibility of cooperation between suppliers and firms. This reasoning can be applied to financial capital. If banks are closer to firms they may easily exchange information, understand the needs of firms, and undertake common projects.

The existence of banks in certain regions may be especially important if capital is not perfectly mobile across regions, as concluded by Amos and Wingender (1993). The regional dimension of informational costs may also justify the relevance of the regional level of financial development for

economic growth (Samolyk, 1994). In such circumstances, local banks may have a more significant role in promoting regional economic growth than national banks (Collender and Shaffer, 2003; Usai and Vannini, 2005; and Hakenes *et al*, 2009). In the Portuguese case, econometric evidence indicates that the presence of CA has a positive effect on economic growth, with this effect being stronger than the effect of other banks (Ferreiro *et al*, 2012).

Apart from the strictly business relationship with local firms and households, CA has a committed policy of social responsibility. Between 2006 and 2009, the bank distributed 3.2% of total profits, i.e., €12.5 million, to social institutions (*Crédito Agrícola*, 2010). The money supports local initiatives in social, cultural and sport areas (e.g., kindergartens, schools, fire stations, health centres, cultural associations, conservation of heritage, environmental education).

Other contribution of CA to development is related with its participation, at various levels, in the Portuguese RDP. Firstly, CA was one of the partners consulted for the design of the Plan. Secondly, the day-to-day CA's financing also contributes to promote some goals of the Programme: increase of production's quality, investment and diversification of local economy. The RDP includes a sub-axis on financial tools, with an emphasis on risk management. It is acknowledge that agricultural firms should have more access to financial tools adequate to their needs, the access to external financing should be improved, and the creation of new and innovative firms should be encouraged. On all these issues, a bank with the sectorial focus of CA may play an important role. Take as an example the case of crop insurance offered by the bank. However, note that, due to its more conservative approach to banking, CA may be more reluctant in financing innovative projects.

Thirdly, CA also offers some supporting services in the context of the RDP, as it is responsible for the transference

of financial supports paid by the CAP to farmers and it gives support to farmers in the elaboration of applications to CAP programmes.

Lastly, CA is also an important partner in many of the partnerships in the context of the Leader Initiative: CA is present in 24 of the 47 Local Action Groups (LAG). As an example, four local *Caixas* were at the foundation and are in the administration of one of the LAG, the Rural Development Association of Serra da Estrela (ADRUSE). This association main goal is to support firms, professional training and the improvement of infrastructures. More generally, CA loans are also one of the main private financing sources of Leader Initiative: from the 253.7 million euros of total financing, 68.7 million are private, with around 50% of it being financed by CA's loans.

Outside the Leader Initiative, another example of CA involvement in partnerships aiming at the development of rural areas is the Real Estate Fund *Floresta Atlântica*. Created in 2007, this fund is owned by private investors with the participation of National and European public institutions. The fund's main goals are the acquisition of real estate for the development of forest production, tourism, hunting and other activities compatible with forestry. The initiative includes the North and Centre of Portugal and aims also to develop diverse forest species.

Another example of partnership of CA with local actors is the creation of a Foundation by a local *Caixa* (*Caixa Agrícola do Noroeste* Foundation). The Foundation includes eight local councils and also regional higher education Institutions, and its main goal is to support cultural actions and activities for the young people.

Finally, another example of CA's collaborative initiatives was the creation of an enterprise (Naturar) undertaken by three *Caixas* (Póvoa, Noroeste, and Baixo Mondego). The bank's objective is to support the restructuration of

small and medium size farms dedicated to milk production into more viable productions, with an emphasis on the access to commercial networks.

From what we said, CA acts in articulation with the EU cohesion policy and the Portuguese RDP, being aligned with their main principles and goals (Table 2). In fact, the institution promotes endogenously employment and innovation by granting loans, with a focus on rural areas, participates in partnerships with local actors in the context of EU policies, and contributes to economic and territorial cohesion.

In conclusion, CA promotion of local development is characterized by a variety of partnerships and activities, in articulation with the main public policies directed to the development of rural territories.

**Table 2**  
**Contribution of CA to the Rural Development Policy goals**

Rural Development Policy goals	Contribution of CA
Economic, social and territorial cohesion: Innovation and employment Importance of rural areas	Financing activity Strong presence in local economies
Move from subsidy to loans and venture capital	Financing activity
Involvement of regional and local actors Local development model	Strong presence in local economies Participation in partnerships

### Conclusion

It was argued that the concept of territorial cohesion in EU policies can be related with that of solidarity. The increasing centrality of place-based strategies and, therefore, of a participatory approach to territory is the result of a process with political, economic and social dimensions. Despite its presence in the studies of economic development, it was only recently that the territory appeared as a decisive variable in the design and implementation of EU policies. Even in policies with an evident territorial dimension, like the Common Agricultural Policy, the sectorial focus still prevails.

The reference to territorial cohesion provided the analytical framework to consider rural development policy, which is conceived as a paradigmatic territorial-based policy. Nevertheless, this policy presents some critical aspects regarding the interface with territory. The integration of Leader in the current Normative Regulation of the Rural Development Policy appears as an opportunity to overcome what was considered in the period 2000-06 the «conservative» nature of this policy.

The presentation of the activity of a local institution—*Crédito Agrícola (CA)*—illustrates the bottom-up approach of rural development policy. The participation of CA in the process of rural development is manifold: it finances households and SMEs in rural areas, including projects co-financed by National and European funds; it is consulted in the formulation of the Portuguese RDP, participates in its financing and in local partnerships; and it has a large presence in all territory and a close involvement with local economies. In fact, it may be that are the CA cooperative specificities that explain its role in local development, especially in the RDP.

The CA's case shows that local institutions may play an important role in promoting rural development, thus validating the evolution in EU cohesion policy of favouring the involvement of local actors and the local development model.

## References

- O. M. AMOS, J. R. WINGENDER, 1993. «A model of the interaction between regional financial markets and regional growth», *Regional Science and Urban Economics* 23, pp. 85:110.
- Fabrizio BARCA, 2009. *An Agenda for a Reformed Cohesion Policy, a place-based approach to meeting European Union challenges and expectations*, Independent, Report prepared at the request of Danuta Hubner, Commissioner for Regional Policy.
- R. BARRADAS, S. LAGOA, E. LEÃO, 2012. «The Non-for-profit Banks in Portugal: Specificities, Social Role and Evolution», *Review of Solidarity Economics*, forthcoming.
- Roberto CAMAGNI, 2007. «The rationale for territorial cohesion and the place of territorial development policies in the European Model of society», in A. Faludi (ed.), *Territorial Cohesion and the European Model of Society*, Lincoln Institute of Land Policy.
- Roberta CAPELLO, 2011. «Locational, Regional Growth and Local Development Theories», in AESTIMUM 58, pp. 1:25.
- Francisco CORDOVIL, 2012. *Política Agrícola Comum e Desenvolvimento Rural, perspectivas para o pós 2013* (diapositivos de sessão apresentada em Abril, disponibilizados pelo autor), ISCTE-IUL.
- CRÉDITO AGRÍCOLA, 2010. *Sustainability Report – Crédito Agrícola*, Lisboa.
- R. N. COLLENDER, S. SHAFFER, 2003. «Local bank office ownership, deposit control, market structure and economic growth», *Journal of Banking and Finance* 27, pp. 27:57.
- Janet DWYER, Neil WARD, Philip LOWE, David BALDOCK, 2007. «European Rural Development under the Common Agricultural Policy's «Second Pillar»: Institutional Conservatism and Innovation», *Regional Studies*, vol.41.7, pp. 873:887.
- EUROPEAN COMMISSION, 2004. *A New Partnership for Cohesion: The Third Report on Economic and Social Cohesion*, Luxembourg.
- EUROPEAN UNION, 2005. *The Territorial State and Perspectives of the European Union, Towards a Stronger European Territorial cohesion in the Light of the Lisbon and Gothenburg Ambitions*, Based on the Scoping Document discussed by Ministers at their informal Ministerial Meeting in Luxembourg, May.
- EUROPEAN COMMISSION, 2008. *Green Paper on Territorial Cohesion: Turning Territorial diversity into strength*, Communication from the Commission to the Council, the European Parliament, the Committee of the Regions and the European Economic and Social Committee.
- EUROPEAN COMMISSION, 2010. *Europe 2020, a Strategy for smart, sustainable and inclusive growth*, Communication from the Commission.
- EUROPEAN COMMISSION, 2010. *Investing in Europe's Future: The Fifth Report on Economic, Social and Territorial Cohesion*, Luxembourg.
- EUROPEAN UNION, 2011. *Territorial Agenda of the European Union 2020, Towards an Inclusive, Smart and Sustainable Europe of Diverse Regions*, agreed at the informal Ministerial Meeting of Ministers responsible for Spatial Planning and Territorial Development.
- Andreas FALUDI, 2006. «From European Spatial Development to Territorial Cohesion Policy», in *Regional Studies*, vol. 40.6, pp. 667:678.
- F. FERREIRO, S. LAGOA, L. LIMA, 2012. «Cooperative Financial Institutions and Regional and Rural Development: The Portuguese Case». Paper presented in the conference Cooperative Responses to Global Challenges, 2012, Berlin.
- H. HAKENES, R. SCHMIDT, R. XIE, 2009. *Regional Banks and Economic Development: Evidence from German Saving Banks*, Mimeo.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2007. *Desenvolvimento Rural e das Pescas. Programa de Desenvolvimento Rural, Continente 2007-2013*.
- K. A. SAMOLYK, 1994. «Banking conditions and regional economic performance. Evidence of a regional credit channel», *Journal of Monetary Economics* 34, pp. 259:278.
- F. USAI, M. VANNINI, 2005. «Banking structure and regional economic growth: lessons from Italy», *Annals of Regional Science* 39, pp. 691:714.

## Notas

1 In this context, the Economic and Monetary Union is a mean to achieve that goals and not an end in itself.

2 Reg. 1698/2005 (20 September). The creation of the European Fund to the support of Rural Development was created through the Reg. 1290/2005 (21 June).

# A Economia Social e o Futuro da Economia

Manuela Silva <sup>1</sup>

Professora Jubilada do ISEG  
Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa

## RESUMO

Está longe de ser consensual o conceito de economia social e, por isso, a Autora começa por passar em revista diferentes designações e conceitos, considerando que é cada vez mais importante alargar o conceito de economia social a todo o tipo de entidades, incluindo as empresas que concorrem no mercado, cuja racionalidade se não baseie, exclusivamente ou predominantemente, na maximização do lucro do capital, mas tenha na devida conta todas as partes que integram a empresa ou seja: os seus trabalhadores, clientes, fornecedores, Estado, e a própria sociedade em que está inserida.

A economia social, para além do seu peso estatístico, tem vindo nas últimas décadas a afirmar a sua capacidade de contribuir eficazmente para a solução dos novos problemas sociais, como é o caso do desemprego.

Os princípios que inspiram a economia social constituem um importante antídoto para ultrapassar a presente crise e fazer evoluir o capitalismo de mercado para um novo e mais avançado patamar, onde o capital assuma a sua função primordial de meio de produção ao serviço de bem comum. Assim sendo, a economia social poderá oferecer uma alternativa não despidianda ao actual modelo económico e poderá abrir caminho no sentido de uma desejável democratização da economia.

## ABSTRACT

The concept of social economy is far from consensus; therefore the author reviews different concepts and denominations. According to her opinion it is desirable to keep in mind a concept as broader as possible in order to include the situation of those enterprises that work in the market and function according its rules but whose main aim is not the maximization of profit; instead, look for answering to people's needs and common good of the societies where they are rooted.

Besides their statistical weight, social economy, in last decades, has been considered as an important instrument to answer to some of the major challenges of contemporary economic crisis, namely unemployment, inequalities and poverty.

According to author's view, social economy may offer an useful alternative to the present economic model, namely by preparing the path to the desirable economic democratization.

### Designação e Conceito – um debate inacabado

Está longe de ser consensual o conceito de economia social e também não existe unanimidade acerca da preferência relativamente à designação considerada mais ajustada, abrangente e isenta de equívocos.

A dificuldade resulta da complexidade e da pluralidade de expressões que a dita economia social pode abranger e respectivas tradições históricas e, simultaneamente, está dependente da perspectiva que se adopte e das pretensões que se tenha acerca da funcionalidade do conceito.

Não tenho a veleidade de dar um contributo definitivo a esta questão, mas, como é indispensável dispor de uma designação para efeito do prosseguimento da reflexão, opto, provisoriamente, entenda-se, pela qualificação «economia social», com a mesma legitimidade com que outros adoptam designações diferentes para referir este mesmo sector da economia e da organização social.

*Economia social* é a definição mais tradicional e tem o mérito de definir com clareza o perímetro legal deste sector, bem como o de servir de critério estatístico comum ao espaço comunitário e, deste modo, facilitar a medida e a comparabilidade. Reconheço, no entanto, que tem o inconveniente que resulta da semântica associada à palavra «social», por oposição a «económico».

A designação de *economia solidária* que alguns autores preferem poderá no futuro ser uma alternativa; por ora, afigura-se-me menos consensual.

Uma terceira denominação alternativa – *economia do terceiro sector* – é, do meu ponto de vista, a que menos convém a um sector em expansão, por induzir a ideia de que se trata de um campo residual em relação ao da economia mercantil, o que poderá não ser o caso em muitas situações.

Resta a designação de *economia sem fins lucrativos*, que também se me afigura inadequada e menos rigorosa, pois, no limite, excluiria a actividade, que embora pertencendo,

pela sua natureza, ao domínio da economia social, admita alguma remuneração para os capitais nela investidos.

Desta digressão terminológica retenho, pois, a designação de economia social, como a mais apropriada no presente estado da arte. Adiante voltarei ao assunto, para aprofundar o conceito subjacente à designação.

O conceito de economia social pode definir-se segundo um duplo critério:

A natureza jurídica da entidade que suporta uma qualquer actividade humana de produção de bens e serviços com utilidade individual e social. Segundo este critério, a economia social engloba entidades com contornos jurídicos bem precisos: cooperativas, mútuas, associações sem fim lucrativo, fundações.

A natureza dos princípios e modos de gestão que informam uma dada actividade de produção de bens e serviços, independentemente da sua natureza institucional.

Esta abordagem remete, necessariamente, para a definição desses princípios e sua implicação na lógica de gestão da actividade em causa, merecendo destaque os seguintes: a utilidade social dos fins visados; a centralidade das pessoas e do bem da sociedade, a sustentabilidade ambiental, a posição de não subordinação ao lucro, a prática de uma elevada responsabilidade social, a independência ou autonomia em relação ao Estado.

A delimitação mais recente do conceito de economia social tem sido feita pelas próprias organizações que se auto-reconhecem como pertencentes à família da economia social, e está consagrada na *Carta de Princípios da Economia Social* estabelecida pela Conferência Europeia Permanente das Cooperativas, Mutualidades, Associações e Fundações (CEP-CMAF). Neste documento expressamente se afirmam as seguintes características comuns:

- Primazia do indivíduo e do objecto social sobre o capital;
- Adesão livre e voluntária;
- Controlo democrático por parte dos seus filiados (excepto no caso das fundações que não possuem membros associados);
- Conjugação dos interesses dos filiados/usuários e/ou do interesse geral;
- Defesa e aplicação dos princípios de solidariedade e responsabilidade;
- Autonomia de gestão e independência em relação aos poderes públicos;
- Destino da maior parte dos excedentes à consecução de objectivos em favor do desenvolvimento sustentável e da prestação de serviços de interesse para os associados e/ou do interesse geral.

Também o sistema contabilístico comunitário tem procurado consenso em torno de um conceito que satisfaça os seus objectivos, tendo chegado à seguinte definição:

*Conjunto de empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, criadas para servir as necessidades dos seus associados através do mercado, fornecendo bens e serviços, incluindo seguros e financiamentos, e em que a distribuição pelos sócios de eventuais lucros ou excedentes realizados, assim como a tomada de decisões, não estão directamente ligadas ao capital ou às cotizações dos seus associados, correspondendo um voto a cada um deles. A economia social também inclui empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, que prestam serviços de «não-mercado» a agregados familiares e cujos eventuais excedentes realizados não podem ser apropriados pelos agentes económicos que as criam, controlam ou financiam.*

De acordo com esta definição, distinguem-se, na família da economia social, dois subsectores: as organizações que operam no mercado e as de não-mercado. As *características comuns* aos dois subsectores da economia social são as seguintes:

São privadas, ou seja, não fazem parte do sector público, nem são controladas pelo mesmo.

São organizadas formalmente, o que significa que, em regra, são dotadas de personalidade jurídica.

Têm autonomia de decisão, isto é, têm plena capacidade para eleger e destituir os seus órgãos dirigentes e para controlar e organizar todas as suas actividades.

Praticam a liberdade de filiação, ou, por outras palavras, não existe obrigatoriedade de adesão.

A distribuição de eventuais lucros ou excedentes entre os filiados/usuários não é feita proporcionalmente ao capital ou às cotizações dos membros, mas sim em função da sua actividade ou participação no seio da organização.

Realizam uma actividade económica com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus filiados, nomeadamente pessoas individuais ou famílias. Por este motivo, diz-se que as organizações de economia social são *organizações de pessoas e não de capital*. Trabalham com o capital e outros recursos não monetários, mas *não para o capital*.

São organizações democráticas.

Excepto algumas organizações de voluntários, que produzem serviços de «não-mercado», as organizações da economia social aplicam o princípio de *uma pessoa, um voto*, independentemente do capital ou das cotizações dos seus membros.

Este conceito de economia social admite que nele sejam incluídas as organizações de voluntários que prestam serviços de «não-mercado» a agregados familiares, mesmo que não possuam uma estrutura democrática, permitindo incluir na economia social as organizações de acção social fornecedoras de bens sociais e de mérito de inquestionável utilidade para a sociedade.

Por contraponto ao conceito de economia social, expandiu-se sobretudo em França e em alguns países da América Latina no último quartel do século XX, o conceito de economia solidária, estreitamente associado ao grande desenvolvimento que

o sector conheceu para dar resposta às novas necessidades sociais dos numerosos grupos em risco de exclusão social.

O conceito de economia solidária articula-se em torno de três pólos:

- o mercado;
- o Estado;
- a reciprocidade.

Este último pólo refere-se ao intercâmbio não monetário na esfera da sociabilidade primária, da qual o melhor exemplo é a filiação em associações.

O conceito de economia solidária tenta ligar os três pólos do sistema, significando que das experiências específicas organizadas no seu seio resultam formas híbridas entre as economias de mercado, de não-mercado e não monetárias, com recursos provenientes de várias origens, tanto do mercado (comercialização de bens e serviços), como do não-mercado (subsídios governamentais e donativos) e do sistema não-monetário (voluntariado).

O conceito de economia solidária apresenta alguns elementos importantes que são comuns ao conceito de economia social, de forma que, com pretensões de maior abrangência, também se fale de *economia social e solidária*. De um ponto de vista prático, todas as organizações que são consideradas parte da economia solidária, fazem, inquestionavelmente, parte da economia social.

Quanto à expressão terceiro sector, trata-se de diferenciar três distintos sectores da economia: a economia pública (estado); a economia mercantil (empresa); o terceiro sector (economia social).

Como já anteriormente referi, nem o conceito de terceiro sector nem o de economia sem fins lucrativos acrescentam, a meu ver, maior compreensão ao conteúdo do conceito de economia social ou de economia solidária, limitando-se, num caso e noutro, a uma definição pela negativa (actividade que não é pública nem privada, no primeiro caso; não visa o lucro do capital, no segundo). Em ambos os casos, é,

a meu ver, uma designação inconveniente e limitativa de modalidades originais de economia social.

Face à actual crise do capitalismo baseado na empresa mercantil, isto é, a empresa do tipo *eu financio, eu decido*, é cada vez mais importante alargar o conceito de economia social a todo o tipo de entidades, incluindo as empresas que concorrem no mercado, cuja racionalidade se não baseie, exclusivamente ou predominantemente, na maximização do lucro do capital, mas tenha na devida conta todas as partes que integram a empresa ou seja: os seus trabalhadores, clientes, fornecedores, Estado, e a própria sociedade em que está inserida. É o caso das empresas de *economia de comunhão* iniciadas no âmbito do Movimento dos Focolares ou das empresas ditas de *negócio social* na concepção de Muhammad Yunus.

### **Dimensão da economia social na União Europeia**

Ao contrário do que se possa pensar, não é fácil responder a esta indagação. Por três razões:

- Imprecisão do conceito, como já referi;
- Extensão da actividade não registada (economia informal) com particular incidência no domínio da economia social;
- Falta de empenhamento dos poderes públicos e, indirectamente, dos serviços de estatística para levar por diante o trabalho de conceptualização e recolha de informação necessária.

Felizmente, a situação parece estar a mudar nestas três vertentes. Em particular, as instâncias comunitárias estão, hoje, mais atentas e interessadas em conhecer o potencial do sector da economia social e o seu desempenho em termos de contribuição para desenvolvimento económico e social. Também o governo português, com a criação da CASES

(Cooperativa António Sérgio para a Economia Social) e o CNES (Conselho Nacional de Economia Social), veio reforçar o interesse pelo conhecimento da extensão da economia social e do seu papel no desempenho da economia portuguesa.

Um estudo feito para o conjunto da EU-25 relativo a 2005 dava conta de que, no espaço da União-25, a situação era a seguinte:

- Havia mais de 240 000 cooperativas economicamente activas.
- A sua intervenção incidia em todas as áreas da actividade económica, mas mais especialmente na agricultura, na intermediação financeira, no sector retalhista e do alojamento e, sob a forma de cooperativas de trabalhadores, nos sectores da indústria, da construção de habitação e dos serviços.
- Estas cooperativas dão trabalho directo a 3,7 milhões de pessoas e contam mais de 143 milhões de filiados.
- As mutualidades estão presentes, sobretudo, no domínio do crédito, da saúde e da segurança social, prestam assistência a mais de 120 milhões de pessoas e têm uma quota de mercado de 23,7%.
- As associações empregavam 1 milhão de pessoas e eram responsáveis por mais de 4% do PIB.
- Havia na EU-15 mais de 75 000 Fundações.

No quadro seguinte, dá-se uma imagem quantitativa do peso do sector de economia social nos diferentes estados-membros da União, no que concerne ao trabalho assalariado.

### Trabalho assalariado em cooperativas, mutualidades, associações e organizações afins na UE (2002-2003)

País	Cooperativas	Mutualidades	Associações	TOTAL
Bélgica	17.047	12.864	249.700	279.611
França	439.720	110.100	1.435.330	1.985.150
Irlanda	35.992	650	118.664	155.306
Itália	837.024	Nota*	499.389	1.336.413
Portugal	51.000	Nota*	159.950	210.950
Espanha	488.606	3.548	380.060	872.214
Suécia	99.500	11.000	95.197	205.697
Áustria	62.145	8.000	190.000	260.145
Dinamarca	39.107	1.000	120.657	160.764
Finlândia	95.000	5.405	74.992	175.397
Alemanha	466.900	150.000	1.414.937	2.031.837
Grécia	12.345	489	57.000	69.834
Luxemburgo	748	n/a	6.500	7.248
Países Baixos	110.710	n/a	661.400	772.110
Reino Unido	190.458	47.818	1.473.000	1.711.276
Chipre	4.491	n/a	n/a	4.491
República Checa	90.874	147	74.200	165.221
Estónia	15.250	n/a	8.000	23.250
Hungria	42.787	n/a	32.882	75.669
Letónia	300	n/a	n/a	300
Lituânia	7.700	0	n/a	7.700
Malta	238	n/a	n/a	238
Polónia	469.179	n/a	60.000	529.179
Eslováquia	82.012	n/a	16.200	98.212
Eslovénia	4.401	270	n/a	4.671
TOTAL	3.663.534	351.291	7.128.058	11.142.883

Os dados relativos às mutualidades constam nos dados relativos às cooperativas, no caso da Itália, e nos dados relativos às associações, no caso de Portugal.

Fonte: CIRIEC

Em síntese, pode dizer-se que a economia social, para além do seu peso quantitativo, tem vindo nas últimas décadas a afirmar a sua capacidade de contribuir eficazmente para a solução dos novos problemas sociais, como é o caso do desemprego. Por outro lado, tem conseguido reforçar a sua posição como instituição indispensável a um desenvolvimento económico sustentável, adequando os serviços às necessidades das pessoas, valorizando as actividades económicas ao serviço das necessidades sociais, lutando por salários mais justos e por uma redistribuição equitativa da riqueza, corrigindo os desequilíbrios do mercado laboral e aprofundando e reforçando a democracia económica.

### **A Economia Social como geradora de emprego e de desenvolvimento**

Vários estudos demonstraram que a economia social é um sector da actividade humana que concorre para um modelo de desenvolvimento social e económico mais justo, contribuindo, indirectamente, para a regulação do sistema económico no seu conjunto.

Este papel regulador transparece em vários planos, nomeadamente na selecção de actividades socioeconómicas vocacionadas para a satisfação das necessidades das pessoas, na acessibilidade de serviços (do ponto de vista geográfico, social, financeiro e cultural), na capacidade de adaptar os serviços às necessidades das pessoas e de criar maior estabilidade num contexto de economias eminentemente cíclicas.

Demonstrou-se, igualmente, a capacidade da economia social de criar oportunidades para a sociedade no seu todo bem como o alcance do seu contributo para um desenvolvimento que dá prioridade à dimensão humana.

Concretizando, podemos identificar os seguintes domínios em que o papel da economia social se tem mostrado particularmente relevante:

- a coesão social e o emprego;
- a criação e manutenção do tecido económico, preenchendo espaços, geográficos e socioeconómicos, onde a economia mercantil ou pública não chega;
- a inovação social (respostas atempadas e criativas aos novos problemas sociais);
- o desenvolvimento local;
- a melhor distribuição de rendimento e riqueza;
- a criação e prestação de serviços de assistência social (como os serviços sociais, de saúde e segurança social);
- o aumento da democracia e do envolvimento dos cidadãos no espaço público;
- uma maior eficiência nas políticas públicas.
- o estabelecimento de formas organizacionais relevantes e inovadoras que permitem relações de trabalho mais saudáveis.

No entanto, a economia social não é, *per se*, a panaceia para os problemas de crise sistémica do capitalismo com que estamos confrontados. Há problemas específicos importantes, originados, não raro, pelo próprio funcionamento do sistema que limitam o seu potencial.

Do ponto de vista macroeconómico, a segmentação exagerada do sector da economia social e das suas iniciativas, associada à resistência das estruturas existentes impede ou dificulta que se proceda a necessárias fusões e a maior cooperação inter-organizações, bloqueando caminhos de expansão e muitas vezes, inviabilizando a própria sustentabilidade das unidades primárias.

Outro problema relevante é a tendência das organizações de economia social para abdicarem das suas características específicas na condução da sua gestão corrente, ou para se tornarem empresas privadas (no caso das mais activas no mercado) ou para servirem órgãos governamentais, com conseqüente dependência deles no plano financeiro. Este fenómeno é conhecido por *isomorfismo organizacional*

e constitui um risco real e frequente, designadamente em períodos de crise, como aquele que atravessamos.

Para tirar partido de todas as suas potencialidades, a economia social precisa de estabelecer mecanismos para resistir a esta diluição ou degeneração, desenvolver estruturas de desenvolvimento auto-suficientes, capazes de evitar que a economia social se torne dependente dos outros dois sectores (o mercado ou o Estado), e criar ou reforçar alianças com entidades análogas que operem no perímetro da economia social.

No actual contexto microeconómico, o problema principal é a dificuldade com que as empresas e organizações de economia social deparam em atrair capital para financiar os seus investimentos e actividades, e em conseguir encontrar e manter recursos humanos estratégicos.

### **Reconciliar a economia com a sociedade**

A economia social nasce da aspiração de colocar a economia ao serviço das pessoas e da sociedade, não tomando o lucro como objectivo máximo. Ora, o que a presente crise veio demonstrar foi que o capitalismo que conhecemos falhou neste objectivo, como está bem patente em algumas das suas consequências mais negativas: o desemprego massivo; a progressiva degradação do valor do trabalho humano sob a forma de baixos salários, precariedade generalizada dos vínculos laborais, crescente stress por parte de quem tem emprego; a cada vez mais difícil conciliação do trabalho com a vida pessoal e familiar; as desigualdades crescentes e a pobreza massiva no meio da abundância de recursos; o elevado risco de insustentabilidade social e ambiental; a ameaça de ruptura que continua a pesar sobre o sistema financeiro.

Na génese destas disfunções, pode encontrar-se uma matriz ideológica da qual faz parte um individualismo e hedonismo exacerbados, a cupidez pelo ter e o prestígio, a ganância, a falta de responsabilidade social, a visão míope do lucro a curto prazo

como móbil principal da actividade; uma acumulação desordenada do capital; em suma, a ausência de referentes éticos.

Neste contexto, os princípios que inspiram a economia social constituem um importante antídoto para ultrapassar a crise e fazer evoluir o capitalismo de mercado para um novo e mais avançado patamar, onde o capital assuma a sua função primordial de meio de produção ao serviço de bem comum (Cf. Bartoli, 1999).

Há casos que são promissores e de que conhecemos exemplos em vários domínios: no sector dos fundos de investimento e da concessão de crédito, nos empreendimentos de desenvolvimento local e serviços de proximidade, no fornecimento de transporte partilhado, no aprovisionamento colectivo de várias entidades, assim como em empresas de produção de bens materiais ou gabinetes de gestação de novas empresas.

Quem se der ao trabalho de pesquisar na net exemplos destes ficará surpreendido com a multiplicidade de iniciativas bem sucedidas. Por outro lado, verificará que existem exemplos que se encontram nos mais diversos países e latitudes. Alguns destes empreendimentos vêm do sector privado, outros são tomados pelos governos e muitos nascem no contexto de algumas comunidades religiosas. Como lembra YAN DE KERORGUEN, referindo-se às entidades de economia social:

«os mesmos responsáveis políticos que durante muito tempo ignoraram, subestimaram o seu papel relegando-as para as prateleiras dos acidentes da história, consideram-nas agora um contraforte, em especial no domínio do desenvolvimento duradouro e da solidariedade» (DEFOURNY).

O mesmo autor faz notar que, também no plano das políticas públicas, a situação está a mudar e a balança é agora mais favorável à economia social e cita, a título de exemplo,

a decisão do Governo americano de afectar fundos consideráveis para favorecer a criação de empresas de economia social. Também a nível da U.E. vão sendo dados passos relevantes a partir duma resolução do parlamento europeu de 19 Fevereiro 2010 que reconhece e põe em destaque o papel da economia social e defende o estatuto das associações, fundações e mútuas, por forma a garantir a igualdade de tratamento das empresas de economia social nas regras do mercado interno.

Por seu turno, na presente conjuntura, os decisores políticos não podem, tão pouco, ignorar o papel da economia social na criação de emprego, na satisfação de necessidades na salvaguarda da coesão social, objectivos estes a que o mercado não tem sabido dar resposta adequada e para os quais o estado não dispõe de instrumentos suficientes para intervenção directa.

Concluo afirmando ser minha convicção que a economia social poderá oferecer uma alternativa não despicienda ao actual modelo económico e bem assim abrir caminho no sentido de uma necessária democratização da economia.

Março 2012

## Notas

<sup>1</sup> Este artigo beneficiou da reflexão que tem vindo a ser feita no âmbito do grupo «Economia e Sociedade». Agradeço de modo especial os contributos de Cláudio Teixeira e Elsa Ferreira.

<sup>2</sup> Entre nós deve-se ao Prof. Rogério Roque Amaro o esforço de aprofundamento e promoção deste conceito, diferenciando-o do de economia social.

## Referências bibliográficas

Henri BARTOLI, 1999.  
*A economia ao serviço da vida*,  
Instituto Piaget.Jacques.

DEFOURNY, s/d.  
*Social Enterprise in an Enlarged  
Europe: Concept and Realities*,  
EMES European Research Network.

# **Auto-formação em literacia económica (ou como aprendi Economia através de 5 histórias e um problema)**

**Alberto Melo**

Professor Jubilado da Universidade do Algarve  
Fundador da Associação In Loco

Aos 71 anos parece chegada a boa altura de olhar para trás e fazer o balanço a alguns quadrantes da vida, designadamente no que se refere à evolução das percepções e às aprendizagens identificadas dentro das áreas que mais atraíram o meu interesse. Uma destas é, sem dúvida, a Economia Política. Devo dizer «economia política» em voz baixa, porque se trata actualmente de uma expressão subversiva aos olhos dos altos comandos do pensamento e das práticas nesta matéria. Como ousar associar estas duas dimensões da vida humana, quando é dogma do catecismo económico dos nossos dias que a economia deve estar totalmente emancipada da política, até da vontade humana, e deixada tão só à «mão invisível do mercado». Claro que esse dito «mercado» é mais um dos eufemismos gerados pela ideologia dominante, com a função de assim esconder os cartéis organizados por um pequeno grupo de instituições e multinacionais que representam o poder da finança mundial. Mas então, se os políticos não podem decidir em matéria económica e financeira, que são dimensões essenciais na organização e no funcionamento das sociedades e no dia-a-dia dos cidadãos, não deveriam tornar-se irrelevantes e, conseqüentemente, descartáveis? Parece que não, porque persistem funções públicas necessárias para assegurar as condições ideais à actuação e ao reforço crescente dos poderes económicos e financeiros; como seja assegurar a ordem social, através de polícia, forças armadas, tribunais, e ainda promover a transferência de rendimentos da enorme maioria da população para a elite dominante, através do jogo combinado da dívida pública, da iniquidade fiscal e da subsidiação selectiva. Deste modo, as sociedades contemporâneas vivem um momento particularmente gravoso, no que respeita à paz entre os povos, ao bem-estar das pessoas e à protecção do ambiente, devido a este processo acelerado de empobrecimento de muitos (os 99% de que falam os movimentos dos «indignados» ou o *Occupy Wall Street*) e o concomitante enriquecimento de muito poucos.

Dito em poucas palavras, eis algumas conclusões a que cheguei em reflexões recentes sobre a tão badalada e tão ameaçadora «Crise» por que passamos, em Portugal como no resto do mundo. E terei chegado a tais convicções através de uma experiência de vida que tem alternado intervenções de natureza cívica, especialmente no domínio do Desenvolvimento Local, com um determinado número de leituras, entre jornais diários, revistas e publicações sobre temas políticos e económicos. Para efeitos da presente comunicação, vou limitar-me a expor cinco curtas histórias que ilustram de forma exemplar, a meu ver, certas situações chave dos nossos dias e, no final, um problema importado da Teoria dos Jogos.

### **1ª história**

**Nos finais do século XIX, um governador imperial britânico, Sir Stamford Raffles, na sua primeira viagem para Singapura, visitou uma das ilhas da Indonésia. Aqui, as populações viviam autonomamente, graças a uma vida frugal e às endógenas e abundantes palmeiras locais que lhes forneciam tudo aquilo de que necessitavam (materiais para habitação, vestuário, alimentação, transporte). Afirmou então o governador: «Mas estas pessoas são ingovernáveis!». Não havia nada que o poder lhes pudesse dar que elas quisessem ou de que precisassem. É evidente que o governador se viu forçado a deitar abaixo todas aquelas «malditas palmeiras» (ou «damned palm trees», na versão original), para tornar as populações locais dependentes e, finalmente, governáveis.**

Quando iniciei, em 1985, o trabalho de intervenção em comunidades da Serra do Caldeirão (de início, dentro da equipa do Projecto RADIAL e, após 1988, integrado na Associação In Loco), foi essa exactamente a percepção que tive relativamente às políticas e medidas em vigor, profundamente discriminatórias da exploração agrícola familiar, da produção em pequena escala e, em geral, das populações que viviam de uma forma relativamente autónoma no interior rural do Algarve. Aliás, foi essa, em geral, a evolução dos últimos 200 anos nas sociedades industriais, por via da destruição das comunidades e actividades mais independentes, como as agriculturas campestres, os artesanatos e o restante trabalho independente. Assim se chegou, como regra, à situação totalmente subordinada de empregados por conta de outrem, numa população cada vez mais urbana, sem capitais próprios e que já não possui as competências e os recursos que poderiam assegurar a sua subsistência de uma forma mais autónoma: dependentes pelo lado do rendimento e dependentes pelo lado do consumo.

De facto, a evolução do regime económico vigente, tendencialmente totalitário, resultou na perda de capacidade que as pessoas já tiveram para cuidar de si mesmo e, paralelamente, para garantir que os ecossistemas não fossem explorados para além dos seus limites naturais. A nossa presente alienação assenta, em grande parte, no facto de já não produzirmos a grande maioria daquilo que consumimos e de muitos dos serviços, anteriormente trocados numa base solidária entre as pessoas de uma comunidade, se terem transformado em mercadorias a transaccionar.

## 2ª história

**O proprietário de uma loja de produtos de luxo em Nova York encontra-se de férias na América Central onde visita uma aldeia remota, nas montanhas; ali, um dos habitantes mostra-lhe um magnífico chapéu tradicional, que ele compra por 1 dólar. No regresso, coloca esse chapéu na montra e é inundado por pedidos de compra. Volta então àquela comunidade e encomenda 5000 chapéus do mesmo tipo. Os aldeões não respondem logo, reúnem-se e debatem longamente e só muitas horas mais tarde informam o «gringo» que poderão manufacturar esses chapéus mas custarão 10 dólares cada um. «O quê? Quando compro um só chapéu pago 1 dólar e quando faço uma encomenda em grande quantidade pedem este preço exorbitante?». «É, senhor, para cumprir a encomenda, toda a aldeia terá de trabalhar a tempo inteiro no fabrico dos chapéus; teremos de abandonar as hortas, os animais, os outros artesanatos, teremos de empregar e pagar quem nos cuide das crianças e dos velhos... Assim, a nossa vida vai custar-nos 10 vezes mais». E o comerciante norte-americano partiu frustrado, vendo confirmada a sua convicção de que os indígenas da América Central não compreendem nada de economia, em particular, de economias de escala.**

Nos cursos de «formação para o auto-emprego», organizados em aldeias da Serra do Caldeirão (de início pelo Projecto RADIAL e em seguida pela Associação In Loco), o objectivo era preparar mulheres residentes, geralmente sem experiência de trabalho fora de casa, em produtoras-empresárias. Um dos problemas maiores foi, de facto, o de estabelecer os preços de venda ao público para os seus produtos artesanais. Tradicionalmente, tratava-se de artigos fabricados em casa, com matérias-primas próprias e durante os «tempos mortos» das longas noites de Inverno e nos períodos de actividade agrícola menos intensa. «A quanto vamos vender

uma manta de lã feita no tear manual?». «Ora, a lã veio das minhas ovelhas, o tear já era da minha avó, fizemos isto quando não havia mais nada para fazer». No entanto, com o declínio da economia rural, quando a peça de artesanato deixa de ser um «sub-produto» da actividade polivalente de uma exploração familiar para se tornar o centro da actividade de uma nova empresa, numa base de trabalho especializado a tempo inteiro, a realidade é inteiramente diferente. As matérias-primas terão de ser adquiridas, pelo menos em parte, (e, de qualquer modo, mesmo as que pertencem às produtoras não foram gratuitas), o tempo tem de ser contabilizado no produto final, assim como custos de amortização dos equipamentos, despesas fixas correntes, etc. De facto, num contexto de economia moderna, globalizada e centrada na moeda, o custo dos artefactos produzidos numa comunidade rural multiplicam-se por um factor «n». E o mesmo ocorreu em consequência do chamado êxodo rural, com a deslocação de milhares e milhares de pessoas do meio rural para as vilas e cidades, quer em Portugal quer além fronteiras.

Nestes processos de transição de sociedades muito próximas de economias de subsistência, assentes em circuitos curtíssimos «da mão para a boca» e em trocas directas de bens e serviços, para uma existência em meio urbano onde é já necessário pagar uma renda de casa, adquirir os produtos alimentares e todo o vestuário, comprar serviços para as crianças ou os idosos, etc., é óbvio que cresce exponencialmente o volume de transacções em moeda. Ora isto é nem mais nem menos do que o Produto Interno Bruto (o PIB), que cresce automaticamente. Não admira, portanto, que governos apostados na «modernização» do país e na sua imagem perante investidores estrangeiros a atrair tenham promovido todos os processos que conduzissem à subida acelerada do PIB, como foi o caso do êxodo rural, nada fazendo para sustentar economias rurais relativamente auto-suficientes. Este mesmo processo de «modernização», em que se preferiu

importar o modelo estrangeiro («vamos apanhar a Alemanha dentro de 20 anos»—como se prometia nos anos 90) em vez de proteger, melhorar e desenvolver produtos, processos e tecnologias endógenos, explica de certo modo a profusão de regulamentos e normativos claramente penalizadores da «pequena escala» e da «auto-produção», dentro de uma perspectiva de que «o maior é sempre o melhor». Mas estas opções têm custos e, geralmente, bastante gravosos.

### **3ª história**

Era uma vez um homem, já de certa idade, que vivia sob o peso das preocupações materiais. Faltava-lhe sempre dinheiro para tudo o que queria comprar. Não é que lhe faltasse o essencial. Para isso, ia sempre chegando o que ganhava. Mas é que queria mais, sempre mais, sempre maior e mais vistoso. E um belo dia, encontrou no hiper-mercado uma peça estranha e única (o que já de si é excepcional nos hiper-mercados). Via-se logo que era milagre. Tratava-se de um ídolo, uma estatueta em madeira (outro milagre: porque nos hiper-mercados, só encontramos geralmente coisas de plástico—até para comer). Até era cara, mas como acabara de receber o 13º mês e, apesar de mais uma vez não ter ganho os ansiados Euromilhões, ainda lhe chegaram os trocos para poder comprar esta figura exótica e perturbante.

Chegou a casa e, quando apagou as luzes para se deitar, eis que o quarto todo se enche de luminosidade. A estatueta parecia radioactiva, refulgente de pequenos arco-íris. O homem, cheio de temor e respeito, pôs-se de joelhos perante a imagem, que lhe diz sem mais nem menos: «mais uma vez o hiper-mercado X cumpre as suas promessas: as tuas compras de hoje tinham brinde; sou o teu génio, faz-me três pedidos, que serão imediatamente cumpridos!». O bom homem viu então chegada a hora de realizar todos os seus sonhos e, como era tão pobre, tão pobre, pois só

**sonhava com dinheiro, pediu imediatamente um milhão de contos. Dentro de breves segundos, batem à porta. É o representante de uma empresa de seguros multinacional que lhe entrega um cheque de um milhão de contos, equivalente ao seguro de vida do seu filho único, emigrado na Austrália, que acabara de morrer em acidente de trabalho. Naquele momento, a dor foi bem maior que a alegria da fortuna e rápido saiu um segundo pedido: «quero o meu querido filho de volta aqui já!». Imediatamente, batem à porta, ele abre eufórico e surge o fantasma do filho a recriminá-lo pela sua cupidez. O terceiro pedido, já desvairado pela dor e pelo terror, é para que o génio faça desaparecer o fantasma da sua vista. O que este faz, levando o cheque debaixo do manto negro.**

Também em Portugal, especialmente com a adesão à então chamada Comunidade Económica Europeia, se exprimiram desejos de riqueza rápida e fácil, de consumo desbragado, de fuga aos trabalhos mais pesados e socialmente menos prestigiantes. De uma sociedade frugal e prudente, onde se consumia o que se produzia ou, pelo menos, aquilo que as respectivas poupanças permitiam, passou-se num espaço de uma ou duas gerações para uma «cultura de endividamento» (tanto no sector privado como no público), segundo a qual se pode adquirir tudo o que se quiser, desde que o rendimento mensal seja suficiente para cobrir os encargos com as prestações devidas, onde se incluem a amortização do capital emprestado e o respectivo juro.

É natural que, se esse rendimento mensal se reduz ou se interrompe, nomeadamente por motivo de desemprego, ou então se a taxa de juro se eleva substancialmente (por motivos de especulação, por exemplo), a situação desequilibra-se de um dia para o outro, arrastando todos os que caíram na «ratoeira da dívida» (particulares, empresas, instituições financeiras, autarquias ou Estado Central) para gravíssimas situações de insolvência ou bancarrota.

Estas situações não se devem apenas à incompetência ou inconsciência de quem se deixa cair na armadilha do crédito, pois foram durante muito tempo fortemente estimuladas pela publicidade privada e por medidas públicas de apoio e encorajamento. À medida que decaíam as margens de lucro na economia produtiva, verificavam-se enormes transferências de capitais para a economia financeira, aquela em que o dinheiro só produz dinheiro, perdendo assim qualquer ligação substancial com a economia real.

#### **4ª história**

**Um belo dia, o comerciante A chega a casa do comerciante B e oferece-lhe 1000 pares de calças por 1000 euros.–Sim, compro já–diz B e, passado pouco tempo, vai procurar C a quem vende a mesma mercadoria por 2000 euros. Este encontra D, a quem vende o pacote por 3000 euros. E assim por diante, até que a vezes tantas, o comerciante, possivelmente R, que já teria pago uns 15 euros por cada par de calças, volta furioso para falar com quem lhas vendeu e invectiva-o: Seu aldrabão, seu sem vergonha, vender-me por 15 000 euros mil pares de calças que têm apenas uma perna!». Calmamente, Q responde-lhe:«Mas, meu caro, você não percebe mesmo nada de negócios. Isto não são calças para vestir, são calças para comprar e vender, comprar e vender»**

É bem clara neste caso a diferença abissal entre, por um lado, a economia real, em que impera o «valor de uso» dos bens e serviços produzidos, visando a satisfação de necessidades humanas (reais ou sugeridas pela publicidade), e, por outro, a economia financeira, onde só interessa o «valor de troca» e a perspectiva de o multiplicar incessantemente, gerando rápidas fortunas; pelo menos, até rebentar a «bolha», que causará desastrosas falências e situações extremamente críticas, não tanto para os que as provocaram mas para a grande massa dos cidadãos, como está sucedendo nos nossos

dias. Desde a pirâmide de Ponzi à nossa Dona Branca, os esquemas de fraude financeira (ou transacções sucessivas de calças de uma perna só) caracterizam-se por aquisições baseadas apenas na expectativa de uma revenda rápida e com alta margem de lucro—seja o que for aquilo que se está a comprar e a revender (e são cada vez mais imateriais estes produtos financeiros, como é o caso dos derivados ou apostas em futuros comportamentos com impacto económico). Enquanto a tendência é de alta, todos ganham e ninguém se queixa, nem se questiona como é possível obter um tão elevado rendimento. Ora, a dado momento, esse rendimento cai subitamente, porque os aderentes ao sistema (que ao comprar a sua adesão ao sistema financiavam o pagamento aos participantes mais antigos) decaem em número: ou porque o contexto global determinou a perda de valor do produto transaccionado (como a propriedade imobiliária nos Estados Unidos, cuja queda de cotação ditou a chamada «crise dos *subprime*», em 2007) ou porque se descobriu que não existia uma base real (investimentos produtivos) que justificasse a geração de tais rendimentos.

Parece que a evolução do mundo financeiro nos conduziu hoje a uma situação em que estas práticas fraudulentas, que arrastam na sua queda milhares ou milhões de vítimas, foram agora «branqueadas», passando a ser efectuadas, com toda a legalidade, por entidades bancárias, fundos de investimento, agências de notação, fundos de pensões, etc. Para poder multiplicar o dinheiro, que multiplica os lucros, o que é necessário é poder criar cada vez mais dinheiro: em tempos idos, a cunhagem de moeda era privilégio real, foi depois prerrogativa de Estados soberanos, mas hoje em dia essa função fundamental na vida das sociedades é assumida pela banca privada e por todas as entidades capacitadas para criar dívida. De facto, o dinheiro é criado sempre que se abre um crédito, permitindo a um particular ou a uma entidade empresarial ou pública adquirir com esse crédito

um qualquer produto transaccionável. Não há dúvida que o dinheiro teve uma evolução extraordinária nos últimos tempos, desde a altura em que se limitava a ser um instrumento facilitador de trocas até ao momento actual em que faz e desfaz governos, economias e sociedades. Porquê? Porque o deixaram correr livre, graças a desregulações sem limites, prática contra o qual Adam Smith (tão venerado pelos defensores do neoliberalismo, que certamente o não leram) não se cansara de prevenir: «mão livre do mercado», sim, excepto quanto ao dinheiro, pois este, deixado à rédea solta, «só iria promover os gananciosos, os usurários e os desonestos».

### **5ª história**

**Uma jovem chega a uma vila onde procura uma pensão. Diz à recepcionista que pretende permanecer 5 dias na localidade, mas antes de confirmar a reserva quer ver se encontra uma amiga que, muito provavelmente, a poderá albergar. Na pensão, fazem-lhe uma reserva provisória e pedem-lhe 100 euros de depósito. Depois de ela sair, deixando a respectiva nota, entra um electricista que fizera uns trabalhos na pensão a ver se lhe podem pagar: são 100 euros, e a empregada do balcão entrega-lhe a nota. Já na rua, o homem cruza-se com a explicadora do filho, a quem deve 100 euros e liquida rapidamente essa importância. Com esse dinheiro, a senhora vai a uma loja de perfumes e paga lá um saldo negativo que tinha contraído há uns tempos. A lojista vai então à pensão e paga lá a dívida que um seu filho tinha feito quando ali ficara albergado. A jovem forasteira regressa mais tarde à pensão e informa na recepção que tinha tido a sorte de encontrar a sua amiga e que esta lhe daria alojamento pelos 5 dias, pelo que anulava a reserva. Deste modo, a sua nota de 100 euros é-lhe devolvida. Perante o espanto dos presentes, ela pega na nota e rasga-a, não faz mal, era uma nota falsa.**

Esta história revela, em simultâneo, a importância e a insignificância do dinheiro. É deveras importante, porque sem aquela nota de 100 euros não se teriam resolvido todas aquelas situações de dívidas por saldar. É, afinal, insignificante, porque qualquer coisa serve para desempenhar a função de veículo facilitador de trocas, até uma nota falsa. É apenas indispensável a confiança por parte de quem o utiliza. Por isso, já foi concha, sal ou missangas.

Muitos países estão hoje condenados a uma «penúria programada» de dinheiro, o que gera desemprego dos factores de produção e, muito especialmente, a falta de emprego para pessoas que dele necessitam para sobreviver. De um lado, unidades produtivas que podiam gerar bens indispensáveis à sociedade; do outro, necessidades humanas e sociais por satisfazer. Aqui, oferta potencial não concretizada; ali, procura potencial estrangulada. Porque falta apenas a ponte indispensável entre os dois pólos; esta, sem dúvida, a função essencial do dinheiro. No entanto, monopolizado por pessoas e organizações cuja finalidade exclusiva é a multiplicação do lucro e dado que esse lucro se encontra no campo da especulação financeira e cada vez menos na actividade produtiva, o dinheiro é cada vez mais desviado da economia real para a «economia de casino». No entanto, a história anterior mostra-nos que é possível fazer funcionar a economia real e concretizar transacções de todo o tipo entre as pessoas e as organizações voltando costas à finança globalizada e ditatorial. Se a moeda que é necessária para umas compras semanais no mercado municipal foi subtilizada e desviada para operações na Bolsa de Singapura, por exemplo, então que se emita moeda municipal complementar, o que permitirá a manutenção das trocas de bens e serviços a produzir e a consumir localmente.

A este propósito é oportuno referir que crise aguda, como na Argentina de 2002 (em que 50% da população caiu na

pobreza) ou na Grécia actual, a criatividade social engendra respostas em que a economia real se sobrepõe à finança. Foi recentemente notícia a história de Theodoros Mavridis, em Volos (cidade portuária, a meio caminho entre Atenas e Salónica) que adquiriu ovos frescos, aguardente local, fruta, azeitonas, azeite, compota, sabão e ainda alguns serviços legais e contabilísticos sem desembolsar um euro. Como assim? É que encontrando-se no desemprego, tinha anteriormente efectuado vários serviços de electricista para alguns dos 800 membros que aderiram à rede local online de trocas sem dinheiro. Em troca destes serviços, Theodoros viu creditada a sua conta individual num certo número de tems (o nome dado aqui a estas unidades de conta), que transferiu em seguida para as contas dos outros associados que lhe forneceram produtos ou serviços. Como esta, existem outras 15 redes de trocas neste país e muitas mais estão em fase de organização. Como afirmava Maria Choupis, uma das fundadoras deste esquema solidário, «Não és pobre por não teres dinheiro, só és pobre se não tiveres nada para oferecer».<sup>1</sup>

E, finalmente, **um problema:**

A teoria dos jogos revela-nos, entre outras coisas, que a procura do máximo lucro individual, combinada com uma racionalidade perfeita não leva necessariamente à melhor solução, nem sequer por vezes a uma solução—contrariamente aos ideólogos que sustentam que a prossecução dos interesses individuais tende, de forma agregada, para a defesa do interesse público. É o que nos mostra o exemplo seguinte—da chamada «coligação».

**António, Bento e Carlos recebem um prémio de 1000 euros que têm de dividir entre si; a decisão sobre a forma de proceder à divisão resulta obrigatoriamente de um voto maioritário e é permitido fazer alianças. A e B coligam-se então para votar que C seja excluído da partilha. Este contra-ataca, contacta B e oferece-lhe 60% para que votem conjuntamente a exclusão de A (é melhor 400 euros**

**que nada). Mas A vem oferecer a B 700 euros para fazer com ele uma coligação para excluirmos C; este, porém, propõe 800 a B para o mesmo efeito, e assim por diante até que A e C tomam consciência de que B vai receber a quase totalidade do prémio e decidem então juntar-se e deixar B de fora; e tudo recomeça....**

Revela este jogo que, em certas ocasiões, as decisões baseadas no proveito pessoal máximo conduzem ao desastre ou a impasses sem saída. Há que aceitar a evidência de os mais importantes conflitos que afectam a espécie humana não serem, de facto, jogos de soma-zero mas entrarem na categoria dos dramas. E, nestes casos, não há argumento racional que possa ser dirigido a um ou a outro dos adversários. Só um argumento dirigido a todos e ao mesmo tempo (um imperativo moral?) pode ter força suficiente. Só uma racionalidade colectiva, só uma regra social pré-existente poderia travar a ratoeira das aldrabices recíprocas e convencer A, B e C a guardarem cada um 330 euros e oferecerem os restantes 10 euros a um sem-abrigo ou então a prepararem com esse dinheiro um projecto comum de interesse geral.

Na realidade, o processo de globalização económica, controlado e determinado pelos grandes potentados financeiros, dentro de uma lógica de maximalização do lucro próprio, tem, entre muitas outras consequências negativas, agravado drasticamente as desigualdades: entre continentes, entre países, entre regiões, entre pessoas... O endeusamento do «Mercado» e, sobretudo do Dinheiro, como soberano das decisões e árbitro dos conflitos, vem moldando uma sociedade onde impera a lei do mais forte e onde se não olha aos «danos colaterais» provocados pela guerra económica e por esta forma mais recente de neocolonialismo. Ora, é sabido que o «Mercado» é cego, pois não vê, ou ignora, todos os efeitos nefastos que provoca, (a que os economistas convencionais chamam delicadamente «externalidades», para

os não incluir nos custos e poder assim legitimar preços irreais). Efeitos que são cada vez mais visíveis e gravosos: por um lado, no meio ambiente, que já não consegue dar vazão a todos os eflúvios da produção e do consumo, enquanto vê reduzir-se assustadoramente a biodiversidade e esgotarem-se as matérias-primas essenciais; por outro lado, no aumento das injustiças sociais, da pobreza, da exclusão, da violência, da criminalidade, do declínio de inúmeros territórios, tanto em meio rural como em meio urbano, assim como na degradação da vivência democrática. Apesar da natureza tendencialmente totalitária da Economia dominante, a realidade já demonstrou (ao longo de milénios), e continua a demonstrar, que outras Economias existem e são viáveis e, sem dúvida, cada vez mais desejáveis. Inspirados por uma filosofia de base humanista – que afirma que tudo o que está relacionado com a esfera social nunca se pode sujeitar a leis imutáveis e inexoráveis, como pretendem ser as da «ciência económica» convencional, são inúmeras as organizações de cidadãos que têm procurado nos últimos anos encontrar respostas locais e concretas para os problemas do quotidiano provocados ou exacerbados pelas forças macroeconómicas dominantes dentro do actual mundo globalizado. Trata-se de um movimento extremamente disperso e diversificado, onde cada projecto e cada grupo local procuram as soluções – em termos de organização, método e conteúdos – mais adequadas a cada contexto específico, bem como às capacidades, necessidades e aspirações das pessoas envolvidas. Para quem não pode manter-se indiferente perante o «confronto civilizacional» em curso e acredita que a acção humana pode sempre influenciar situações presentes e contribuir para a construção de um melhor futuro, a opção de intervir de forma cívica e solidária transforma-se num imperativo ético. Tais intervenções são expressões de cidadania activa, tanto para quem as inicia como para quem delas poderá beneficiar. Visam, além disso, não só a

resolução ou minimização imediata do problema que está na sua origem, como sobretudo actuar sobre as suas causas e capacitar as pessoas por ele afectadas para que, de uma forma sempre mais autónoma, possam reconstruir conscientemente e gradualmente as suas comunidades e a sua sociedade, a uma escala individual, local, nacional e planetária. Trata-se, em suma, de reconstruir o espaço público e de reencontrar assim o verdadeiro sentido da acção política.

### Notas

1 [www.guardian.co.uk/world/2012/mar/16/greece-on-breadline-cashless-currency-takes-off](http://www.guardian.co.uk/world/2012/mar/16/greece-on-breadline-cashless-currency-takes-off)

# As Comunidades de prática nas organizações da economia Social e Solidária em Portugal

Susana Godinho

Mestre em Economia Social e Solidária no ISCTE-IUL

## Nota

Este artigo está escrito de acordo com as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

## RESUMO

A aprendizagem contínua nas organizações da economia social e solidária em Portugal merece um lugar estratégico na construção de uma sustentabilidade individual e coletiva, sendo que se verifica que ela é inexistente ou incipiente. Isto torna evidente a absoluta necessidade da sua adoção para o desenvolvimento do potencial humano e tecnológico necessários a uma ação concertada do setor na sociedade do conhecimento. A aprendizagem contínua deve ser inerente ao «modo de estar» dos profissionais destas organizações, sendo o desenvolvimento de parcerias de aprendizagem e a criação de recursos coletivos atividades de aprendizagem organizacional que concorrem para o desenvolvimento de competências estratégicas orientadas à sustentabilidade destas organizações.

## ABSTRACT

Continuous learning in organizations of the social and solidarity economy in Portugal deserves a strategic role in building an individual and collective sustainability, but we verify that it is nonexistent or incipient. This stands clear for the absolute necessity of its adoption for the development of human and technological potential, needed for a concerted action in the knowledge society. Lifelong learning should become inherent of the “way of being” of these organization’s professionals, using learning partnerships development and collective resources creation as organizational learning activities that contribute to strategic competencies development towards organizations’ sustainability.

### Reflexão

As linhas estratégicas orientadoras da atividade das organizações da economia social e solidária em Portugal ainda não incluem a aprendizagem contínua como um princípio de atuação estrutural. Processos de aprendizagem contínua, que permitem uma consolidação estruturada de saberes com impacto estratégico, não são tidos como fulcrais, geradores de inovação ou mudança. Quando reconhecíveis, são pouco adequados ao pleno aproveitamento e desenvolvimento do potencial humano e tecnológico existentes, impedindo uma atuação concertada do setor na sociedade do conhecimento. Esta afirmação resulta de 10 anos de uma observação empírica que funde a experiência de Gestão de Formação Profissional com a experiência de voluntariado de Apoio à Gestão, direcionado a organizações da economia social e solidária em Portugal. É possível sentir hesitações nestas organizações, em primeiro, na própria perceção do que é «aprendizagem contínua», havendo confusão quanto ao significado do conceito; em segundo, quanto à partilha de informação que concorre para a consolidação e o crescimento das organizações e do setor; e, em terceiro, na opção consciente de assumir uma atitude «aprendente», facilitadora da partilha de práticas e geradora de soluções eficazes quer a nível individual, quer setorial.

A reflexão que aqui se propõe mergulha neste cenário e baseia-se em dois conceitos: a «aprendizagem contínua» como processo dinâmico de apreensão do produto da atividade humana coletiva, no seio dos sistemas sociais, culturais e históricos que lhe conferem estrutura e significado e a «comunidade de prática» como contexto propício à construção de uma aprendizagem contínua e coletiva, onde a participação e a interação colaborativa são as forças intrínsecas do saber. Importa reconhecer na comunidade de prática uma abordagem estruturante dos processos de aprendizagem contínua nas organizações, onde é possível criar e desenvolver

competências estratégicas e boas práticas e onde os sujeitos participam ativamente com o objetivo de se tornarem (mais) competentes. O objetivo é olhar para a comunidade de prática como uma fonte de atitude «aprendente», facilitadora de um trabalho colaborativo que cria competências estratégicas e produz mudança nas organizações.

Defende-se, neste contexto, que as características que uma comunidade de prática apresenta facilitam uma atividade de aprendizagem organizacional contínua, baseada numa raiz comum de problemas, na discussão e procura de alternativas, na utilização e reprodução de soluções testadas, na construção de um repertório partilhado de recursos e na formulação de boas práticas coletivas que, tudo somado, dão origem a um conhecimento comum e em permanente atualização. Este conhecimento gerado de forma coletiva serve a todos com equidade, desenvolvendo e mobilizando as competências organizacionais estratégicas adequadas a uma intervenção social que se reflete no bem-estar e equilíbrio sociais.

### Conceitos

Os conceitos centrais desta reflexão, a «aprendizagem contínua» e a «comunidade de prática», interligam-se porque a aprendizagem contínua é facilitada quando se reconhecem, interiorizam e aplicam as características da comunidade de prática. A aprendizagem contínua como movimento estratégico nas organizações encontra na comunidade de prática o contexto perfeito ao seu desenvolvimento, é nela que se centra a prática e a produção de recursos que geram conhecimento e mudança. Para explicar ambos, destacam-se brevemente as perspetivas que Jean Piaget, Lev Vygotsky e John Dewey introduziram na Teoria da Aprendizagem, como aquelas que «abriram portas» ao entendimento da aprendizagem como um processo constituído por etapas, relações e movimentos. Destaca-se também a perspetiva introduzida por Jean Lave e Etienne Wenger que sustenta que

a aprendizagem é um processo social dinâmico, sem «início» ou «fim», que acontece de forma contínua e participativa.

Jean Piaget é reconhecido pelo trabalho desenvolvido na área da Epistemologia, o estudo do conhecimento e do desenvolvimento cognitivo. Para ele a aprendizagem passa por várias etapas ao longo da vida do indivíduo e o conhecimento é gerado pela interação deste com o meio envolvente. A aquisição de conhecimento depende e é feita a partir das estruturas cognitivas do indivíduo e da sua relação com os objetos. Lev Vygotsky foi a figura central da primeira geração de pensadores integrados na corrente de pensamento histórico-cultural sobre a aprendizagem. Ele coloca os que aprendem e os que ensinam numa relação interligada, situando ambos num mesmo processo, introduzindo a «mediação» como conceito chave na reflexão sobre aprendizagem. A relação mediatizada dá-se entre indivíduos e pela possibilidade de interação com todo um conjunto de «artefactos», o que rompe com uma estrutura dual em que indivíduo e sociedade eram abordados separadamente. O indivíduo é percebido no seu meio social e a sociedade é percebida com os seus agentes produtores e utilizadores de artefactos. John Dewey concebe a aprendizagem como um processo que integra sociedade e indivíduo, onde este apenas se torna um sujeito significativo quando considerado como parte intrínseca da sociedade, sendo que esta não possui qualquer significado se considerada separadamente da participação dos seus elementos individuais. No pragmatismo de Dewey é vital que a aprendizagem não se restrinja à absorção de um conhecimento acabado, fechado ou estanque, sendo que o saber deve poder ser integrado na vida da pessoa, como cidadão. Qualquer nova experiência acontece através da utilização de ideias, conceitos, hipóteses e teorias e da ação, projetável no futuro porque criadora de um conhecimento provisório, sujeito a mudança, porque essa experiência pode vir «corrigir» um conhecimento

existente. Neste contexto, o termo «experiência» refere-se à vivência do ser humano, à relação entre indivíduo (sujeito) e ambientes (contextos), ao processo de experimentação e ao resultado do próprio processo, situando-se no contexto natural e social porque acontece no processo de viver, onde o conhecimento pode ser criado. É na experiência que surgem as dificuldades e é com a experiência que os problemas são resolvidos.

Jean Lave é defensora de uma aprendizagem resultante da atividade humana que envolve alterações no saber e na própria ação, sendo que as alterações se produzem ao nível da participação dos indivíduos num contexto, a que chama o «contexto da atividade socialmente situada» (Knud 2009, p. 200). Lave não concebe uma aprendizagem «descontextualizada», sendo a dicotomia entre «contextualizada» e «descontextualizada» redutora do potencial de atividade, logo, de aprendizagem (Knud 2009, p. 202). Etienne Wenger aprofunda a ideia de que toda a atividade humana inerente aos sistemas sociais, culturais e históricos resulta em aprendizagem. A condição social é inerente ao ser humano, a faculdade de se relacionar e a capacidade de aprender são intrínsecas, assim como comer ou dormir (Wenger, 1998, p. 3), é algo «embutido» na própria experiência de viver.

As noções introduzidas por Lave e Wenger na reflexão sobre aprendizagem vêm alterar o panorama da reflexão sobre a aprendizagem que assume agora uma dimensão social, contextualizada, reconhecida e valorizada coletivamente. O foco passa a estar no tipo de envolvimento social que fornece o contexto adequado para que a aprendizagem ocorra. A mudança dá-se na passagem de uma perspetiva centrada na «aquisição» individual, para um processo centrado na «participação» coletiva. A «prática» é colocada no centro desta reflexão, defendendo-se que a aprendizagem resulta de toda a atividade humana e das inerentes «formas de fazer as coisas». A natureza «aprendente» do indivíduo e

a sua participação ativa na criação de recursos leva a uma natural organização de ambientes socialmente estruturados, propícios à aprendizagem - as comunidades de prática.

Segundo Wenger, a forma tradicional de pensar a aprendizagem está moldada «como uma relação entre um estudante e um mestre» (Wenger, online, 2006) mas «os estudos sobre aprendizagem revelam um conjunto mais complexo de relações sociais através das quais ela ocorre» (Wenger, online, 2006). Esta perspetiva retira o processo de aquisição de conhecimento do plano individual do sujeito, projetando-o para o plano das relações sociais, do coletivo, onde a atividade é motivada pela participação em práticas valorizadas social e culturalmente, onde os sujeitos se tornam «praticantes competentes» nos seus domínios de interesse, comprometidos na melhoria da sua prática, reconhecendo-se mutuamente como participantes legítimos e negociando formas identitárias e significantes nesse contexto. As práticas, as formas de executar as atividades, são as formas de construção do ser relativamente à comunidade, sendo que uma comunidade de prática envolve a produção de significado social pela negociação do próprio significado e da identidade (Wenger 1998, p. 149). A «identidade» é algo gerado pela interação social, resultante da participação dos indivíduos e das organizações nas atividades comuns. Ela surge como a experiência vivida, reconhecendo no indivíduo as suas dimensões social, cultural e histórica, integrando a individualidade nas práticas das comunidades: «As nossas práticas, as nossas linguagens, os nossos artefactos, e as nossas perspetivas do mundo refletem as nossas relações sociais» (Wenger 1998, p. 146).

Wenger apresenta a comunidade de prática como a combinação de três características simultâneas cujo desenvolvimento paralelo as faz crescer: o domínio—uma identidade definida por uma área de interesse coletiva; a comunidade—os membros que se envolvem em atividades

conjuntas, construindo relações que permitem aprender uns com os outros; a prática—o desenvolvimento de um repertório partilhado de recursos, experiências, histórias, instrumentos, artefactos ou formas de abordar problemas decorrentes de uma prática comum. Isto constrói-se com o tempo e sustenta-se numa interação consistente, constante e estável (Wenger, online, 2006). Ele apresenta o conceito da seguinte forma:

«Comunidades de prática são formadas por pessoas que se envolvem num processo de aprendizagem coletiva num domínio partilhado da iniciativa humana: uma tribo aprendendo a sobreviver, um grupo de artistas procurando novas formas de expressão, um grupo de engenheiros trabalhando em problemas semelhantes, um grupo de alunos definindo a sua identidade na escola, uma rede de cirurgiões explorando novas técnicas, um conjunto de gestores inexperientes que se entreadutam na resolução de problemas. Em suma: comunidades de prática são grupos de pessoas que partilham o interesse ou paixão por algo que fazem e que aprendem a fazê-lo melhor através da interação regular.» (online, 2006).

A Teoria Social da Aprendizagem, onde se situam Lave e Wenger, propõe que o conhecimento não pertence ao indivíduo, mas sim à esfera social e comum. A aprendizagem decorre de um movimento contínuo de interações e negociações entre pessoas e práticas. Ela passa a ser uma questão de identidade e responsabilidade do indivíduo para com as suas práticas, indissociável da participação em atividades reconhecidas e valorizadas nas comunidades e organizações (ambientes sociais) e pelos pares (os praticantes no mesmo domínio de interesse). Isto faz uma vincada viragem para uma conceptualização fora dos recortes tradicionais,

alterando a conceção de «aprender», alterando o «onde» e o «como» se aprende, alterando as formas de reconhecimento da aprendizagem e das fontes do conhecimento.

No contexto académico, assim como na esfera da gestão organizacional, a noção de comunidade de prática tem vindo a ganhar espaço como um dos mais influentes conceitos contemporâneos. É possível hoje pensar num modelo de aprendizagem onde os indivíduos e as organizações estão em permanente aprendizagem sobre algo que não está estabilizado, que não é um conhecimento cristalizado. Os sujeitos são capazes de se envolver em processos de aprendizagem sobre práticas que eles próprios constroem e que vão ser apreendidas à medida que são criadas, gerando conhecimento e inovação. Esta alteração no paradigma da aprendizagem pode permitir pensar que, na sociedade do conhecimento, onde demasiada informação constitui um problema, as conexões entre praticantes podem ajudar a torná-la inteligível. A globalização trouxe consigo uma complexidade que exige parcerias e redes de conhecimento para se alcançarem significados e soluções, suportadas em ferramentas e tecnologia que facilitam a criação de conexões que tornam aplicável o conceito de comunidade de prática.

### **Benefícios**

A argumentação apresentada por Matthew Loxton, especialista em Gestão do Conhecimento e Aprendizagem Organizacional, é clara sobre as vantagens da participação em comunidades de prática. Diz ele que as pessoas participam pelo gosto do envolvimento, para cultivar a sua identidade como peritos em determinada matéria, de forma a «contribuir com algo para seu campo», para «deixar uma marca», para «melhorar a prática» e para ser visto de forma positiva pelos seus pares, naquele domínio de conhecimento (Loxton, online, 2011). Isto presume que as pessoas se

identificam, reconhecem e valorizam mutuamente, sendo o seu modo de estar e de fazer alicerçado no resultado deste tipo de relação. Loxton salienta que a motivação das pessoas para uma participação lhes é inerente, são as «forças intrínsecas da sua própria personalidade» (online, 2011) e sustenta que as organizações devem ter um comportamento de apoio, capacitação e reconhecimento no domínio de interesse e especialidade das pessoas que as integram.

Loxton (online, 2011) destaca os seguintes benefícios individuais decorrentes da participação em comunidades de prática:

**Segurança profissional**—Sendo o cenário do «emprego para a vida» cada vez mais improvável, o contacto ativo numa rede de praticantes, numa área de interesse partilhada e num campo de conhecimento específico, amplia as probabilidades de, através dos contactos nesta rede, encontrar um (novo) emprego, função ou posição.

**Paixão**—Algumas pessoas gostam do que fazem, não por causa de uma remuneração, mas porque isso lhes traz uma satisfação, pessoal ou profissional, muito grande.

**Comunidade**—Partilhar com pessoas que têm a mesma paixão, que entendem «os porquês», que reconhecem e valorizam o esforço, que apoiam e dão sugestões valiosas para a melhoria da atividade ou da prática pode ser reconfortante e recompensador.

**É maior do que eu**—Para além da satisfação que a participação em comunidades de prática possa trazer ao indivíduo, o que torna isto «transcendental» (Loxton, online, 2011) é que permite um sentimento de pertença a algo «grande», que ultrapassa o particular e onde o indivíduo se sente envolvido no próprio significado da atividade.

Loxton (online, 2011) enuncia igualmente as vantagens das comunidades de práticas percebidas pela gestão das organizações e o seu possível impacto no planeamento estratégico:

**Planeamento da sucessão**—A comunidade de prática é um terreno fértil a partir do qual se pode planear a «substituição» dos praticantes com um risco reduzido. Ela permite a identificação de quem está «disponível» e a formação de substitutos «naturais» que têm uma perceção clara da cultura organizacional.

**Recrutamento**—As comunidades de práticas estendem-se além da organização, permitindo identificar os participantes ativos e o seu histórico. Isto possibilita a captação dos praticantes mais interessantes num determinado contexto, reduzindo o custo do recrutamento e aumentando das taxas de sucesso da organização.

**Retenção**—Os indivíduos «apaixonados» por aquilo que fazem tendem a manter os seus postos de trabalho e vêm com agrado um empregador que lhes permite exercer essa paixão. Nestes casos, o local de trabalho é tido como um espaço agradável e interessante, sendo que, «quando a componente remuneratória é ‘suficiente’, a paixão bate o dinheiro quase sempre.» (Loxton, online, 2011).

**Compromisso**—Trabalhadores comprometidos são trabalhadores produtivos e nada define melhor o compromisso para com a organização do que a paixão dos indivíduos pela sua atividade. A criação de comunidades de prática em torno dessa paixão coletiva gera o envolvimento e o compromisso dos indivíduos alinhados com a missão da organização e o domínio de interesse coletivo.

**Capital intelectual**—As comunidades de prática geram recursos organizacionais (métodos, processos, técnicas, estudos ou resultados) que podem ser replicados. Estes recursos são ativos internos intangíveis que contribuem para um desempenho eficaz e que podem converter-se ativos tangíveis, passíveis de gerar lucro para a organização.

**Redução de «desperdícios»**—As comunidades de prática produzem normas, modelos e procedimentos que se traduzem na redução do erro e do tempo «gasto» a encontrar soluções, reduzindo a heterogeneidade na execução dos processos.

**Qualidade**—A padronização e melhoria dos processos leva à melhoria da qualidade dos produtos e dos serviços, sendo a participação nas comunidades de prática um fator de redução ou erradicação do erro e de permanente aumento da qualidade.

**Velocidade**—A comunidade de prática surge aqui como um fator crítico de sucesso das organizações, a partir do qual elas obtêm benefícios diretos por ser um cenário propício à rápida e eficaz divulgação das novas «descobertas».

**Capacidade de adaptação**—Os participantes nas comunidades de prática estão na vanguarda da «prática», sendo rápidos na perceção dos movimentos de determinada área do mercado e das respetivas práticas. Isto traz vantagem competitiva para as organizações, no sentido em que elas vão ter a capacidade de flexibilizar as suas estruturas em tempo útil, de forma a irem ao encontro das necessidades do mercado.

O autor conclui que as organizações que encontram vontade, espaço e formas de sustentar comunidades de prática no seu seio «vão ter trabalhadores mais comprometidos e mais produtivos, níveis mais altos de ativos intangíveis, e, acima de tudo, custos mais baixos e receitas mais altas, podendo assistir ao aumento do seu valor de mercado, uma vez que este vai atribuir valor aos bens não-tangíveis que foram criados» (Loxton, 2011).

### Perspetivas

Considerado como um «dos mais influentes (conceitos) a ter surgido recentemente no panorama das ciências sociais» (Hughes, Jewson e Unwin, 2007, p. 1), a comunidade de prática tem vindo a assumir, desde 1991, quando Lave e Wenger a descreveram, um lugar destacado no meio académico – com a abertura de campos de conhecimento até então inexplorados e facilitando a troca interdisciplinar de saberes e especialidade – e na sua dimensão «operacional» – de ferramenta de trabalho colaborativo e instrumento de planeamento, gestão e aprendizagem organizacional. Nesta segunda perspetiva, abre-se a possibilidade de se definir um modelo de gestão de conhecimento adequado às organizações, uma forma alternativa de «formação», uma nova forma de colaboração organizacional ou uma «caixa de ferramentas» (Hughes, Jewson e Unwin, 2007, p. 2) para o desenvolvimento de competências. Quando a reflexão sobre aprendizagem se globalizou, vários autores se debruçaram sobre ela, introduzindo ou repensando conceitos e noções, num contributo inovador. Apresentam-se resumidamente quatro dessas propostas, retiradas do trabalho de J. Hughes, N. Jewson e L. Unwin (2007) que reúne algumas reflexões contemporâneas sobre o conceito de comunidade de prática, com o propósito de facilitar um olhar diversificado sobre a evolução da teoria da aprendizagem.

Alison Fuller, Professora de Educação e Trabalho na Escola de Educação da Universidade de Southampton, Reino Unido, reconhece as forças do modelo de «aprendizagem situada» de Lave e Wenger, centrado nas comunidades de prática e faz um levantamento de questões emergentes na literatura contemporânea que se relacionam com o desenvolvimento do próprio modelo. As suas reflexões vão centrar-se na noção de «aprendizagem como participação», na ambiguidade na definição do conceito, nas dúvidas sobre a capacidade de inovação e transformação das comunidades

de prática, na simplificação das relações entre principiantes e praticantes experientes, na incapacidade de explicação das diferentes trajetórias de participação experimentadas e na incapacidade de reconhecer as implicações de diferentes configurações de inter-relação nos processos de aprendizagem. As conclusões da autora sugerem a adoção de uma «conceptualização (...) de aprendizagem em camadas (layers) que vai além da simples especificação dos níveis de análise individual e organizacional.» (Hughes, Jewson e Unwin, 2007, p. 5) de forma a permitir dar continuidade à investigação.

Yrjo Engestrom, Professor de Educação de Adultos e Diretor do Centro de Investigação em Atividade, Desenvolvimento e Aprendizagem na Universidade de Helsínquia, Finlândia, e Professor de Comunicação na Universidade da Califórnia, São Diego, EUA, enquadra-se na corrente de pensamento histórico-cultural inaugurada por Vygotsky. Ele é um defensor do contributo de Lave e Wenger para a construção de um modelo onde a aprendizagem envolve múltiplas e complexas interações entre sujeitos ativos, onde as contradições sociais são força motriz na constituição e desempenho dos grupos e onde a paradigmática forma de aprendizagem situada está nas relações entre principiantes e participantes experientes. Ele é crítico do trabalho de Lave e Wenger no que respeita ao não acompanhamento do desenvolvimento das estruturas organizacionais e das estratégias de gestão. As evoluções nos processos de criação de valor humano e na organização dos sistemas laborais trouxeram nova luz aos padrões de relações sociais no trabalho e são «tipicamente dispersas, flutuantes e instáveis em resposta a mercados e tecnologias em rápida mudança» (Hughes, Jewson e Unwin, 2007, p. 6), sendo o modelo proposto por Lave e Wenger reflexo de um contexto sócio-económico onde as relações de trabalho eram «bem delimitadas, locais e dirigidas a partir de fontes centrais de autoridade» (Hughes, Jewson e Unwin, 2007, p. 6). Engestrom propõe

«uma conceptualização alternativa de grupos de trabalho contemporâneos que enfatiza os processos de negociação, flexibilidade, inovação e potencialidade para o desenvolvimento em múltiplas direções. Ele encaixa a estrutura orgânica da experiência vivida dos participantes nestes modos de produção e troca» (Hughes, Jewson e Unwin, 2007, p. 6).

Stephen Billett, Professor de Educação de Adultos e Formação Profissional na Escola de Educação e Estudos Profissionais na Griffith University, Brisbane, Austrália, argumenta que o imediato reconhecimento e adoção do conceito de comunidade de prática pela comunidade académica e organizacional contribuiu para a relativização daquilo que ele considera a intervenção mais relevante de Lave e Wenger para a discussão sobre aprendizagem: a relação entre a «pessoal e imediata experiência social na aprendizagem através da participação.» (Hughes, Jewson e Unwin, 2007, p. 7). O autor apela à «reintegração do agente individual como sendo de igual importância para a comunidade em que está situado.» (Hughes, Jewson e Unwin, 2007, p. 7), sendo a relação que se estabelece entre o individual e o social, através do ato de participação, uma relação de cooperação onde o benefício será mútuo. O indivíduo e a comunidade são formados e contribuem para a formação do outro. Esta abordagem reutiliza o indivíduo como agente individual de aprendizagem, vai repescar a ideia que o indivíduo é possuidor de uma estrutura «aprendente» por si mesmo, cujas «ações são influenciadas pela sua biografia, história de vida e sentido identitário» (Hughes, Jewson e Unwin, 2007, p. 7) e que se integra num contexto de aprendizagem. Este pensamento encontra eco em autores como Lorna Unwin, John Goodwin, Nalita James e Vanessa Beck.

Stephen Fox, Professor e diretor do Centro de Estudos de Gestão e Organização na Universidade de Tecnologia de Sidney, Austrália, introduz na discussão sobre comunidades de prática algumas noções presentes na obra de M. Foucault, na perspectiva de aprendizagem organizacional. O autor defende que a «fusão» de conceitos «foucaultianos» como «prática», «poder» e «relações de força» (Fox, 2000) com a formulação de comunidade de prática baseada nas noções de contexto e relações sociais da teoria da aprendizagem situada de Lave e Wenger, resulta uma complementaridade que dá um inigualável contributo para a compreensão da aprendizagem organizacional. A discussão dos conceitos de Lave e Wenger em interação e integração com os de Foucault permite questionar uma visão formal das organizações, como entidades normativas e reguladoras, no que respeita a aprendizagem, inovação e mudança. Foucault percebe o poder como sendo «relacional e produtivo» (Hughes, Jewson e Unwin, 2007, p. 10), identificando-o como algo «localizado, difuso e ubíquo» (Hughes, Jewson e Unwin, 2007, p. 10). A aprendizagem, a prática e a legitimação do conhecimento são aspetos cruciais do poder, sendo que se podem equiparar conceptualmente porque o poder é apresentado como agente produtor da «identidade» numa rede de práticas, relações e discursos. Fox identifica, ainda, dificuldades comuns a ambas as teorias: o reconhecimento dos «limites» da formação de grupos sociais e a falta de uma visão global sobre desenvolvimento social, com «tendência a ver uma diversidade de entidades sociais por um mesmo prisma» (Hughes, Jewson e Unwin, 2007, p. 8).

### Estudo de caso

Pegando na ideia inicial desta reflexão, o questionamento sobre os processos de aprendizagem contínua com impacto estratégico nas organizações da economia social e solidária em Portugal e sobre a adequação do conceito de comunidade de prática à necessidade de criação de competências estratégicas nestas organizações, foi organizado um estudo de caso para proceder ao reconhecimento formal de que os processos de aprendizagem contínua não são, neste contexto, tidos como fulcrais, que as orientações estratégicas destas organizações ainda não incluem uma atitude «aprendente» como princípio de atuação ou «modo de estar» e que a comunidade de prática poderia ser uma abordagem adequada à criação e desenvolvimento de competências estratégicas nestas organizações.

Escolheu-se como objeto de estudo o grupo de 16 organizações da economia social e solidária em Portugal que participou no primeiro Programa de Qualidade da Entrajuda<sup>1</sup>. Este foi especificamente concebido para este tipo de organizações e tem por objetivo a implementação estratégica do Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) promovido pela Segurança Social que, a partir de 2013, enquadra novas regras de financiamento pelo Estado Português. As organizações participantes neste estudo, 13 das 16, abrangem desde 18 até cerca de 1900 beneficiários e situam-se na área geográfica da Grande Lisboa e Vale do Tejo. Todas pretendiam certificar as respostas sociais para Idosos e Crianças e Jovens e todas estavam aptas a desenvolver o trabalho necessário à implementação do SGQ em causa. Os seus representantes eram elementos com cargos de direção ou gestão e tinham, inicialmente, uma disparidade de conhecimentos sobre Qualidade que iam da «ignorância total» à «experiência consolidada». Os 4 meses do Programa de Qualidade da Entrajuda compreendem 8 módulos com sessões de formação semanais em sala e reuniões intercalares de

acompanhamento que funcionam em regime de solicitação. Em cada sessão são introduzidas as ferramentas necessárias ao desenvolvimento do Manual de Qualidade de cada instituição, a base de implementação do SGQ.

Quis reconhecer-se neste grupo um movimento embrionário de comunidade de prática. Pensou-se que a noção deste «modo de fazer as coisas» seria aplicável ao grupo e que seriam criadas ou desenvolvidas competências estratégicas, nomeadamente as implícitas ao SGQ em causa, quer em termos individuais quer organizacionais. O grupo demonstrou ter características onde, segundo a definição de Wenger (Wenger, online, 2006), o essencial esteve presente. O grupo partilhou um domínio de interesse, necessidades e objetivos, demonstrou envolvimento e compromisso em atividades coletivas, demonstrou capacidade de ajudar-se mutuamente e de partilhar, criando relações «inter-aprendentes». Gerou-se um repertório de recursos coletivos que foi utilizado por cada instituição na prossecução dos seus objetivos de certificação de Qualidade e pela Entrajuda na melhoria do seu Programa de Qualidade.

A recolha de informação para este estudo de caso suportou-se em questionários de resposta aberta de forma a possibilitar uma apreciação qualitativa. Estes foram concebidos com base na necessidade de identificação das características que, segundo Wenger (Wenger, online, 2006), permitem reconhecer e distinguir uma comunidade de prática de outros grupos ou comunidades: o domínio, a comunidade e a prática. Elaborou-se uma lista de perguntas que se organizou em 5 temas. O primeiro, «Caracterização da Instituição», faz a caracterização da organização e identifica a pessoa que participou no Programa de Qualidade e que responde ao questionário. O segundo, «Necessidade e Objetivos», visa perceber a origem da necessidade de integrar o programa e os objetivos particulares de cada organização. O terceiro, «Organização do Trabalho e do

Grupo», foi estruturado para perceber a «comunidade», o seu funcionamento, organização e operação, o envolvimento dos membros em atividades conjuntas e a construção de relações «inter-aprendentes». O quarto, «Forma de Fazer e Aprendizagem», permitiria verificar a forma de fazer as coisas e o impacto das atividades coletivas na «prática». O quinto, «Avaliação e Opiniões», foi incluído para possibilitar uma apreciação «aberta» da forma como «foram feitas as coisas», numa reflexão sobre a integração no grupo, os resultados face aos objetivos, a aplicabilidade e utilidade desta «forma de fazer as coisas», o modelo de trabalho na instituição e no setor.

Algumas observações decorrentes da análise dos questionários devem ser feitas. No primeiro ponto, «Caracterização da Instituição», foi observada a participação de membros da direção, diretores executivos, diretores técnicos, responsáveis de Qualidade e diretores de serviço. Todas as organizações têm respostas sociais para Idosos e Crianças e Jovens e situam-se na região da Grande Lisboa e Vale do Tejo, Portugal. A maioria tem trabalhadores contratados e voluntários e, no total, dão resposta a mais de 4000 beneficiários. No segundo ponto, «Necessidade e Objetivos», foi observada a necessidade comum de preparação para a implementação do SGQ promovido pela Segurança Social, com o objetivo de, no final do Programa de Qualidade da Entajuda, haver um pedido de pré-auditoria de Qualidade às respostas sociais cuja certificação se pretendia. Todas as organizações manifestaram estar motivadas pela possibilidade de (re)organização ou (re)estruturação das respostas sociais, no aumento de produtividade, na «evolução» organizacional e na «melhoria na imagem». A troca de experiências e o acesso a informação especializada foi referida como fundamental. Em todas estas organizações existiu apoio das direções, umas de forma comprometida e presente, outras onde foram delegadas responsabilidades.

No terceiro ponto, «Organização do Trabalho e do Grupo», foi observada uma participação assídua nas sessões de formação em sala, mas uma fraca adesão às reuniões de acompanhamento intercalar. Observou-se uma proximidade de opiniões quanto à perceção da estrutura do grupo e à organização do trabalho, sendo que todos adotaram o modelo de funcionamento do programa e revelaram um «isolamento» quanto à execução dos trabalhos solicitados. Relativamente à auto-organização de atividades coletivas focadas no domínio de interesse partilhado, percebeu-se a vontade de criar uma «estrutura paralela» para explorar a aprendizagem comum gerada em sala e os comportamentos foram desde a inexistente ou ténue participação até ao profundo envolvimento em encontros «extra-formação». Este movimento foi espontaneamente promovido a partir do interior do grupo e teve a adesão de alguns elementos, sendo que os que não aderiram alegam não ter sentido necessidade de aprender além daquilo que era ministrado nas sessões de formação e outros manifestaram desconhecimento da iniciativa. O objetivo deste movimento era facilitar o trabalho individual através do trabalho coletivo e possibilitar o aceleração do processo, sendo que os participantes não estabeleceram uma interação continuada, nem houve intenção de estender estas atividades para além dos limites do Programa de Qualidade. A linha contínua de aprendizagem esteve unicamente presente nas sessões de formação do programa. No quarto ponto, «Forma de Fazer e Aprendizagem», foi observada uma diversidade de posturas que vão desde o reconhecimento do valor intrínseco desta «forma de fazer as coisas» e do seu impacto, passando pela admissão de que se deveria fazer sempre assim, dentro das organizações e de forma articulada no setor, até à profunda indiferença. Houve aqueles que perceberam as formas de aprendizagem presentes como adequadas e de valor acrescentado e aqueles que não reconhecem qualquer tipo de mais-valia

nas práticas de aprendizagem em grupo «extra-formação». Quanto à influência das formas de aprendizagem presentes nos métodos de trabalho de cada um e das organizações, mais uma vez se observou desde a ausência até à total permeabilidade de integração de novas práticas. No quinto ponto, «Avaliações e Opiniões», tratando-se de um «momento livre», foi possível observar uma reação global positiva a todo o processo: a forma como «foram feitas as coisas» deve levar a repensar as formas de estruturar as atividades nas organizações e no setor. Mesmo aqueles que consideraram não haver valor acrescentado nas práticas de aprendizagem do grupo, ou que se restringiram à «versão tradicional» de aprendizagem, consideram de grande valor individual e organizacional a participação neste programa. A interação entre organizações com diferentes perfis mas com objetivos partilhados foi considerada positiva, pela possibilidade que apresenta de troca de informação, ferramentas, saberes e recursos, discussão de ideias, experiências e resultados ou criação de relações de entreajuda.

Admite-se que a amostra deste estudo de caso possa ter pouca expressão no universo das cerca de 6000 organizações da economia social e solidária em Portugal, continentais e insulares, mas considera-se de grande valor o seu contributo para esta discussão sobre os processos de aprendizagem contínua com impacto estratégico nas organizações, assim como sobre a valorização e adequação das comunidades de prática aos sistemas de aprendizagem nestas organizações.

### Conclusões

Pegando na perceção decorrente da análise dos questionários, o grupo objeto de estudo está mais próximo de um «grupo de trabalho» do que de uma «comunidade de prática». Isto porque o grupo se constituiu exclusivamente para atingir objetivos específicos e não para discutir e melhorar uma prática existente. Houve, no entanto, mais do que meros indivíduos ao serviço de um projeto, houve uma movimentação em prol do coletivo e foi possível estruturar uma «forma de fazer as coisas». Não se partiu de uma prática já existente, não se organizou ou estruturou uma aprendizagem a partir dessa prática, não se observou uma participação ativa dos praticantes, não se constatou um movimento organizacional de promoção, apoio e motivação da utilização das práticas desenvolvidas, mas foi possível detetar um embrião disto tudo. A partir desta experiência foi possível reconhecer uma identidade (a comunidade), um tema comum (o domínio de interesse partilhado) e uma forma estruturada de «fazer as coisas» (uma prática). Mais, foi possível reconhecer algumas práticas e estruturá-las de forma a que possam ser eficazmente replicadas no futuro, foi possível desenvolver um repositório de informação partilhada que resultou de um trabalho coletivo e que é pertença e responsabilidade de todos, foi possível reproduzir e partilhar experiências, foi possível identificar «principiantes» e «peritos» e gerar conexões de entreajuda entre diferentes níveis de conhecimento, foi possível observar a génese de uma comunidade de prática.

É possível concluir que as organizações da economia social e solidária participantes ainda estão condicionadas por modelos de aprendizagem tradicionais, baseados na relação professor-aluno e em contexto de sala de aula. A falta de recursos e o foco no objetivo específico do programa leva a um «desinvestimento» na criação de comunidades e redes que se fundamenta na «falta de tempo» e na ausência da

perceção do impacto direto no exercício. A estrutura formativa da Entrajuda foi a linha condutora que possibilitou a construção do saber estratégico, não havendo um movimento expressivo de interação «aprendente» extra-formação ou a intenção de estender a aprendizagem para além dos limites do programa. Os participantes, independentemente do seu nível de saber, foram capazes de executar as atividades propostas, contribuindo para a criação de recursos coletivos, sendo que o trabalho foi desenvolvido individualmente mas a prática foi comum, observando-se um benefício igualmente comum. Esta prática teve efeitos diretos na «forma de fazer as coisas» e as organizações integraram imediatamente processos de melhoria na gestão e nos serviços, sendo que o Programa de Qualidade da Entrajuda está a potenciar a criação de «práticas de referência». As organizações sentem necessidade de partilha de saberes e de práticas mas isto é algo que, institucional e oficialmente, ainda não é viável. Muito embora haja já movimentos de adoção de medidas para ultrapassar este facto, isto é feito de modo incipiente, a título particular, sem estar incluído num planeamento estratégico, sem impacto.

A comunidade de prática não é algo que possa ser externamente imposto, constituindo uma abordagem desadequada à implementação ou concretização de objetivos específicos e imediatos das organizações, mas antes servindo para criar um ambiente estruturalmente «aprendente». É necessário começar pela observação da prática em si para, a partir dela, promover as capacidades de aprendizagem dos profissionais (praticantes), ou seja, verificar o «como está a ser feito» e não impondo o «como deveria ser feito». Os profissionais (praticantes) são pessoas que têm tempo e recursos limitados, podendo isto ser um obstáculo à valorização da criação de conexões como forma de alcançar os objetivos «aprendentes» da organização. A partilha de informação, experiências e práticas não é imperativa, mas uma parceria

de aprendizagem ou uma rede para obtê-las deve ser. Pode ser estratégico para as organizações começar a cultivar este e outros movimentos com características semelhantes, mas isso exigirá que elas percebam, reconheçam e valorizem a existência de redes e de comunidades para partilha de informação, experiências e práticas profissionais. Isto requer que se promovam formas de organização do trabalho que facilitem a disponibilidade dos praticantes para integrar estas redes e que se patrocine tempo para que eles se dediquem à partilha de saberes e de práticas. É necessário encontrar nas organizações formas de valorizar a participação ativa dos profissionais nas redes de conhecimento através de elementos de motivação, como recompensas e benefícios ou uma avaliação de desempenho positiva, assim como estar ciente de que terá que haver formas de controlo organizacional não autoritárias ou coercivas e, sobretudo, haver abertura à possibilidade de desenvolvimento e implementação de modelos de gestão, liderança e comunicação diferentes dos atuais.

O principal desafio que o século XXI traz às organizações da economia social e solidária em Portugal, no sentido da criação de condições para a sua sustentabilidade, é o aproveitamento e retenção do conhecimento coletivo gerado pelos seus profissionais. As organizações, de forma a conseguirem suportar a sua atividade, manter a sua posição e crescerem sem «perder o ritmo», precisam de encontrar formas de promover, apoiar e cultivar o tipo de conhecimento que é gerado no seu seio, para não haver «desperdícios». Elas estão motivadas para responder eficazmente aos desafios locais e globais, à crise política e económica que se vive, ao advento tecnológico e da conectividade exponencial, à sociedade da informação e do conhecimento. Apenas isto possibilitará a continuidade do cumprimento da missão que está na sua origem, sendo que esta não muda, mas o mundo à sua volta sim. Não havendo um quadro de referência no

setor, tudo leva a crer que elas estejam abertas a parcerias de aprendizagem ou a redes de conhecimento, mas ainda se encontram «perdidas» nas suas próprias práticas, no seu «modo de fazer as coisas», nas suas necessárias «soluções imediatas». Muito embora se comece a falar de «trabalhar em rede», «trabalho colaborativo», «formação contínua» ou «boas práticas», ainda levará algum tempo para que estas organizações assimilem processos de aprendizagem contínua, onde a noção de comunidade de prática concorra para a criação e mobilização de competências estratégicas, permitindo a criação de «práticas de referência» para os profissionais e para o setor.

Ainda vem longe uma envolvente onde a aprendizagem organizacional no setor em causa é um «comportamento» e não um conjunto de «atos isolados», onde se reconhece aprendizagem nas relações interpessoais e inter-organizacionais, em contextos «aprendentes» promovidos e estruturados pelas próprias organizações, onde os profissionais (praticantes) suportam os processos, medeiam as relações de aprendizagem e criam conhecimento estratégico que sustenta o desenvolvimento organizacional. As comunidades de prática surgem na tomada de consciência do valor intrínseco dos benefícios que decorrem do trabalho coletivo. Elas permitem parcerias de aprendizagem ou redes de conhecimento que potenciam uma identidade partilhada, reconhecida e valorizada entre pares, uma responsabilização perante uma prática, um coletivo e um saber que possibilitam um sentimento de pertença traduzido na geração de um significado coletivo e na conseqüente satisfação das pessoas. É cedo para dizer que, no atual cenário e contexto, a comunidade de prática é uma abordagem adequada ao desenvolvimento de comportamentos «aprendentes» nas organizações da economia social e solidária em Portugal, inserida nas suas práticas e nos seus princípios de atuação estratégicos, concorrendo para a criação e mobilização de competências organizacionais estratégicas.

## Notas

1 Instituição Particular de Solidariedade Social que apoia outras instituições ao nível da Organização e Gestão, com o objetivo de melhorar o seu desempenho e eficiência em benefício das pessoas carenciadas. (online, 2011)

## Fontes

Gregory BATESON, 1972 (online). *Steps to an Ecology of Mind, Collected essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution and Epistemology*, Jason Aronson Inc., Northvale, New Jersey, London Informação de Setembro 2011, disponível em [http://www.scribd.com/doc/8693045/Gregory-Bateson-Steps-to-an-Ecology-of-Mind-1972#outer\\_page\\_124](http://www.scribd.com/doc/8693045/Gregory-Bateson-Steps-to-an-Ecology-of-Mind-1972#outer_page_124)

Seth CHAIKLIN, Jean LAVE, 1993. *Understanding Practice: Perspectives on Activity and Context*, Cambridge University Press, Cambridge, New York Informação de Agosto 2011, disponível em <http://www.google.com/books?hl=pt-PT&lr=&id=VaNl678-E0EC&oi=fnd&pg=PA236&dq=Lave,+Jean%3B+Seth+Chaiklin+%281993%29+Understanding+Practice:+Perspectives+on+Activity+and+Context,&ots=rGUN38eT9T&sig=6Fkr0ygMEJ04fDrkzmyRW0We1NY#v=onepage&q&f=false>

ENTRAJUDA, 2011 (online). Informação de Setembro 2011, disponível em <http://www.entrajuda.pt/>

Dennis KALLEN, Jarl BERGTSSON, 1973 (online). *Recurrent Education: a strategy for lifelong learning*, Center for Educational Research and Innovation, OCDE, Paris Informação de Setembro 2011, disponível em <http://www.eric.ed.gov/PDFS/ED083365.pdf>

Matthew LOXTON, 2011 (online). *Communities of Practice – Behaviours and Benefits* Informação de Setembro 2011, disponível em <http://elisabethgoodman.wordpress.com/2011/08/12/communities-of-practice-%E2%80%93-behaviours-and-benefits/>

Etienne WENGER, 2006 (online). *Communities of practice – a brief introduction*, Informação de Setembro 2011, disponível em <http://www.ewenger.com/theory/t-PT&lr=&id=VaNl678-E0EC&oi=fnd&pg=PA236&dq=Lave,+Jean%3B+Seth+Chaiklin+%281993%29+Understanding+Practice:+Perspectives+on+Activity+and+Context,&ots=rGUN38eT9T&sig=6Fkr0ygMEJ04fDrkzmyRW0We1NY#v=onepage&q&f=false>

**Referências bibliográficas**

- Paulo Pereira de ALMEIDA, Glória REBELO, 2004. *A era da competência – Um novo paradigma para a Gestão de Recursos Humanos e o Direito do Trabalho*, Editora RH, 1ª Edição.
- Gregory BATESON, 1972. *Steps to an Ecology of Mind, Collected essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution and Epistemology*, Jason Aronson Inc., Northvale, New Jersey, London.
- Raquel Campos FRANCO, S. Wojciech SOKOLOWSKI, Eileen M.H. HAIREL, Lester M. SALAMON. *O sector não lucrativo Português numa perspectiva comparada*, Universidade Católica Portuguesa e John Hopkins University.
- Antonio David CATTANI, Jean-Louis LAVILLE, Luiz Inácio GAIGER, Pedro HESPANHA, 2000. *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Edições Almedina, Coleção CES.
- Mário CEITIL (Organizador), 2006. *Gestão e Desenvolvimento de Competências*, Edições Sílabo, 1ª Edição, Lisboa.
- Joaquim Luís COIMBRA, Filomena PARADA, Luís IMAGINÁRIO, 2001. *Formação contínua e Gestão da Carreira*, Estudo realizado para a Direcção-Geral do Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

- Miguel Pina e CUNHA, Arménio REGO, Rita Campos e CUNHA, Carlos CABRAL-CARDOSO, 2006. *Manual de Comportamento Organizacional e Gestão*, Editora RH, 5ª Edição, Lisboa.
- John DEWEY, 1952. *La busca de la certeza: um estudio de la relación entre el conocimiento y la acción*, Fondo de Cultura Económica.
- Sílvia FERREIRA, 2006. «Empreendedorismo social, profissionalização e emprego», Comunicação apresentada na conferência *A Economia Social e a Promoção de Emprego*, organizada pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional, Lisboa.
- Stephen FOX, 2000. «Communities Of Practice, Foucault And Actor-Network Theory», *Journal of Management Studies*, September, 37, 6, pp. 853:868, Edited by Wiley-Blackwell.
- Jason HUGHES, Nick JEWSON, Lorna UNWIN, 2007. *Communities of Practice – Critical perspectives*, Routledge – Taylor & Francis Group, USA e Canada.
- Knud ILLERIS, 2009. *Contemporary theories of learning – Learning theorists... in their own words*, Routledge – Taylor & Francis Group, USA e Canada.
- International Commission on Education for the Twenty-first Century, UNESCO, 1996. *Learning: The Treasure Within*, UNESCO Publishing.

- Dennis KALLEN, 1996. «Aprendizagem contínua em retrospectiva», *Revista Europeia de Formação Profissional*, 8/9, pp. 16:22.
- Dennis KALLEN, Jarl BENGTTSSON, 1973. *Recurrent Education: A Strategy for Lifelong Learning*, OCDE – Centre for Educational Research and Innovation, OECD Publications Center.
- Jean LAVE, Etienne WENGER, 1991. *Situated Learning: legitimate peripheral participation*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Marta Kohl de OLIVEIRA, 1998. *Pensar a Educação: Contribuições de Vygotsky in Piaget-Vygotsky: novas contribuições para o debate*, São Paulo, Ática.
- Ana Luísa de Oliveira PIRES, 2002. *Educação e Formação contínua: Análise Crítica dos Sistemas e Dispositivos de Reconhecimento e Validação de Aprendizagens e de Competências*, Tese de Doutoramento em Ciências da Educação pela Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Carlota QUINTÃO, 2004. «Terceiro Sector – elementos para referenciação teórica e conceptual», Comunicação apresentada no *V Congresso Português de Sociologia – Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção: Atelier: Mercados, Emprego e Trabalho*, Universidade do Minho, Braga.
- Teresa REGO, 2007. *Vygotsky – Uma Perspectiva Histórico-Cultural da Educação*, Petrópolis, Vozes.

- Revista crítica de Ciências Sociais, 2009. *Os desafios da economia solitária*, Março, Nr. 84.
- Lester M. SALAMON, S. Wojciech SOKOLOWSKI, Regina LIST, 2003. *Global Civil Society – An Overview*, Center for Civil Society Studies, Institute for Policy Studies, The Johns Hopkins University, Baltimore, USA.
- Reginaldo Manuel SITOIE, 2006. «Aprendizagem ao Longo da Vida: Um conceito utópico?», *Comportamento Organizacional e Gestão*, Vol. 12, Nr. 2, 283-290, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Henri Paul WALLON, 1975. *Psicologia e educação da infância*, Estampa, Lisboa
- Etienne WENGER, 1998. *Communities of Practice – Learning, Meaning, and Identity*, Institute for Research on Learning, Cambridge University Press.
- Etienne WENGER, Richard McDERMOTT, William M. SNYDER, 2002. *Cultivating Communities of Practice – A guide to managing knowledge*, Harvard Business School Press, Boston, Massachusetts, USA.
- Etienne WENGER, Beverly TRAYNER, Maarten de LAAT, 2011. *Promoting and assessing value creation in communities and networks: a conceptual framework*, Ruud de Moor Centrum, Open Universiteit, The Netherlands.

# Uma nova engenharia monetária desde o sul: Banco Palmas e os bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil

**Roberta Schwambach**

Mestranda em Economia Social e Solidária do ISCTE-IUL

## Palavras-chave

Banco Palmas, moeda social, tecnologia social, desenvolvimento local, América Latina, Bancos Comunitários de Desenvolvimento, multiplicidade monetária.

## Key-words

Palmas Bank, Social Money, Complementary Money, Local Development, Latin America, Community Development Banks, Monetary Multiplicity.

## RESUMO

Em meio a mais uma crise econômica e financeira, talvez seja o momento de nos questionarmos o que é realmente o dinheiro. Ao contrário do que a maioria das pessoas pode pensar, ele não é lastreado no ouro, e na verdade não passa de um acordo entre as pessoas de uma comunidade para servir de parâmetro e meio de efetivar as trocas necessárias. Como uma tecnologia social, novas formas de moedas—as chamadas moedas paralelas, ou moedas sociais—surgiram em diferentes períodos e locais, na intenção de amenizar os problemas advindos da escassez, nos chamados desertos monetários. Apresentamos brevemente experiências da Áustria e da Argentina, na tentativa de contextualizar historicamente as experiências de moedas sociais. Mas nosso foco é apresentar a experiência brasileira do Conjunto Palmeiras, que num processo de conscientização da sua população—uma favela próxima a Fortaleza, CE—criou um modelo de desenvolvimento social complexo e que integra a economia local através de uma moeda social: o Palmas. Segundo Paul Singer, o Banco Palmas dá resposta a dois problemas: o desemprego por falta de demanda e necessidades insatisfeitas por falta de dinheiro, e para isto, cria um sistema integrado de créditos, o qual alia as potencialidades do microcrédito para a consolidação de empreendimentos solidários localmente, bem como utiliza-se da moeda social para impulsionar o consumo e produção local, gerando um círculo virtuoso na economia. Explicaremos como este processo se desenvolveu ao longo dos últimos

quinze anos, as dificuldades enfrentadas e a conquista de reconhecimento, tanto do Governo Brasileiro quanto dos Bancos Privados neste país. Mostraremos, ainda, como as políticas públicas aplicadas pela SENAES impulsionaram a criação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, que hoje conta com 61 Bancos Comunitários espalhados por todo o país, numa re-aplicação da metodologia do Banco Palmas. Por fim, ousamos falar em uma multiplicidade monetária desde o Sul, já que surgem projetos similares—tanto a nível local, na Venezuela e outros países quanto internacional, no âmbito da ALBA, por exemplo—e nos mostram que é possível construir uma outra economia através do desenvolvimento das cadeias produtivas locais de maneira colaborativa.

## ABSTRACT

In the middle of another economic and financial crisis, it may be time to ask ourselves what money really is. Contrary to what most people may think, it is not based on gold, and in fact it is nothing more than an agreement between people from a community to serve as parameter and mean of exchange. As a social technology, new forms of currency—the complementary currency or local currency—emerged in different periods and places, hoping to alleviate the problems arising from the money scarcity, on the so-called monetary deserts. We briefly explain the experiences of Austria and Argentina, in an attempt to contextualize the experiences of complementary currency. But our focus is to present the Brazilian experience of Conjunto Palmeiras, that passed thru a process of awareness of its population—a slum near Fortaleza, CE—and created a social development model that integrates the local economy through a social currency: the Palmas. According to Paul Singer, Banco Palmas gives the answer to two problems: unemployment due to lack of

demand and unmet needs for lack of money, for that, they created an integrated system of credits, which combines the potential of microcredit to consolidate solidarity entrepreneurs as well as uses the social currency to boost local production and consumption, generating a virtuous cycle in the economy. We will explain how this process has developed over the past fifteen years, the difficulties faced and the recognition both from the Brazilian Government and Private Banks in this country. We show also how public policies implemented by SENAES drove the creation of the Brazilian Network of Community Development Banks, which currently has 61 community banks located throughout the country, based on the methodology of Banco Palmas. Finally, we dare to speak of a Multiplicity Monetary System from the South, that appears—both locally in Venezuela and other countries and internationally within the ALBA, for example—and we show that it is possible to build another economy through the development of local collaborative economies.

### O que é o dinheiro, afinal?

A maioria dos manuais de economia definem o dinheiro por suas funções, que são: (1) unidade de contas; (2) meio de trocas e (3) reserva de valor. Porém, como nos fala Patrick Viveret, a confusão entre essas três funções na economia atual geram a dominação de uma elite financeira sob os demais classes sociais;

«... ces trois fonctions sont, en partie, contradictoires. C'est ainsi que la thésaurisation (réserve de valeur), qui consiste a conserver la monnaie, s'oppose en partie à l'échange qui exige au contraire une circulation rapide; et la fluctuation de la valeur de la monnaie crée elle-même une instabilité incompatible avec sa fonction d'unité de compte (étalon). Cette incohérence construit une opacité qui transforme la monnaie en outil de domination au bénéfice de ceux qui contrôlent ces trois niveaux mais au détriment de la plupart des citoyens qui n'en comprennent pas les mécanismes» (Viveret, 2010, pp. 44:45).

Se observarmos a história das moedas, um longo caminho nos separa das rústicas conchas, sementes ou pérolas que utilizaram antigas civilizações como meio de trocas, que surgiram, segundo Heloísa Primavera (2001), porque «qualquer comunidade complexa precisa de um meio de troca, como um meio de comunicação que tenda a unir as transações desejadas pelas pessoas».

Também já foram-se os dias em que a moeda representava o ouro nela contido, e quando realmente representavam uma reserva de valor físico nas mãos de quem a tesourizava, o conhecido padrão-ouro. Atualmente, vivemos num período em que menos de 15% do dinheiro em circulação é real (notas impressas por autoridade oficial dos países), todo o resto não é mais do que um número nos sistemas

eletrônicos, e, em sua maioria, representam dívidas de indivíduos, nações ou organizações frente ao sistema financeiro, extremamente centralizado mundialmente.

Utilizando-nos da analogia feita por Bernard Lietaer (2011), podemos dizer que a maioria das pessoas vivem como peixes num aquário, que não percebem a importância da água, ambiente natural e imprescindível para sua vida. Assim são as moedas hoje, vivemos imersos num mundo em que o dinheiro é considerado não somente como essencial, mas também como *objetivo* de vida, mas ainda assim não o entendemos.

Porém, os habitantes dos chamados desertos monetários percebem a falta que lhes faz a moeda, bem como observou Alan Watts, durante a crise dos anos 30;

«Os mesmos materiais, as mesmas fábricas, as mesmas fazendas, a mesma gente e as mesmas capacidades produtivas dos anos anteriores estavam disponíveis. Havia muito alimento, bens e matérias-primas. E, havia trabalho. Mas a economia estava paralisada, porque não havia dinheiro. E isto é tão absurdo como parar de construir casas, por falta de centímetros» (Primavera, 2001, p. 53).

Depois das inúmeras crises econômicas e financeiras, passamos a perceber claramente a importância do dinheiro, e como a sua falta imobiliza a economia, mas ainda permanece a questão *do que é o dinheiro*. Podemos dizer, como Philippe Derudder (2005), que a moeda «Ce n'est rien d'autre qu'un accord collectif sur un support qui représente symboliquement et universellement la contre-valeur de n'importe quel bien ou service». Bem como questionarmos, portanto,

«o que faz com que bilhetes de papel emitidos pela casa da moeda possam ser interpretados como reserva de valor frente a outros idênticos reproduzidos numa foto-copiadora ou impressora doméstica, são índices (sinais inerentes a cada objeto) sobre os quais geram-se acordos simbólicos no interior de uma comunidade interpretante» (Mance, 2002, p. 47)

Como resultado da enorme concentração financeira vivenciada nas últimas décadas, e a crescente escassez monetária em cada vez mais numerosas periferias do sistema capitalista, populações locais começam a perceber as possibilidades de desenvolver-se de maneira sustentável através de experiências de moedas paralelas;

«Experiências realizadas com a moeda social permitem desvelar ideologias, pois explicitam a disputa de poder que se dá em torno de sua forma e processo e o poder que a instituição monetária concentra. Trabalhar com a moeda social implica a tomada de posição por parte do utilizador, o qual, no mínimo, passa a refletir sobre a «naturalidade» que lhe é imposta acerca do dinheiro—já que terá de administrá-lo—, o que já é, em si, deveras subversor e, portanto, criativo»(Cattani, Laville, Gaiger e Hespanha (*orgs*), 2009, p. 259).

Assim que veremos algumas experiências históricas de comunidades que criaram seu próprio dinheiro, na tentativa de melhorar a qualidade de vida localmente, gerando um círculo virtuoso na economia local.

### **Moedas paralelas : Tecnologia Social em desenvolvimento**

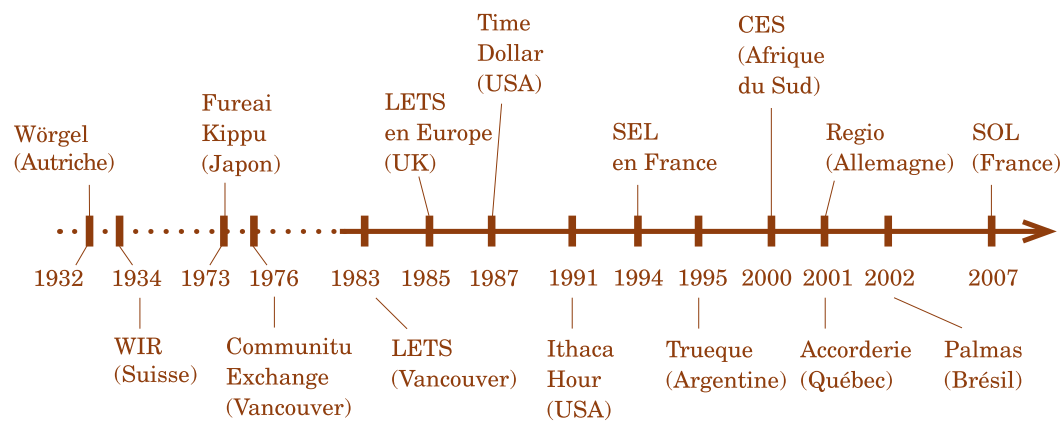
Os desertos monetários surgem em todas as periferias do sistema, e soluções para irrigar os circuitos econômicos também. Seja no seio da própria economia capitalista, na economia pública ou na economia solidária, novas formas de facilitar as trocas de bens, serviços e saberes foram inventadas (ou adaptadas) conforme as necessidades locais, as tecnologias disponíveis, os anseios políticos, sociais e econômicos a serem perseguidos, as preocupações culturais e ambientais.

Diferentes termos já foram utilizados para tratar desta *tecnologia social*. Jérôme Blanc (2000) elegeu o termo de *moedas paralelas*, por tratarem-se de unidades de contas ou meios de pagamento diferentes daqueles inscritos no sistema monetário nacional. Hayek (1978) empregou o termo de *monnaies de fait (moeda de fato)*, por tratarem-se de uma moeda aceita, por livre consentimento, pela maioria dos comerciantes. Também encontramos os termos *moedas complementares*, no sentido de sua função complementar ao sistema monetário tradicional. Ainda, o termo de *monnaies plurielles*, referência direta à economia plural estudada por Jean-Louis Laville. Ainda identificamos os termos de *moedas afetadas*, *moedas de proximidade*, *moedas sociais ou eletrônicas*.

Invocamos a preferência por dois termos: *moedas paralelas* e/ou *moedas sociais*. O Instituto Palmas consolidou o termo de moedas sociais no Brasil, e por isso damos preferência a este termo. Ao mesmo tempo, nos parece interessante considerá-las, como diz Jérôme Blanc, moedas paralelas, por tratarem-se de meios de trocas que convivem com as *moedas oficiais*, de maneira paralela, e nunca com a intenção de substituí-la.

Segundo pesquisa de Jérôme Blanc (2000) e de Bernard Lie-taer (2011) somam-se hoje mais de cinco mil experiências de moedas paralelas em várias partes do mundo moderno, apresentando uma diversidade também numerosa de formatos<sup>1</sup>.

Jérôme Blanc e Marie Fare (2010) perceberam as moedas sociais enquanto dispositivos inovantes, pois cada nova experiência diferenciava-se das demais, numa constante mutação adaptatória do mecanismo *dinheiro*. A partir desta formulação, propuseram a seguinte linha do tempo das moedas paralelas.



Partindo, deste pressuposto de que as moedas sociais são novas tecnologias sociais, e que as mesmas adaptam-se e renovam-se conforme as necessidades locais e temporais, iremos, de forma sintética, observar dois destes dispositivos, que de certa maneira assemelham-se ou mesmo influenciaram a consolidação de um modelo brasileiro, o qual trataremos posteriormente.

Durante a crise de 1930 a prefeitura de Worgl (Áustria) transformou 30 mil moedas nacionais em moedas locais (Worgl-schilling), ancorando localmente o dinheiro. Como a própria prefeitura passou a realizar obras públicas pagas em moeda paralela, bem como aceitá-las no pagamento de taxas públicas, a moeda ganhou confiança da população que passou a utilizá-la. Aplicaram a teoria dos juros invertidos de Silvio Gessel, através da qual a moeda perdia o valor semanalmente, o que aumentava a velocidade de sua circulação. Apesar da melhora da economia local, o governo austríaco proibiu a continuação do projeto, que já expandia-se a

outras cidades entusiasmadas com os bons resultados do mesmo. O projeto tem muitas similiaridades com o Banco Palmas, como veremos adiante, mas vale salientar que no modelo brasileiro a teoria de juros invertidos não é aplicada.

A Argentina passou em 2001 por uma das maiores crises do neoliberalismo na América Latina. Naquele momento, no país circulavam tanto pesos quanto dólares normalmente na economia interna. Com a crise, de um momento para o outro o peso argentino perdeu seu valor, e a economia interna viu-se desmonetizada. Porém, paralelamente estavam sendo formados os Clubes de Troca (Red Global de Trueque), que, contando com moedas próprias organizavam redes locais de trocas de produtos e serviços, chegando a contar com mais de um milhão e meio de participantes no país, estruturavam-se através de uma rede nacional;

«Dans la configuration du réseau de 1999, celui-ci met en oeuvre trois niveaux d'échanges, auxquels sont associés trois types de monnaies matérialisées par des billets. Les billets du premier niveau ne sont utilisés que localement, à l'échelle de l'association dans laquelle ils sont émis; ceux du second niveau sont utilisés et utilisables dans un ensemble composé de plusieurs clubs locaux, ce qui en fait une seconde monnaie, celle-là interclubs; les billets du troisième niveau enfin sont utilisables dans tous les clubs argentins membres du Réseau global de troc. De façon générale, il y a donc trois types de billets utilisables dans chaque association locale» (Blanc, Jérôme: 2000. p. 272).

Interessante percebemos a organização em diferentes níveis de proximidade no modelo argentino, pois mostra-nos a possibilidade de integrar projetos locais num desenvolvimento nacional alternativo. Heloísa Primavera é uma das principais estudiosas das moedas paralelas na América Latina, e foi importante influência na formulação do Banco Palmas.

### O conjunto Palmeiras: História do Território

Durante o período da Ditadura Militar brasileira, o general Médici (1969-1974), em visita ao nordeste proclamou «*a nação anda bem, mas o povo vai mal*». Referia-se ao quadro deprimente e repressor observado na capital do Ceará, Fortaleza, reflexo de tantas outras metrópoles brasileiras (ou do mundo) assoladas pelo desenvolvimento capitalista oligopolístico e excludente.

Naquele momento, enormes bolsões de pobreza *tiravam a beleza* e o potencial turístico e econômico da capital Fortaleza. Formados por migrantes deplacados da agricultura, cada vez mais centrada na agroprodução, e que não encontravam tampouco espaço nas fileiras industriais, eram excluídos que precisavam desaparecer;

«O Processo de assentamento do Conjunto Palmeira, compreendido em uma área de 118 hectares, resultou do remanejamento de populações residentes em áreas de risco—principalmente retiradas da favela Lagamar, situada no centro da cidade (...) e de outras localizadas em áreas situadas no vetor da expansão urbana, portanto, de grande potencial econômico especulativo. Ao todo, foram removidas para o loteamento realizado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, por intermédio da Fundação de Serviço Social (FSSF), 1,5 mil famílias faveladas (...)» (Melo Neto, Magalhães, 2008, p. 8).

Às vezes nos é difícil imaginar, mas os indivíduos que ali estavam percebiam a situação em que se encontravam: se já eram excluídos na capital, a 18 km de distância dela, estariam literalmente *jogados às moscas*. Relatos como o de Idalvo Toscano<sup>2</sup> tentam recontar a história do território recém-criado, algumas fotos mostram a precária situação: as famílias que chegavam recebiam uma lona para fazer uma barraca, e enfrentavam, lado a lado, a falta de água, luz, saneamento, tudo.

Naquele momento, a única ajuda que cada um poderia ter encontrava-se ali, na mesma situação. Em 1977 foi criada a Sociedade de Urgência Comunitária, com 600 sócios, que juntos compraram uma *kombi* para fazer o transporte de doentes para os hospitais da capital. No mesmo ano também foram construídas pela população local uma Casa de Partos e uma Creche, além, é claro, de suas próprias (e modestas) casas.

Reivindicações por parte dos habitantes levaram o poder público a construir, no ano seguinte, a primeira Escola do Conjunto Palmeiras, bem como um Centro Social e um Centro de Saúde. E em 1981 é formalmente constituída a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMO-CONP), local de encontros ao torno do qual os habitantes começam a se organizar cada vez mais.

A pressão dos habitantes continuava sobre a demanda por água tratada. Apesar de promessas eleitorais garantindo obras de infra-estrutura na região, nada aconteceu até que os moradores do Palmeiras declararam, em 1988, a *Guerra pela Água*.

Organizados, marcharam até as portas do poder público e declaram que explodiriam as tubulações de água, que ligavam os reservatórios à capital, passando por baixo do território do Conjunto Palmeiras. Estipularam uma data para as negociações, e naquele dia, aportando ferramentas e armas improvisadas juntaram-se em vários pontos do Conjunto, seguidos de perto pela polícia, que tentava conter os ânimos. Não recuaram, e seguros de si afirmavam que «*explodiriam os canos, e tudo seria inundado, morrendo todos juntos*». O governo não poderia permitir tal acontecimento, e deu-se por vencido.

A conquista da Água foi um ato real de heroísmo de cada um dos moradores ali presentes, e simbólica para a construção da história do território. Foi o momento no qual, juntos, perceberam que eram fortes, e que aquele território lhes

pertencia. Que somente através da organização entre eles poderiam mudar a história que tão mal havia começado.

«Le **processus de conscientisation** désigne une dynamique collective qui conduit un ensemble d'individus vivant une même situation d'oppression ou d'exclusion, à en devenir conscients et à s'en affranchir en se définissant un projet commun (...) le processus de conscientisation prend appui sur la dialectique **action-reflexion-action**»

(Dumas, 1997, p. 76:77).

O Seminário *Habitando o Inabitável*, realizado pela AS-MOCONP em 1991, foi o momento em que a comunidade do Conjunto Palmeiras refletiu sua própria situação, e deste encontro saíram com um *Plano Integrado de Desenvolvimento*. Refletia o desejo da população para os próximos dez anos, e as demandas de estruturação urbana eram sua essência.

Em 1997 um segundo Seminário *Habitando o Inabitável* avaliaria as conquistas, e perceberia novos desafios. Os habitantes do Conjunto Palmeiras perceberam que haviam realmente melhorado o território, mas que continuavam pobres e excluídos. Ainda pior, perceberam que, com as estruturas urbanas também vieram taxas públicas (IPTU, Luz, Água), e que cerca de 30% dos moradores, sem rendimentos, emigraram para lugares de maior exclusão (e portanto, sem taxas e também sem estruturas públicas).

Neste momento, fizeram um estudo intitulado o *Mapa da Produção e do Consumo do Conjunto Palmeiras* que mostrou que havia um consumo médio de 3 milhões de reais anuais que saíam do Conjunto Palmeiras. Perceberam então, que «*Não existem territórios pobres economicamente, existem bairros que se empobressem ao perderem suas poupanças com compras externas à comunidade*» (Melo e Magalhães, 2007). A falta de recursos internos os caracterizavam como um *deserto monetário*;

«... espaços sociais em que não há dinheiro suficiente em circulação para que as populações possam se organizar e desenvolver, muito menos para que possam promover investimentos. Muitas vezes não há nem o suficiente para que as pessoas consigam suprir suas necessidades básicas. Isso ocorre pelo fato das atividades econômicas se encontrarem em níveis ínfimos; os agentes econômicos perderam seu dinamismo ...» (Primavera, 2001, p. 50).

A ideia de manter o consumo dos moradores no próprio bairro, gerando trabalho e renda localmente, foi o lastro do projeto hoje conhecido como Banco Palmas.

#### **A complexidade de um banco comunitário : O Banco Palmas**

A comunidade do Conjunto Palmeiras já vinha integrando-se em um Clube de Trocas, no qual aproximadamente 30 a 40 pessoas participavam mensalmente de reuniões e trocas de produtos. Porém, o esvaziamento do mesmo era inevitável, já que as famílias não encontravam ali o que realmente necessitavam (as trocas se resumiam a alguns produtos artesanais).

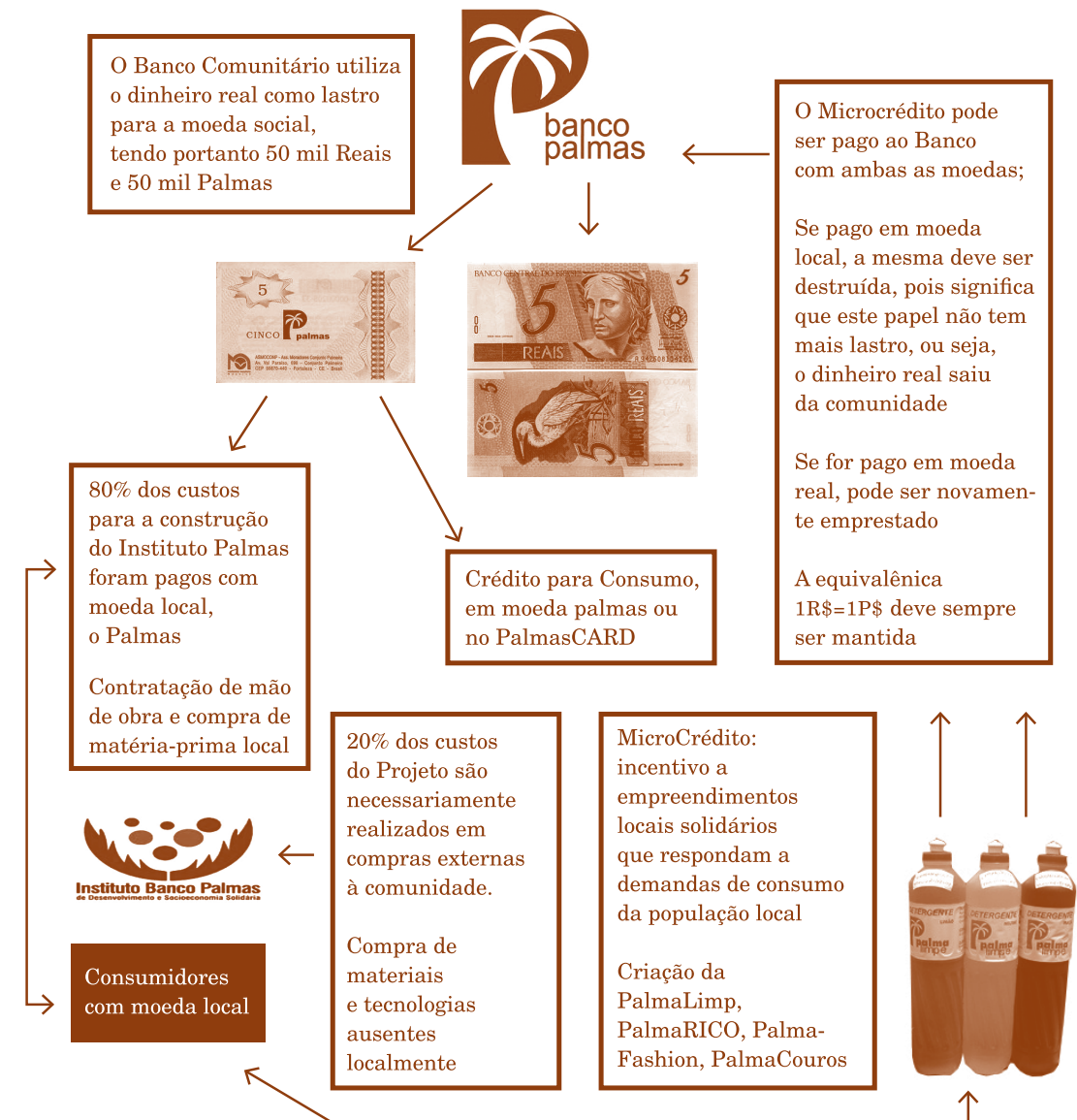
Entre debates e encontros da população, inclusive com a participação de Heloísa Primavera, surgiu a ideia de ampliar o Clube de Trocas para todo o Conjunto Palmeiras, surgia assim o Banco Palmas;

«Em outubro de 1997, «iríamos iniciar um projeto de geração de trabalho e renda que **estimularia a produção local** através de uma linha de financiamento (microcréditos) e outra linha que **estimulasse o consumo local** através de um cartão de crédito próprio. O projeto funcionaria por intermédio de uma rede de solidariedade entre produtores e consumidores – prosumidores – criando um **círculo virtuoso de produção-consumo-geração de trabalho e renda**» (Melo Neto, Magalhães: 2008, p. 16. Grifos nossos).

Segundo Paul Singer (2011)<sup>3</sup> a grande evolução apresentada pela metodologia do Banco Palmas seria a inédita junção entre microcrédito com clubes de trocas e moedas complementares. Nesse sentido, o projeto do Banco Palmas dava resposta a dois problemas estruturais enfrentados no Conjunto Palmeiras: «[...] *peças desempregadas ou subempregadas e que têm potencial produtivo, mas que não é aproveitado por falta de demanda e necessidades insatisfeitas por falta de dinheiro*» (Singer, 1999).

O primeiro recurso do Banco Palmas, um empréstimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em 1998, veio do Fundo de Apoio a Projetos de Auto Gestão–FAPAG, projeto executado pelo Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos–CEARAH Periferia, Fortaleza–CE. No momento de lançamento do Banco Palmas, o mesmo emprestou esse recurso para cinco empreendedores (montantes de R\$1.500,00) e para 20 famílias créditos de consumo junto ao comércio local (através de cartões de crédito PalmaCARD com valores de R\$50,00).

No ano de 2002, com apoio do Strohalm/Instrodi<sup>4</sup> o Banco Palmas recebeu R\$50 mil para a construção da sede do PalmaTech, consolidando aí o Instituto Palmas, organização complementar do Banco Palmas e responsável por atividades de educação e formação nas metodologias do Banco Palmas bem como escola de socioeconomia solidária. O projeto foi realizado através do método FOMENTO, metodologia difundida pelo Movimento Monetário Mosaico, o qual explicamos graficamente abaixo:



Fonte Schwambach, 2012

A confiança mútua na moeda gera uma cadeia sistêmica na economia local: produtores, consumidores e distribuidores passam a aceitar a moeda social, inclusive a buscando diretamente no Banco Palmas.

«o FOMENTO fortifica o efeito do microcrédito, gerando poder aquisitivo local e, ao mesmo tempo, fortifica o efeito de projetos sociais, gerando atividade econômica local. Desta forma o microcrédito respalda o projeto social e a circulação local respalda o microcrédito» (Primavera, 2002, p. 155)

Da mesma maneira que a prefeitura de Worgl, o Banco Palmas, ao injetar as moedas sociais no território, através da construção do Instituto Palmas, e ao mesmo tempo, aceitar as moedas sociais como pagamento dos microcréditos produtivos realizados em moeda nacional, gerou um círculo virtuoso na economia, consolidando a moeda *Palmas* como instrumento de trocas aceito no seio da comunidade.

A reconstrução da economia local necessariamente precisa estar conectada com a economia nacional, já que lhes faltam diversos insumos e tecnologias para poder empreender localmente. Por isso, o Banco Palmas oferece duas formas básicas de crédito: o crédito para consumo (em moedas sociais sem juros) e o crédito produtivo (em moeda oficial com juros baixos). Mantém a equivalência de um para um (R\$1=P\$1), e o lastreamento da moeda social através das reservas bancárias em reais.

Através do microcrédito produtivo, novos empreendimentos podem ser criados, com suporte técnico e financeiro do Banco/Instituto Palmas. Esses empreendimentos, baseados nos princípios da economia solidária, e estimulados pelas demandas locais de consumo, tem maiores possibilidades de êxito a longo prazo, bem como promovem o desenvolvimento local de maneira sustentável. Exemplos de empreendimentos já consolidados no Conjunto Palmeiras são o PalmaLimp (produtos de limpeza doméstica); PalmaFashion (vestuário) e a PalmaCouros (mochilas, sapatos, cintos).

Esses e outros produtos, ao serem disponibilizados para o mercado local através de pontos de distribuição solidários (feiras públicas mensais, loja solidária) e mesmo micronegócios (mercadinhos, panificadoras, pequenos capitalistas) locais, suprem necessidades da população, que lhes compra com moeda social (recebida por serviços prestados ou empréstimos para o consumo). Pequenos descontos são oferecidos para os consumidores quando estes efetuam suas compras com moedas locais, o que aumenta o interesse de cada indivíduo em portar estas notas.

A moeda social *Palmas*, ao ser aceita por inúmeros empreendimentos e indivíduos, torna-se um meio dinamizador da riqueza local, que pode expandir-se sustentavelmente e de maneira equilibrada, levando em conta as necessidades individuais e as preocupações ambientais. Inseridos no que Euclides Mance denominou redes de colaboração solidária;

«...uma tese econômica bastante simples: sendo praticados a produção e o consumo solidários em laços de realimentação, qualquer unidade produtiva pode vender toda a sua produção, gerando um excedente de valor econômico que permite criar novas unidades produtivas solidárias que, conectadas em rede, podem atender a uma diversidade ainda maior de elementos demandada pelo consumo final e produtivo de novas células, incorporando um número progressivamente maior de consumidores e produtores em um movimento auto-sustentável de expansão, remontando solidariamente as cadeias produtivas» (Mance, 2002, p. 24).

Como podemos imaginar, essa reconstrução solidária da cadeia produtiva é um processo complexo, no qual, o Banco Palmas, como catalizador, oferece não somente serviços financeiros, mas também não-financeiros. O Instituto Palmas realiza regularmente oficinas e cursos de economia solidária e finanças, bem como trabalha constantemente para a conscientização da população local da importância do consumo local e solidário, além de outros projetos de inserção econômica.

Gostaríamos de comentar dois *casos* e suas interconexões com a economia local e nacional, para ilustrar a situação. A *PalmaFashion* realizou, no centro de Fortaleza, um evento de moda. A grife do Conjunto Palmeiras realiza compras coletivas de tecidos, e diversas mulheres dividem o espaço e as máquinas para a produção (compradas com microcrédito produtivo), essas roupas são vendidas à população

localmente, que paga com moedas sociais, o que lhes permite pagar os empréstimos produtivos feitos para a compra das matérias-primas.

Para o evento, contrataram pessoal e outros empreendimentos de alimentação com a moeda social, e venderam suas produções em moeda nacional. Esse dinheiro externo entrou na comunidade e pôde ser reinvestido localmente, seja através do consumo das próprias mulheres e suas famílias, ou através do pagamento de seus empréstimos em moeda nacional, e portanto, essas foram utilizadas para o financiamento de novos empreendimentos locais.

Imaginemos agora um comerciante local, em suas prateleiras, diversos produtos são ofertados, entre eles, àqueles produzidos no Conjunto Palmeiras. Quando esse comerciante passa a aceitar moedas sociais, passa ao mesmo tempo a ser-lhe vantajoso comprar produtos locais e ofertá-los para a venda. Esse comerciante continua comprando produtos externos, mas, à medida que seus clientes, conscientes da importância de comprar produtos locais e beneficiando-se de pequenos descontos ofertados para a compra em moeda local, preferem o detergente da PalmaLimp que àquele produzido por uma multinacional, o comerciante irá gradativamente aumentar a oferta deste frente ao concorrente externo. A produção local, ambiental e socialmente responsável aumenta na proporção necessária para responder à procura.

O comerciante possivelmente terá mais moedas sociais do que oferta de produtos locais, sendo-lhe, em alguns momentos, necessário trocar junto ao banco moedas sociais por moedas nacionais, necessárias para a compra de insumos externos ao território, que ainda não sejam produzidos localmente, neste caso, uma taxa de conversão é aplicada. Aos consumidores não é permitida a conversão, e desta forma, o consumo local é estimulado. Quanto mais moedas sociais circulam, mais empreendimentos formam-se para suprir as demandas, e gradativamente a oferta vai aumentando, diminuindo as compras externas e ampliando a economia local.

No Brasil, como na Áustria, o governo federal ficou apreensivo com o projeto, e em 2004 investigou-o. O Banco Central do Brasil, ao final do processo, determinou que o projeto era de interesse público, porém interditou operações de poupança da população junto ao Banco Palmas. A partir deste momento começaram negociações para o que podemos chamar da terceira geração de Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil, como veremos na próxima seção.

### **A rede de bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil**

Podemos considerar o Banco Palmas como a primeira geração<sup>5</sup> de Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil. Seguido de uma segunda geração (começo dos anos 2000) advindos de mobilizações e articulações da economia solidária, do Fórum Social Mundial e de governos do campo democrático popular (governo do Rio Grande do Sul e prefeitura de São Paulo), motivados pela contestação ao modelo de desenvolvimento hegemônico, no que Boaventura de Souza Santos chama de movimentos de contestação e construção de *outro mundo possível*. Uma terceira geração (já no governo de Luiz Ignácio Lula da Silva, PT) surgiria das políticas federais de economia solidária.

Como resultado de debates realizados no primeiro Fórum Social Mundial, formou-se em 2001 o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, o qual promoveu a primeira Plenária Nacional de Economia Solidária no país já em 2002. Percebendo as potencialidades desta nova economia, em sua 3ª Plenária, ocorrida em 2003, precedida de encontros estaduais preparatórios, foi criado o FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), movimento social organizado regional e nacionalmente, e a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), alocada como órgão especial do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE do Governo Federal.

O Banco Palmas foi um importante agente nestes debates, e desde o início formou parte do FBES. A partir de 2003 ampliam-se os debates acerca das finanças solidárias como ferramentas para o desenvolvimento local juntamente com outros agentes da economia solidária no país. Em 2004 surge o Banco PAR (a 70 km do Conjunto Palmeiras), e em 2005 são fundados o Banco Bem e o Banco Terra (ES) e o Banco Serrano e Bassa (CE), todos com o apoio técnico e metodológico do Instituto Palmas. A Resolução 78, da I Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária (2006) afirma que se faz necessário:

«Uma ação voltada à democratização do crédito que deverá valorizar iniciativas existentes na área das finanças solidárias. No que se refere às agências de financiamento, devem ser estimuladas as cooperativas de crédito, as OSCIPs [Organização Social Civil de Interesse Público] de microcrédito, os bancos comunitários, as fundações públicas e os fundos públicos de desenvolvimento, além dos fundos rotativos e os sistemas de moedas sociais circulantes locais, lastreados em moeda nacional (Real) e outros sistemas de moeda social com formas criativas de lastros. A democratização do crédito e acessibilidade, pelos empreendimentos solidários exige que se consolide e se amplie a presença de uma vasta rede destas organizações pelo país, criando um Sistema Nacional de Finanças Solidárias, o que requer um fundo de financiamento específico com controle social, como também o desenvolvimento de um marco legal apropriado, capaz de lidar com as questões tributárias, com o problema da capitalização das instituições, da captação de poupança, da cobrança, dentre outros».

Diante desta realidade a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) – nas suas estratégias de finanças solidárias firma parceria com o Instituto Palmas para apoiar a consolidação da metodologia de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD), o que culminou com a formação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (ainda em 2006), e que atualmente conta com 61 bancos em todo o país. A Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento tem por objetivo mediar a interlocução com o poder público e serve como espaço de debates e aprimoramento das metodologias implantadas nos diferentes BCD, definidos como:

«Bancos comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercearias, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores»<sup>6</sup>.

Segundo um estudo realizado pela Universidade do Ceará, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento ainda enfrentam diversas dificuldades quanto a sustentabilidade financeira do projeto, bem como os constantes desafios de uma gestão participativa e diferenciada da «tradicional». A aceitação da moeda social junto à comunidade onde atuam é um constante exercício de educação financeira e de desenvolvimento local. A questão da participação cidadã (voluntária ou em projetos) e o controle social também permanecem como questões a serem

aprofundadas, já que trata-se de uma mudança de paradigma para essas populações, e ainda não está bem consolidada.

Segue em discussão o Projeto de Lei Complementar 93/2007, da deputada federal Luiza Erundina (PT), em tramitação no Congresso Nacional, texto que estabelece a criação do Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias, o qual legitimaria definitivamente os BCD como ferramentas de desenvolvimento local e coesão social.

Um dos grandes pontos de debate é a possibilidade destes bancos comunitários realizarem poupança junto às populações atendidas, o que atualmente é interdito pelo Banco Central, pois, segundo esse órgão, isso representaria crime financeiro e tentativa de desregulação da economia nacional, ainda resquícios da intervenção de 2004.

Em diversos estados brasileiros, câmeras legislativas regionais já promulgaram leis em prol dos Bancos Comunitários e da utilização de moedas paralelas, inclusive diversas prefeituras começam a aplicar a metodologia transformando verbas destinadas a políticas públicas (como o Bolsa Família, o Bolsa Escola, etc) em moedas sociais, ampliando assim as possibilidades de desenvolvimento local, e de ancoragem dos recursos no território.

### **Bancos comunitários, poder público e bancos oficiais: integrando os sistemas**

Uma enorme mudança na forma como os gestores públicos encaram os Bancos Comunitários e as moedas sociais no Brasil é percebida neste momento. Após ter sido investigado pelo Banco Central do Brasil, o diálogo com a SENAES-MTE e a ampla divulgação dos bons resultados alcançados com as metodologias do Instituto Palmas no Conjunto Palmeiras levaram instituições financeiras tradicionais a reconhecerem a importância dos mesmos para o desenvolvimento de regiões antes excluídas dos serviços bancários no país.

Estudo preliminar realizado pelo Banco Central do Brasil relata que a utilização de moedas sociais em um determinado território é vista como instrumento de desenvolvimento local, ao favorecer dinâmicas econômicas locais, além disto, «podem reduzir a necessidade de meio circulante (dinheiro, cheques ou depósitos à vista) sem gerar riscos sistêmicos devido ao represamento da circulação no local [...] isolada e independente do sistema bancário» (Freire, 2007, p. 18:19).

Atualmente, os BCD são tidos como *correspondentes bancários* (recebem contas e pagam benefícios sociais, abrem contas do Banco do Brasil), no que o Banco Central entende ser um serviço de utilidade pública de maior relevância, já que a maioria destas comunidades estava excluída destes serviços – pelas distâncias físicas e formas de funcionamento dos bancos tradicionais.

O Banco do Brasil firmou parceria com a recém-formada rede, garantindo assim, de acordo com critérios do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), linhas de crédito para os BCD:

«o Instituto Palmas é hoje um gestor de rede do sistema do Banco do Brasil, que saiu de um patamar de R\$ 50 mil reais iniciais para um valor de R\$ 700 mil reais que abastece os bancos comunitários». O papel de um gestor de rede é «coordenar no campo da administração e da gestão, no campo contábil e no campo da organização política»<sup>7</sup>.

O Instituto Palmas tornou-se, portanto, agente catalizador não somente internamente no Conjunto Palmeiras, mas passou a responder pela gestão dos recursos e ações conjuntas entre Banco do Brasil e Bancos Comunitários. Devido a restrições jurídicas e contábeis, diversos destes Bancos Comunitários não poderiam fazê-lo sozinhos. O PNMPO regulamenta atualmente os BCD e as formas de ligação entre estes e o poder público e os bancos públicos, mas continuam

as negociações para a criação de uma lei específica e um segmento de finanças solidárias na SENAES-MTE, conforme mostramos anteriormente.

Ainda, podemos destacar o caso do Banco PAR, por exemplo, que efetua a transferência de Bolsas Família (projeto do governo federal de apoio a famílias de baixa renda) através de moedas sociais, desta forma, a transferência de renda do poder público para as famílias passa a reforçar a economia localmente e gerar maiores benefícios para toda a comunidade.

### **Multiplicidade monetária desde o sul**

Interessante também percebemos que, devido às ações transversais promovidas pela SENAES-MTE juntamente a outras secretarias e ministérios começam a surgir outras formas inovantes de moedas paralelas, como é o exemplo das *moedas culturais* promovidas no seio do Ministério da Cultura e que vem desempenhando papel importante nas trocas culturais dentro de redes de agentes culturais pelo país.

Mas não foram somente outros ministérios brasileiros que se *contagiaram* com a ideia das moedas paralelas, e hoje podemos observar outros governos latino-americanos adaptando programas e projetos a essa nova tendência de desenvolvimento local.

Após visita ao Brasil do ministro de Economia Popular da Venezuela, este país aprovou uma emenda na Constituição que determina que qualquer conjunto de duzentas ou mais pessoas pode tornar-se uma *comuna* e desta forma, ter acesso a recursos do orçamento nacional e operar com moedas paralelas. O enorme incentivo do governo de Hugo Chavez gerou, desde esta visita, em 2004, mais de 3.500 bancos comunitários naquele país, alterando significativamente a vida destas comunidades e o desenvolvimento do país como um todo.

Também vale destacar que o desenvolvimento de outros projetos de finanças solidárias, tanto internamente quanto nas relações externas entre os países latino-americanos vem gerando o que ousamos chamar de multiplicidade monetária do sul. Projetos como o SUCRE (moeda paralela para trocas internacionais no âmbito da ALBA); os sistemas de trocas multirrecíprocas aplicados por Uruguai, Brasil e Argentina para trocas entre si, são apenas alguns exemplos.

Concluindo, acredito que a metodologia do Banco Palmas tem nos mostrado a possibilidade de desenvolvimento e coesão local através do mecanismo de moedas paralelas. A aproximação com a SENAES-MTE e com bancos públicos reforça esta tendência, ampliando suas possibilidades, mas devemos estar atentos para as possíveis mutações do projeto a partir destas parcerias.

Importante, a nosso ver, é percebermos que vivemos em tempos de mudanças profundas, e que o fenômeno do *dinheiro* também vem se transformando, juntamente com as *novas* formas de fazer economia, esperamos, rumo a *outro mundo possível*.

abril 2012

### **Notas**

1 Um bom repositório de informações onde se pode perceber esta diversidade, ainda que uma pequena mostra do universo de casos, é o <http://www.complementarycurrency.org/ccDatabase/>. Acessado em 04 de março de 2012.

2 Economista com curso de Planejamento Urbano (FGV-SP), pesquisador dos Institutos POLIS e ILDES (Fundação Friedrich Ebert) de São Paulo (SP) e do Instituto de Estudos em Socioeconômicos – INESC, de Brasília (DF), relatos de pesquisa publicados no livro **Banco Palmas ponto a ponto**, indicado na bibliografia, e no qual nos baseamos para este histórico.

3 Relato feito no **Filme Banco Palmas, eu posso, tu podes, nós podemos**. Realização Universidade Paulista (UNIP) e Instituto Banco Palmas, 2011. Acessado em <http://www.youtube.com/watch?v=ZHHbaFb5oBE&feature=related> em 24 de janeiro de 2012.

4 <http://www.instrodi.org/>

5 A divisão em três gerações foi proposta pelo grupo de pesquisa do Centro de Estudos para o Desenvolvimento Local – CORDEL / Banco do Nordeste do Brasil, no seu trabalho de Sondagem das Experiências de Moedas Alternativas em Curso no Brasil, 2008. (citado na bibliografia) Por julgarmos pertinente, a reproduzimos neste estudo.

6 Definição formulada no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, realizada entre 18 e 21 de abril de 2007, em Iparana (CE). Retirado de [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim\\_mercado\\_de\\_trabalho/mt41/10\\_Eco\\_Bancos.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt41/10_Eco_Bancos.pdf) no dia 30 de janeiro de 2012, as 16h20.

7 Os bancos comunitários membros de uma rede do Sistema Banco Popular do Brasil recebem R\$ 0,10 centavos por operação realizada como depósito, poupança, abertura de conta etc, para o banco oficial», de acordo com Haroldo Mendonça, entrevistado representante da SENAES.

### Referências bibliográficas

Jérôme BLANC e Marie FARE, 2010. «Les monnaies sociales en tant que dispositifs innovants: une evaluation», Manuscrit auteur, publié dans *Xe Rencontres du réseau inter-universitaire de l'économie sociale et solidaire* (RIUESS), Elaborer un corpus théorique de l'économie sociale et solidaire pour un autre modèle de société, Luxembourg.

Jérôme BLANC, 2000. *Les monnaies parallèles: unité et diversité du fait monétaire*. Collection Economiques: L'Harmattan.

MTE/SENAES Brasil, *Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária*, Disponível em [www.met.gov.br](http://www.met.gov.br)

MTE/SENAES Brasil, *Atlas da Economia Solidária*, Disponível em [www.mte.gov.br/sies](http://www.mte.gov.br/sies)

Antonio David CATTANI, Jean-Louis LAVILLE, Luiz Inácio GAIGER e Pedro HESPANHA, (orgs), 2009. *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra: Edições Almedina.

Centro de Estudos para o Desenvolvimento Local – CORDEL/Banco do Nordeste do Brasil, 2008. *Sondagem das Experiências de Moedas Alternativas em curso no Brasil*, Setembro. Acesso em [http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=932&Itemid=1](http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=932&Itemid=1) no dia 30 de janeiro de 2012, as 16h20.

Philippe DERUDDER, 2005. *Rendre la création monétaire à la Société Civile: vers une économie au service de l'homme et de la planète*. Édition Yves Michel, France.

Bernard DUMAS et Michel SÉGUIER, 1997. *Construire des actions collectives: Développer les solidarités. Chronique Sociale*, Lyon, Dépôt légal, Février.

Celso FURTADO, 1998. *O capitalismo global*, 4.ed. São Paulo, Paz e Terra.

Bernard LIETAER, 2011. *Au coeur de la monnaie: systèmes monétaires, inconscient collectif, archétypes et tabous*, France: éditions Yves Michel.

Euclides André MANCE, 2008. *Constelação Solidarius: as fendas do capitalismo e sua superação sistêmica*, Passo Fundo, Instituto Superior de Filosofia Berthier.

Euclides André MANCE, 2002. *Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos, complexidade e libertação*, Petrópolis, RJ: Vozes.

João Joaquim de MELO e Sandra MAGALHÃES, 2006. *Bancos Comunitários de Desenvolvimento: uma rede sob controle da comunidade*, Fortaleza, Instituto Banco Palmas.

João Joaquim de MELO e Sandra MAGALHÃES, 2005. *O poder do circulante local: a moeda social no Conjunto Palmeira*, Fortaleza, Instituto Banco Palmas.

Neto MELO, João JOAQUIM e Sandra MAGALHÃES, 2008. *Bairros pobres Ricas Soluções: Banco Palmas ponto a ponto*, Fortaleza, Expressão Gráfica.

Edgar MORIN, Mauro CERUTI e Gianluca BOCCHI, 1990. *Os problemas do fim de século. Editorial Notícias*, 3 ed. Portugal.

Heloísa PRIMAVERA, Henk van ARKEL, Paulo Peixoto de ALBUQUERQUE e Camilo RAMADA (orgs), 2002. *Onde está o dinheiro?*, Dacasa Editora, Porto Alegre.

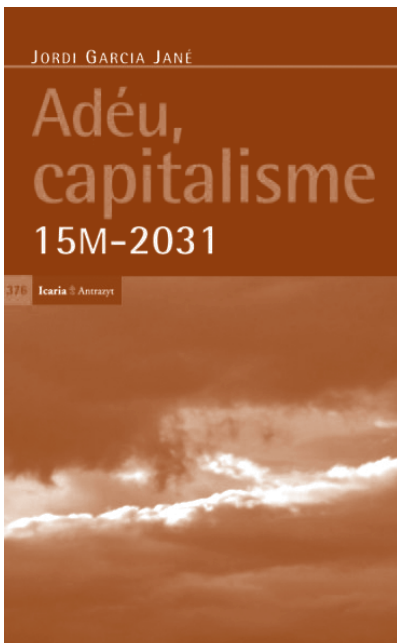
Junior SILVA e T. JEOVA (org), 2008. *Avaliação de Impactos e de Imagem: Banco Palmas – 10 Anos*. Universidade Federal do Ceara, Fevereiro. Disponível em [http://www.banquepalmas.fr/IMG/pdf/Rapport\\_Jeova\\_Evaluation\\_BP.pdf](http://www.banquepalmas.fr/IMG/pdf/Rapport_Jeova_Evaluation_BP.pdf), acessado em 01 de Fevereiro de 2012, as 19h20.

Patrick VIVERET, 2010. *Reconsidérer la richesse*, Éditions de l'aube.

## **Nota de lectura: Empezando a reflexionar sobre la transición Jordi Garcia Jané. Adeu Capitalisme. 15 M-2031.**

**Jordi Estivill**

**Professor Jubilado da Universidade de Barcelona**



**Jordi Garcia Jané.  
Adeu Capitalisme. 15 M-2031.  
Ed. Icaria. Barcelona. 2012.**

El libro de Jordi García Jané entra de lleno en la ebullición y efervescencia del panorama actual de publicaciones sobre la economía solidaria. Para ponerlo en evidencia y sin hacer referencia a los múltiples artículos y solo citando los últimos libros producidos en Catalunya desde el inicio de la crisis, puede ser útil inventariar someramente algunos de ellos. Algunos vuelven la mirada hacia atrás haciendo una revisión crítica de la historia cooperativa como «Les cooperatives obreres de Sants. Autogestió proletaria en un barri de Barcelona (1870-1939)»<sup>1</sup>, y del anarquismo como los de los historiadores Josep Termes «Historia del moviment anarquista a Espanya (1870-1980)»<sup>2</sup> y de Dolors Marin «Anarquistas. Un siglo de movimiento obrero en España»<sup>3</sup>. Dentro de esta línea de reconstitución de la memoria, merece señalarse la colección de libros dedicados a rehacer las biografías de líderes del movimiento cooperativo editados por la Fundación Roca I Gales<sup>4</sup>.

A través de estos trabajos van apareciendo el origen y desarrollo de unos movimientos sociales que no solo luchaban por unas mejores condiciones de vida y de trabajo sino que

constituían iniciativas socioeconómicas y culturales democráticas. En su seno, las clases populares trataban de vivir de otra forma y formulaban proyectos alternativos. Las colectivizaciones en Catalunya y Aragón de 1936 a 1939, son un punto álgido de este proceso en el que autogestión en las fabricas, socialización de las tierras, colectivización de los equipamientos y servicios, creación de monedas locales y asambleas municipales, ponen las pioneras condiciones de un ensayo de economía solidaria truncada por el final de la guerra civil.

Otras publicaciones replantean las características de un nuevo proyecto político como el «manifiesto Utopia»<sup>5</sup>, las de la crisis económica actual y las respuestas de la economía solidaria de Jean Luis Laville y de Jordi Garcia<sup>6</sup> y como vivir en estas circunstancias de Morin y Viveret<sup>7</sup>. El importante pero desigual libro coordinado por Comin y Gervasoni<sup>8</sup> reflexiona sobre la democracia económica. Cabe señalar también, otro libro<sup>9</sup> en el campo de la cooperación internacional con la colaboración del uruguayo Pablo Guerra y el esfuerzo de Susana Martin<sup>10</sup> por su crítica al sistema monetario y financiero y por establecer las bases de un modelo alternativo frente a su funcionamiento actual.

En este panorama efervescente, brilla con luz propia el libro «Adeu Capitalisme.15 M-2031», que se sitúa como su nombre indica en las huellas posteriores del movimiento de los indignados, después de un supuesto periodo de transición. Como su autor explica se trata de un intento de imaginar «como podría ser uno de estos socialismos ecológicos y anti patriarcales y de aportar algunas pistas sobre la forma de llegar a él».

Esta publicación, editada en la colección de economía solidaria que la Red Catalana de Economía Solidaria promueve con la Editorial Icaria, surge a raíz del premio que «Nova Centre per la Innovació Social». «Fundació Cultura de Pau», «Associació Josep Vidal Lecha» y la misma Red

Catalana le otorgaron en el año 2011. Este premio, permitió al autor trabajar durante un año apoyado por un conjunto de personas que han contribuido con sus comentarios a su redacción. Esto no saca ningún merito al trabajo de Jordi Garcia, pero señala su carácter de esfuerzo colectivo. En cierta medida, su redacción ha obligado a un buen grupo de personas a empezar a pensar alrededor de una problemática fundamental como pueda ser la de la transición hacia otro mundo. Lo que les ha conducido a profundizar en la crítica de la situación actual, en el conocimiento de otras formulaciones utópicas, del patrimonio de miles de experiencias alternativas, de los principios y valores de la economía solidaria y de una visión estratégica de cuáles son los pasos que hay que dar.

Quizás sea útil presentar sucintamente al autor que por otro lado, ya es conocido de esta Revista de Economía Solidaria puesto que en su número dos publicó un artículo suyo<sup>11</sup>. A través de sus trabajos y de este artículo que prolongaba unas primeras reflexiones plasmadas en un libro sobre la dimensión cooperativa, Jordi Garcia muestra su rigor en el análisis de la realidad y su exigencia en la elaboración de procesos proyectivos. Al mismo tiempo cabe señalar, su voluntad de implicación que no se contenta con una elaboración teórica sino que se concreta en su trabajo profesional en una cooperativa y su activa presencia en la Red Catalana de Economía Solidaria.

En este Adiós al capitalismo se parte de cuatro líneas argumentales. Una es la perspectiva de la no violencia que se articula con la revuelta Zapatista, las revoluciones antiliberales de América Latina, el movimiento anti globalización y el de los indignados. La segunda es la urgencia de combatir al sistema capitalista, ecológicamente insostenible, estructuralmente violento, socialmente injusto y políticamente anti democrático. La tercera parte de la afirmación que «si no somos capaces de imaginar un futuro colectivo más justo,

pacífico, democrático y sostenible, entonces seguiremos eternizando un presente más insostenible». Y la cuarta es, que no sirven las vanguardias auto proclamadas y que no se puede exigir a los ciudadanos, heroísmos, ni santidades, ni movilizaciones prolongadas. Por lo tanto, se imponen la vía de los contrapoderes para que las formas de vida alternativas sean hegemónicas, la vía de la movilización y el empoderamiento popular en el que jueguen amplias alianzas y redes apoyadas en reivindicaciones generales y una tercera vía electoral, en la que hay que obtener gobiernos favorables. Los dos primeros capítulos se dedican a presentar este conjunto de condiciones.

A partir del tercer capítulo cambia el estilo y bajo la forma de un diálogo, la narración se sitúa en el año 2032, cuando la historia se esa invirtiendo. El tono recuerda a los viejos relatos utópicos. Se dejan sentir los aromas que provienen de Platón, San Agustín, Campanella, de Moro y Bacon, de los socialistas y anarquistas del siglo diecinueve, de Skinner, de Orwell, de Wells, de Huxley o del mismo Che Guevara y de tantos y tantos autores que han imaginado otro mundo más emancipado y libre. Los dos siguientes capítulos tratan de explicar aquellas características de este nuevo sistema político y económico y de las condiciones para llegar a él.

Para construir este nuevo mundo que se esta liberando, el autor propone en el campo político, la exploración de innovadoras formas de democracia participativa e inclusiva, encontrar el ámbito territorial más adecuado para ejercerlas, haciendo que las personas participen en las decisiones colectivas, dispersando y desconcentrando el poder, dando la primacía de la soberanía a los ciudadanos y al legislativo por encima del ejecutivo, al control de la democracia representativa, procurando la participación integral dotándola de recursos y la auto organización ciudadana. Añade, la democratización y humanización de los sistemas judicial, penal y penitenciario, de los mecanismos de gobernanza

democrática mundial y del desarme. Para cada uno de estas propuestas se incluyen formas concretas de aplicación.

Situados en el año 2032, y con una constitución y seis referéndums aprobados que se traducen en las correspondientes leyes, el principal desafío es el de cómo hacer que la democratización económica continúe avanzando. Para ello se propone un sistema mixto en el que las sociedades anónimas han desaparecido y la predominancia la tienen las formulas cooperativas en la producción, comercio y crédito. Jordi García habla de una economía post capitalista, forma con la que denomina un sistema que ha dejado de ser capitalista. En él, el sector público está integrado por empresas gestionadas por representantes de la administración, de los trabajadores, de los consumidores y de los usuarios que nombran a sus directores. El balance social se convierte en el principal instrumento de transparencia y valoración de la mayoría de empresas autogestionadas. Toda la gente trabaja menos horas y los lugares de trabajo se equilibran y se hacen más rotatorios. Se reduce el abanico salarial. Las tareas domesticas se han desmercantilizado, el gasto social ha aumentado y los bienes y servicios son propiedad comunal. El bien común (agua, energía, suelo, genoma, educación, salud y dinero) se ha consolidado.

El progreso de la democratización económica también significa la participación de la ciudadanía en las grandes decisiones, a través de planes estratégicos que desde el nivel local hasta el nacional van discutiéndose y elaborándose periódicamente. Si el mercado sigue vigente, lo debe de hacer vinculado a criterios sociales y ambientales y vigilado por los poderes públicos. Los cuales deben preocuparse prioritariamente por la reconversión ecológica de la vida económica con la producción limpia, la reducción del consumo y la desaparición del interés monetario. El dinero ya no es objeto de especulación. Sino un bien facilitador del intercambio por medio de moneda nacional, monedas sociales y locales,

moneda para las transacciones internacionales y una moneda, unidad de cambio entre los países que se encuentran en transición y que entre ellos han establecido mecanismos de intercambio, complementariedad y solidaridad.

El comercio internacional y la dependencia externa se van reduciendo gracias al auto provisión de los bienes que se necesitan. Aranceles eco sociales protegen la producción autóctona y bonificaciones promueven las importaciones de los países empobrecidos a los que se hacen transferencias para reparar la deuda ecológica y social. La relocalización promueve los recursos locales, el auto suficiencia alimentaria, energética y las relaciones de proximidad. Revitalizan al mundo rural y sus relaciones comunitarias. Por fin, en uno de los referéndums se ha aprobado un abanico de un máximo de desigualdad de uno a cincuenta sumando ingresos y patrimonio. Bancos y compañías aseguradoras pasan a depender de los poderes públicos. Disminuyen las desigualdades económicas y sociales. Los capitales no pueden salir del país al retirarse de la circulación, el dinero físico y convertirlo en digital. Última buena noticia: la bolsa se ha cerrado y no ha pasado nada....

Más o menos, así acaba la parte expositiva y propositiva del libro. La complementa un estimulante conjunto de fichas que explican experiencias concretas que se están dando en todo el mundo, que ejemplifican muchas de las propuestas que la publicación contiene. El calificativo de quimérica no sería el adecuado para adjetivarla. Serviría la de utópica?. Pues sí y no. Ya que primeramente, el libro no formula una imaginaria sociedad sin lugar («ou topos»), sino más bien un buen lugar («eu topos») donde muy probablemente se viviría mejor. No se trata de dibujar un mundo perfecto, si es que nunca ha podido existir o existirá, sino más modestamente sugerir las condiciones de una sociedad más liberada y de cómo llegar a ella. Las, por otro lado injustas críticas de Marx al pensamiento que califica de

utópico, no pueden aplicarse a las formulaciones de García Jané que se apoyan en un entramado coherente de procesos y mecanismos, que ya empiezan a existir o que se deben poner en marcha. Otra cuestión es estar o no de acuerdo.

Muy probablemente, algunos no estarán de acuerdo con una determinada propuesta o la formularían de otra forma o añadirían o suprimirían otras. Pero García Jané ha tenido la osadía de trazar un camino que cuesta de subir, lleno de vericuetos y atajos, pero que tiene el merito de saber adónde va. Todos están invitados a recorrerlo, a verificar desde cada pequeña o gran experiencia personal y colectiva, la certeza de su dirección y los pasos que hay que dar. Seguramente el mejor homenaje que se le puede hacer es leerlo atentamente, discutirlo críticamente y después lanzarse a realizar algunas de sus enseñanzas. El futuro dirá cuales de las grietas que se abrirán, harán tambalearse el edificio actual y permitirán construir otro con nuevos materiales y fundamentos de una economía y una sociedad cada vez más solidarias, que se abren paso entre el mercado y el estado.

Precisamente, la reflexión contenida en este libro, se ubica en el terreno de la transición, es decir en el paso de la actual sociedad hacia la que se iría, si todos siguiéramos los consejos del autor. Aquí puede situarse el debate. Así buscándole tres pies al gato, aventuraría que si hay pecados en la formulación, estos son el optimismo y la generosidad. Ya que casi nada se dice sobre cómo hay que neutralizar a los enemigos, de cómo se pueden hacer tortillas sin romper la cascara de los huevos. Y no parece que los intereses y grupos dominantes sean pequeños y se retiren tranquilamente de sus establos y comedores. Tienen instrumentos, complicidades y armas muy poderosas para combatir los afanes de transformación social.

Quizás Jordi García confía demasiado en la fuerza de la razón frente a las «razones» de la fuerza. Tampoco especifica mucho los esfuerzos que conducen a convencer a los indiferentes, a

movilizar a los escépticos. Se abre de esta forma otra dimensión, la del trabajo político, ideológico y cultural que sin duda se debe hacer, si como afirma, las mayorías han de entrar en la resistencia civil y en el apoderamiento popular. Quizás sea el momento de recordar que la ideología dominante es la de las clases dominantes y que por lo tanto, una amplia mayoría aun se guían y creen en el individualismo, en la competitividad, en el esfuerzo personal generador de riquezas, en la acumulación privada y en un tipo de crecimiento económico depredador de recursos naturales y culturales. Ahora bien, muy probablemente, si se quisiera afrontar el campo comunicacional y el de los procesos de pedagogía política, entonces debería redactarse otro libro en el que uno de sus objetivos sería explicar más profundamente como reforzar a los amigos, como hacer bascular a los indiferentes y sobretodo como limitar la fuerza de los enemigos...

Otra cuestión a plantear, en esta línea de comentario de crítica fraternal, es la del papel del estado. Hasta cierto punto se le otorgan capacidades favorables que por ahora están por demostrar. En este sentido, si se mira hacia atrás, el balance histórico es más bien pesimista. Raramente, el estado ha sido favorable a los intereses de los de abajo. Jordi García no cae en el error de una postura angelical defensor ciego del poder público ni de opciones avanguardistas. Da algunos argumentos sólidos a favor de una evolución progresiva del estado. Pero, ¿cómo se evita su despotismo por muy ilustrado que sea?. Cómo se llega a modificar la partidocràcia?. De que forma se construyen organizaciones políticas vaporosas, como él las adjetiva?. Cómo se hace para que los gobiernos «amigos» perduren?. I cómo se combaten los poderes constituidos en el interior del estado (justicia, ejército, burocracia, ) y se impide que se reproduzcan ¿. Es suficiente la fuerza de los movimientos sociales y populares, que a menudo tienen fases de entusiasmo, pero también de regresión?.

En el libro, se notan a faltar más referencias al papel del mundo informático y de las nuevas tecnologías, al conocimiento como fuente de poder, a las redes sociales, a una dimensión social en la que la protección social juega un papel crucial, a la división internacional del trabajo y a las resistencias globales en perder el poder. Pero esto, ¿no es pedirle peras a este olmo que en cualquier caso ya da suficiente y esplendida sombra como para sentarse y reflexionar sobre futuros trabajos, a los que, sin duda, Jordi García deberá contribuir ¿. La puerta queda abierta y un buen inicio de camino queda trazado con este «Adeu al capitalisme».

Parece evidente. Estas preguntas y otras que podrían formularse a partir de algunas de las reivindicaciones de los indignados y de las actuales luchas sociales marcadas por la agenda de los recortes, no tienen por qué ser contestadas en un libro, que por otro lado, está lleno de indicaciones útiles y sugerentes para una nueva y emergente cultura política. En la que, las aportaciones teóricas y experimentales provenientes de la economía solidaria van a jugar un papel de primer orden.

## Notas

<sup>1</sup> La ciutat invisible, 2010.

Les cooperatives obreres de Sants. Autogestió proletaria en un barri de Barcelona, (1870-1939), Barcelona. La ciutat invisible Editora

<sup>2</sup> J. TERMES, 2011. *Historia del moviment anarquista a Espanya (1870-1980)*, Barcelona. Ed. Avenç.

<sup>3</sup> D. MARIN, 2010. *Anarquistas. Un siglo de movimiento obrero en España*, Barcelona, Ariel.

<sup>4</sup> Véase la Colección Cooperativistes Catalans. Se han publicado dieciocho biografías hasta ahora.

<sup>5</sup> *Manifiesto Utopía*, 2008. Prologo André Gorz, Barcelona, Ed. Icaria.

<sup>6</sup> J.L. LAVILLE, J. Garcia JANÉ, 2009. *Crisis capitalista y economía solidaria*, Barcelona, Ed. Icaria.

<sup>7</sup> E. MORIN, P. VIVERET, 2011. *Cómo vivir en tiempos de crisis*, Barcelona, Ed. Icaria.

<sup>8</sup> A.COMIN, L. GERVASONI (coord.), 2009. *Democràcia econòmica. Vers una alternativa al capitalisme*, Barcelona, Fundació Catalunya segle XXI.

<sup>9</sup> P. GUERRA, 2012. *Mirades globals per a una altra economia*, Barcelona, Setem.

<sup>10</sup> S. Martin BELMONTE, 2011. *Nada está perdido. Un sistema monetario y financiero alternativo y sano*, Barcelona, Ed. Icaria.

<sup>11</sup> J. García Jané, 2010. «La economía solidaria: sustento y esperanza» in *Revista economía solidaria n° 2.*, CEESA.

**Artigos**

Os artigos não devem ultrapassar os 50 000 caracteres, incluindo notas e bibliografia. As divisões internas do texto deverão ser acompanhadas de subtítulos. Os textos devem ser impressos de um só lado de folhas A4, com margens amplas, a espaço e meio. Quando necessários, os quadros e tabelas são admitidos, desde que reduzidos ao mínimo possível.

Os gráficos, caso existam, têm que ser fornecidos em suporte informático separado, um para cada gráfico, em formato Excel (para sistemas operativos Microsoft Windows ou Apple Macintosh). Os manuscritos deverão ser enviados obrigatoriamente, no programa Microsoft Word (para sistemas operativos Microsoft Windows ou Apple Macintosh), para:

**Ass. Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico**

**Rua D. Maria José Borges, 137-R/C**

**9500-466 Fajã Baixo Ponta Delgada**

As citações devem aparecer entre aspas baixas (« e ») ou, quando maiores que três linhas, indentadas e também entre aspas baixas. Num ou noutro caso, terão que ser devidamente referenciadas em nota. As notas, deverão ser, obrigatoriamente colocadas no final do artigo e nunca em rodapé. Todas as obras citadas ou referenciadas devem estar compiladas no final do artigo, por ordem alfabética do apelido dos autores, obedecendo ao seguinte padrão:

Jeanne Marie PENVENNE, 1995. *African Workers and Colonial Racism. Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962.* Johannesburg Witwatersrand University Press.

Nos artigos ou contribuições para obras colectivas, o título do artigo ou contribuição deve vir entre aspas baixas, seguido da indicação em itálico da revista ou título da obra colectiva, da indicação do volume e número da revista –ou local de edição e editora da obra–, e das páginas correspondentes ao artigo ou contribuição citada:

Alan K. SMITH, 1973. «The peoples of Southern Mozambique: an historical survey», *Journal of African History*, vol. XIV, (4), London, Cambridge University Press, pp. 565:580.

Os artigos deverão ser acompanhados de um resumo de não mais de 1 000 caracteres, sempre que possível também em inglês.

**Recensões**

Devem ter menos de 5 000 caracteres e seguir as normas acima discriminadas. A obra recenseada deve ser identificada pelo seu autor, data de edição, título, local de edição, editora, número de páginas e ilustrações (caso existam). Todavia a matéria dos artigos e recensões é de inteira responsabilidade dos autores que os subscrevem. Todavia a matéria dos artigos e recensões é de inteira responsabilidade dos autores que os subscrevem.

**Articles**

Articles are limited to 50 000 characters, including notes and bibliography. Internal divisions of the text must carry subtitles. Texts should be printed in one-sided A4 paper, with large margins, and separations of 1,5 spaces between each line.

If tables and boxes are considered necessary, they should occupy as little space as possible. Graphic charts must be delivered in separated computer, one for each chart, in Excel (Windows or Macintosh) document to:

**Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico**

**Rua D. Maria José Borges, 137-R/C**

**9500-466 Fajã Baixo Ponta Delgada**

Quotations should appear between low commas (« and ») or, when longer than three lines, indented (also between low commas). In either case, they must be referred to in corresponding endnotes (and not in footnotes). All cited or referenced books should be listed in the end of the article, by author's surname in alphabetical order, according to the following pattern:

Jeanne Marie PENVENNE, 1995. *African Workers and Colonial Racism. Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962.* Johannesburg Witwatersrand University Press.

In the case of articles or contributions in collective books, the title must be mentioned between low commas, followed by the name of the journal or the collective book, in italic; and indicating the volume and number of the journal, or the place and publisher of the book, as well as the corresponding pages of mentioned article or contribution:

Alan K. SMITH, 1973. «The peoples of Southern Mozambique: an historical survey», *Journal of African History*, vol. XIV, (4), London, Cambridge University Press, pp. 565:580.

The articles must be preceded by a short abstract of 1 000 characters or shorter, in English.

**Reviews**

Reviews should have 5 000 characters or less and follow the rules indicated above for articles. The reviewer must necessarily identify the reviewed work by author, date, title, place, publisher, number of pages, and illustrations (if included). The contents of the published articles and reviews are of their author's full responsibility.



**Aceesa**  
**Associação Centro de Estudos**  
**de Economia Solidária do Atlântico**

Rua D. Maria José Borges, 137  
R/C–Esq. 9500-466 Fajã de Baixo  
Ponta Delgada–São Miguel–Açores–Portugal

**T** +351 296 281 554

**F** +351 296 281 542

ceesageral@gmail.com

**[www.aceesa-atlantico.org](http://www.aceesa-atlantico.org)**

**Vendas online**

**Permuta de Revistas**

Solicita-se permuta

Se solicita el intercambio con otras revistas

Exchange desired

Nous prions echange